



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACED - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

---

**CALEIDOSCÓPIO:  
DESVELANDO O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**

MARA ELOISA TRESOLDI

Porto Alegre  
2015

MARA ELOISA TRESOLDI

**CALEIDOSCÓPIO:  
DESVELANDO O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora:

**Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria Nestrovsky Folberg**

Linha de Pesquisa: Personalidade, Cultura, Psicanálise e Educação.

Porto Alegre

2015

### CIP - Catalogação na Publicação

Tresoldi, Mara Eloisa  
CALEIDOSCÓPIO: DESVELANDO O ADOLESCENTE EM  
CONFLITO COM A LEI / Mara Eloisa Tresoldi. -- 2015.  
153 f.

Orientador: Maria Nestrovsky Folberg.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Adolescente em conflito com a lei. 2. Medida socioeducativa. 3. Subjetividade. 4. Constituição do sujeito. I. Folberg, Maria Nestrovsky, orient. II. Título.

MARA ELOISA TRESOLDI

**CALEIDOSCÓPIO:  
DESVELANDO O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora:

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Nestrovsky Folberg**

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2015.

---

Dr.<sup>a</sup>. Maria Nestrovsky Folberg – Orientadora

---

Dr.<sup>a</sup>. Gisele Pandolfo Braga – CMPA

---

Dr.<sup>a</sup>. Maria Luiza Rheingantz – PPGEDU - UFRGS

---

Dr.<sup>a</sup>. Miriam Pires Correa de Lacerda – PUC-RS

---

Dr.<sup>a</sup>. Rose Maria de Oliveira Paim - UFRGS

---

Ao concluir esta tese, gostaria de agradecer...

...às três *Marias* que fazem parte da minha vida:

Professora Doutora **Maria** Nestrovsky Folberg, minha querida orientadora, pelo carinho, acolhimento e paciência durante todo esse percurso que tornou possível a construção desta pesquisa;

Minha mãe, **Maria** Breier Tresoldi, que mesmo com dificuldades de muitas ordens, sempre investiu em livros e ensinou a mim e a meus irmãos o quanto é maravilhoso o mundo da leitura;

**Maria** de Schoenstatt, minha mãe espiritual;

...aos meus amados irmãos, **Marcia**, **Dimi** e **Eve**, com quem dividi, na infância e adolescência, muitas vivências que nos fortaleceram para a vida adulta;

...ao meu amado esposo, **Alessandro**, que esteve sempre ao meu lado com seu amor, cuidados e paciência para que esta pesquisa se concretizasse;

...aos meus amados filhos, **Leonardo** e **Bruno**, que muitas vezes ficaram ao meu lado, enquanto escrevia; liam, enquanto eu lia; e sempre foram tão generosos no carinho e compreensão;

...aos meus **familiares**, **amigos**, **colegas** e **comunidade** que estiveram envolvidos nesta pesquisa, pelo acolhimento, escuta e disponibilidade.

Gostaria de homenagear, também...

...**ao meu pai** (*in memoriam*), que agradeço pela antecipação que fez quando nasci: “*As mãos são enormes e os dedos muitos longos! Se continuarmos pobres vai tocar violão, se ficarmos ricos, vai tocar piano!*” Assim, ainda na infância, aprendi a tocar violão. Mais tarde, aprendi a tocar piano e me formei em Licenciatura em Música na UFRGS. Obrigada, pai!

**...ao meu amado irmão, Eve** (*in memoriam*), que no início da caminhada desta pesquisa partiu. Esta pesquisa vem de ti, do teu brilho, da tua força. Partistes de forma tão inesperada quando eu iniciava uma busca... Guardarei na lembrança nossos passeios pelos domingos ensolarados da Redenção, onde, um dia, compraste um caleidoscópio com o qual ficávamos fascinados, brincando com a imensidão de cores e formas que ele exibia. Contigo aprendi a olhar na direção do Sol e apreciar o colorido da vida.

Depois da hora da redenção e do revés do barco, busco tua inscrição em tudo que me cerca... Hoje, sou feliz por te encontrar na história de vida de cada jovem que chega num dia nublado, mas que busco sempre os pequenos resquícios de sol para deixar emergir as nuances de cores e formas, redescobrimo caminhos, desbravando a escuridão.

Agora, já posso respirar!

“Somos felizes porque podemos ir ao encontro de nosso desejo, mas ao mesmo tempo infelizes porque sabemos que esse desejo de saber é insaciável, e por isso o chamo de metonímia infinita...” (FOLBERG, p.22,2006).

## RESUMO

Esta tese investiga a subjetividade dos adolescentes em conflito com a lei e as medidas socioeducativas em meio aberto, quando cometem um ato infracional. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade como algumas das alternativas educativas designadas ao adolescente em conflito com a lei. Esta pesquisa procura romper com o que está historicamente determinado no que diz respeito a este adolescente, construindo um caminho para compreender o seu desenvolvimento no contexto em que está inserido, fazendo escuta aos discursos dos sujeitos envolvidos na aplicação e na execução da medida socioeducativa. A Psicanálise, na definição do que é uma família e quem é o sujeito em conflito com a lei, vê seguramente as questões sociais e econômicas imbricadas como causas reais, ainda que não sejam as únicas. A investigação desdobra-se a partir da visualização das mudanças que ocorrem na família e no adolescente após seu acolhimento e de sua família no Serviço das Medidas Socioeducativas. Diante de inquietações que circundam o percurso teórico, buscaremos, simultaneamente, pensar em diretrizes que orientem o caráter pedagógico da proposta endereçada aos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Diante do desejo de provocar mudanças sociais, este estudo utiliza-se da pesquisa-ação como uma alternativa metodológica no campo da pesquisa social, desvelando as realidades vivenciadas no cotidiano da Pedagogia, num espaço não escolar que tenta construir caminhos possíveis para transformar a realidade, fortalecendo os sujeitos autores de ato infracional. Por tratar-se de uma caminhada em meio a histórias áridas, faz-se uma analogia com a multiplicidade de cores e formas do caleidoscópio com o adolescente que, provavelmente, é um reflexo do meio em que vive.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei. Medida socioeducativa. Subjetividade. Constituição do sujeito.



## ABSTRACT

This thesis reports the research on the subjectivity of adolescents in conflict with the law and the educational measures used in an open environment where they are supposed to remain when the offense happens. The "Estatuto da Criança e do Adolescente" calls for Probation and Provision Services for the Community, as well as educational alternatives assigned to adolescents in conflict with the Law. Nevertheless, the project seeks to break down what is already determined by personal history regarding the building of a new way that can be done. The social-educational measures try to understand this youngster and his/her development in the family context listening to their speeches. Psychoanalysis has a lot to contribute to the understanding of the causes of what constitutes a family and the subject in conflict with the Law. Social and economic reasons are intertwined as real causes, but are not the only ones. The research unfolds from starting changes that occur in the family and with the adolescent after the start of the fulfillment of Socio-educational Measures. Facing that, we would simultaneously think of directives to guide the pedagogical nature of the proposal addressed to the adolescents. Wishing to make social changes, this study makes use of action research as a methodological alternative in the social research field revealing real experiences in everyday life in a non-school environment, which tries to build ways to transform reality. Considering the tough different stories heard, we made an analogy with the multitude of colors of a kaleidoscope and the teenagers, who probably are a reflection of the environment they live.

**Key-words:** Teenagers in trouble with the law. Socio-educational measures. Subjectivity. Constitution of the subject.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dália .....	72
Figura 2 - Corruíra.....	73
Figura 3 - Capa da revista National Geographic/Junho/2000.....	117
Figura 4 - Revista National Geographic/Junho/2000.....	119
Figura 5 – Adolescente participando do Projeto G-Info.....	141
Figura 6 – Adolescente recebendo orientações da instrutora.....	141
Figura 7 – Atendimento Pedagógico no CREAS.....	142
Figura 8 – Atendimento Pedagógico no CREAS.....	142
Figura 9 – Atendimento Pedagógico domiciliar.....	143
Figura 10 – Atendimento Pedagógico/Musicopedagógico no CREAS.....	143
Figura 11 – Curso de capacitação para Orientadores Sociais.....	144

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais marcos normativos e regulatórios da Assistência Social .....	18
Tabela 2 - Distribuição das competências entre a União, os Estados e os Municípios. .....	27
Tabela 3 - Perfil dos adolescentes da pesquisa. ....	59
Tabela 4 - Tabela de correspondências entre as categorias freudianas e lacanianas da identificação. ....	98

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo dos adolescentes.....	53
Gráfico 2 - Idade ao cometer o ato infracional.....	54
Gráfico 3 - Idade no acolhimento para cumprir a MSE.....	54
Gráfico 4 - Número de membros por família .....	54
Gráfico 5 - Adolescentes matriculados na escola.....	55
Gráfico 6 - Grau de escolaridade .....	55
Gráfico 7 - Atividade laboral .....	55
Gráfico 8 - Composição familiar .....	56
Gráfico 9 - Renda <i>per capita</i> da famílias .....	56

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

CF – Constituição Federal

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DDH - Declaração dos Direitos Humanos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS

JIJ - Juizado da Infância e Juventude

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MP - Ministério Público

MSE - Medida Socioeducativa

NOB - Norma Operacional Básica

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PBF – Programa Bolsa Família

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

RS – Rio Grande do Sul

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 OS MATIZES DE UM CALEIDOSCÓPIO.....	16
1.2 UMA CONCEPÇÃO INICIAL SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	16
<b>1.2.1 Constituição Federal: Rompendo com o Assistencialismo</b> .....	<b>18</b>
<b>1.2.2 Direitos Básicos e Direitos Mínimos</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2.3 Consequências da Violação de Direitos Básicos</b> .....	<b>21</b>
<b>1.2.4 O que Preconiza o ECA?</b> .....	<b>21</b>
<b>1.2.5 As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto</b> .....	<b>24</b>
<b>1.2.6 Orientador Social</b> .....	<b>28</b>
<b>1.2.7 Entre o que é de Direito e o que é de Fato</b> .....	<b>29</b>
1.3 TRAJETÓRIAS DA PESQUISADORA .....	31
1.4 O INSUSTENTÁVEL PESO DO TRAÇO .....	32
1.5 A FRAGILIDADE OU AUSÊNCIA DA FUNÇÃO PATERNA.....	34
<b>1.5.1 O Estádio do Espelho</b> .....	<b>35</b>
1.6 TEMA DA PESQUISA .....	37
1.7 A FAMÍLIA E OS COMPLEXOS FAMILIARES.....	37
<b>1.7.1 O Complexo de Desmame</b> .....	<b>39</b>
<b>1.7.2 O Complexo da Intrusão</b> .....	<b>41</b>
<b>1.7.3 O Complexo de Édipo</b> .....	<b>42</b>
<b>1.7.4 O Complexo de Castração</b> .....	<b>44</b>
1.8 PROBLEMA DE PESQUISA .....	46
1.9 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	47
<b>1.9.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>47</b>
<b>1.9.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>47</b>
1.10 JUSTIFICATIVA .....	47
<b>2 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>49</b>
2.1 PESQUISA-AÇÃO: PESQUISA E AÇÃO MATIZADAS .....	49
<b>2.1.1 O Atravessamento dos Conceitos Psicanalíticos</b> .....	<b>52</b>
<b>2.1.2 Dados Quantitativos Sobre os Adolescentes em Conflito com a Lei</b> .....	<b>52</b>
2.2 PERFIL DO GRUPO ESTUDADO PRELIMINARMENTE .....	53

<b>2.2.1 Gráficos ilustrativos</b> .....	<b>53</b>
<b>2.2.2 Análise ilustrativa dos dados coletados</b> .....	<b>57</b>
<b>2.2.3 Delimitando o universo da pesquisa</b> .....	<b>59</b>
<b>2.3 AS PRIMEIRAS NUANCES</b> .....	<b>59</b>
<b>2.3.1 Verde</b> .....	<b>60</b>
<b>2.3.2 Azul</b> .....	<b>62</b>
<b>2.3.3 Vermelho</b> .....	<b>66</b>
<b>2.3.4 Amarelo</b> .....	<b>68</b>
<b>2.3.5 Laranja</b> .....	<b>70</b>
<b>2.4 ENTRE FLORES E PÁSSAROS</b> .....	<b>71</b>
<b>2.4.1 Para conhecer: plantar e cuidar</b> .....	<b>72</b>
<b>2.4.2 Para viver: Cuidar e acreditar</b> .....	<b>73</b>
<b>3 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>75</b>
<b>3.1 O RESPLANDECER DA PSICANÁLISE</b> .....	<b>75</b>
<b>3.1.1 Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia</b> .....	<b>78</b>
<b>3.1.3 Ser adolescente: cromatizar-se</b> .....	<b>79</b>
<b>3.1.4 Ser adolescente: matizar-se</b> .....	<b>87</b>
<b>3.2 CREPÚSCULOS DA VIDA: PRIVAÇÃO E DELINQUÊNCIA</b> .....	<b>90</b>
<b>3.2.1 A cor primeva: mãe</b> .....	<b>91</b>
<b>3.2.2 O crepuscular da mãe para colorir o pai</b> .....	<b>93</b>
<b>3.2.3 Identificação</b> .....	<b>95</b>
<b>3.3 COM A PALAVRA: FREUD</b> .....	<b>100</b>
<b>3.3.1 Análise de uma fobia em um menino de cinco anos: o pequeno Hans (1909)</b> .....	<b>101</b>
<b>3.3.2 O Homem dos Ratos (1909)</b> .....	<b>102</b>
<b>3.3.3 Inconsciente (1915)</b> .....	<b>104</b>
<b>3.3.4 História de uma neurose infantil (1917-1918)</b> .....	<b>106</b>
<b>3.4 CAMINHOS PEDAGÓGICOS</b> .....	<b>110</b>
<b>3.4.1 Verde emerge do naufrágio em direção à semente</b> .....	<b>111</b>
<b>3.4.2 Verde encontra uma máscara da mãe múmia</b> .....	<b>116</b>
<b>3.4.3 Verde começa a entrar em conflito com a lei</b> .....	<b>122</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>134</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>140</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Não é preciso apagar a luz  
 Eu fecho os olhos e tudo vem  
 Num Caleidoscópio sem lógica  
 Eu quase posso ouvir a tua voz  
 Eu sinto a tua mão a me guiar  
 Pela noite a caminho de casa...  
 (Paralamas do Sucesso)

### 1.1 OS MATIZES DE UM CALEIDOSCÓPIO

O caleidoscópio, através dos tempos, sempre gerou encantamento e admiração em qualquer fase da vida dos seres humanos. Um tubo com o interior coberto por lâminas de espelho inclinadas e com fragmentos de vidro colorido que, movendo-se em direção à luz, reflete uma grandeza infinita de imagens com matizes e formas exclusivas. É preciso mover o caleidoscópio suavemente para poder perceber as diferentes e aprazíveis combinações.

É possível investigar a história de vida e a subjetividade do adolescente em conflito com a lei fazendo-se, neste caso, uma analogia com o caleidoscópio. O olhar da pesquisadora, atravessado pela luz dos conceitos da psicanálise, fará emergir, no retrato do adolescente, uma imensidão de matizes, abrindo espaço para a pulsão de vida que, na escuridão, estaria fadada ao fracasso, dilacerando-o e oferecendo-o à pulsão de morte.

Acreditamos que a intervenção profissional de qualidade e o investimento afetivo no adolescente poderão oferecer uma oportunidade dele desvelar-se como sujeito de um discurso, descobrindo-se como um sujeito desejante. Assim como a multiplicidade de cores e formas possíveis num caleidoscópio, cada adolescente constitui-se um conjunto de cores e formas e, provavelmente é o reflexo do meio em que vive.

### 1.2 UMA CONCEPÇÃO INICIAL SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As políticas públicas que constituem as áreas da assistência social, educação e saúde em nosso País têm contemplado um universo cada vez maior de sujeitos



que possuem demandas a serem atendidas e que, por vezes, ao acessarem os serviços, já estão com seus direitos básicos violados.

A Política Nacional de Assistência Social é fruto de intensas discussões realizadas na esfera pública e política, espaço de operacionalização de serviços, programas, projetos e benefícios voltados ao enfrentamento das vicissitudes e vulnerabilidades sociais. No Brasil, as ações da assistência social eram realizadas primeiramente pela iniciativa privada e comumente estavam ligadas à religiosidade, revelando-se de caráter beneficente, ou ainda, quando estas ações eram ofertadas pelo Estado, estavam vinculadas às primeiras-damas e outras figuras da elite social, geralmente femininas, em suas ações caritativas.

Rompendo com séculos de assistencialismo, com uma assistência social exercida como um favor para aqueles que, segundo a ordem política e econômica vigente à época, não tiveram condições ou competência de garantir a sua subsistência, inicia-se uma nova fase em nosso País, onde, a partir da Constituição Federal (1988), são lançados outros documentos legais que passam a considerar o cidadão como um sujeito de direitos, não mais como um necessitado. A nova legislação marca a distinção entre responsabilização e tratamento puramente jurídico no que se refere aos adolescentes que, conforme o art. 228: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (CF, 1988, Art. 228). Assim, a legislação referente ao adolescente em conflito com a lei também evolui acompanhando as discussões sobre o tema e a legislação internacional.

Apresentamos abaixo, uma tabela com os principais marcos normativos e regulatórios da Assistência Social como política pública.

**Tabela 1: Principais marcos normativos e regulatórios da Assistência Social**

Ano	Marcos normativos e regulatórios
1988	Constituição Federal - Promulgada em 5 de outubro de 1988, alterada pelas Emendas Constitucionais do Nº 01/1992 ao Nº 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão do Nº 1 ao Nº 6/1994.
1993	LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Nº 8.742/1993
2004	PNAS - Política Nacional de Assistência Social. - Prevista nos artigos 18 e 19 da LOAS.
2005	NOB/SUAS - Norma Operacional Básica para implantação do Sistema Único de Assistência Social. Disciplina e normatiza a operacionalização da gestão da PNAS e o novo modelo de gestão.
2006	NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006.
2006	CONANDA - Resolução nº 119 - Estabeleceu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e Resolução Nº 113/2006 que trata do Sistema de Garantia de Direitos.
2009	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009.
2009	Protocolo de Gestão Integrada entre Serviços e Benefícios no SUAS.
2011	Altera a LOAS e dispõe sobre a organização da Assistência Social
2012	Lei Federal nº 12.594/2012 de 18 de janeiro de 2012.

Fonte: A autora

### 1.2.1 Constituição Federal: Rompendo com o Assistencialismo

Embora a assistência social brasileira tenha sua origem no assistencialismo e nas ações emergenciais, excludentes e residuais, houve sua regulamentação como política pública, fazendo parte da seguridade social, através da Constituição Federal de 1988, marco entre este passado e a atual legislação, onde no Art.203 determina que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV–a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V– a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, Art. 203)

A Política Nacional de Assistência Social é caracterizada por sua dimensão ampla e complexa, organizada num sistema de proteções, e foi sancionada em 1993

através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei Federal nº 8.742/93) que define uma estrutura descentralizada e participativa, assim como as atribuições das três esferas governamentais para a Política Nacional de Assistência Social.

Em 2004 foi promulgado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deliberado a partir da IV Conferência Brasileira de Assistência Social. “O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.” (NOB/SUAS, 2004, p.86).

Também compete ao SUAS a materialização do conteúdo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que consagrou direitos de cidadania e de inclusão social. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como prioridade a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e a territorialização como base de organização.

O SUAS, sendo um sistema público que organiza, de forma descentralizada e participativa, os serviços socioassistenciais no Brasil, articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através de um modelo de gestão participativa que envolve diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

A PNAS é originada à luz da Constituição Federal que, em seu artigo 226, reconhece a relevância da família no âmbito da vida social declarando-a como: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988, Art.226), referendando, assim, o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos, que conceitua a família como sendo o “núcleo natural e fundamental da sociedade tem direito à proteção da sociedade e do Estado”(DDH, Art. 16).

A PNAS supera o conceito de família como “unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento *per capita*” e passa a compreendê-la e defini-la como “núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança, ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero” (PNAS, 2004, p.90). Assim, a proteção social de Assistência Social tem como um de seus princípios a matricialidade sociofamiliar que é um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS.

A PNAS ainda anuncia que, em defesa do direito à convivência familiar, a proteção social de Assistência Social, tem o princípio da matricialidade sociofamiliar

também expressado como “[...] o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade” (PNAS, 2004, p.90).

Evidencia-se ainda que, em decorrência da descentralização político-administrativa estabelecida pela PNAS, cada município gesta a política de assistência social no que lhe cabe, bem como elabora suas legislações conforme as demandas, características e particularidades de cada município.

### **1.2.2 Direitos Básicos e Direitos Mínimos**

Conceitualmente, direitos básicos são os que a legislação busca garantir através da Constituição Federal através da seguridade social (saúde, assistência social e previdência), com a LOAS, entre outras. Já os direitos mínimos são os que o Estado oferece de fato.

Em seu artigo 1º, a LOAS determina que:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.(LOAS 1993)

Conforme a LOAS, só haverá provisão mínima de bens, serviços e direitos se houver necessidades básicas a serem providas em conformidade com os preceitos éticos e de cidadania declarados na Constituição Federal.

Os direitos básicos pressupõem investimentos sociais de qualidade para oferecer espaço aos demais e complexos atendimentos que poderão ser concedidos e aprimorados em resposta às necessidades que emergirem. O que é básico, na assistência social, incita a realização básica das necessidades na busca de excelência. Portanto, a provisão social prevista na LOAS deverá ser compatível com as exigências que são o alicerce das necessidades funcionando na lógica da defesa pelo básico e não pelo mínimo.

### **1.2.3 Consequências da Violação de Direitos Básicos**

No momento em que compreendemos a necessidade de os direitos básicos serem supridos, deparamo-nos com o cenário político e social do país que nos remete às concepções de violação de direitos como, por exemplo, aquelas alimentadas pelas políticas que visam oferecer apenas o mínimo e não o básico à população, almejando o lucro empresarial e, conseqüentemente, aumentando as desigualdades sociais e econômicas.

Tomemos como exemplo políticas excludentes e de seleção da pobreza como é o caso do Programa Bolsa Família onde as famílias não são beneficiadas com condições de concorrência e mercado, que é o que rege a atual sociedade capitalista. Ao contrário, as famílias são excluídas do processo de produção. Logo, tornam-se marginalizadas e a mercê de políticas públicas precárias com as quais nos deparamos.

Nesse meio tempo, é negada às famílias uma educação de qualidade, saúde nos diferentes níveis de complexidade, profissionalização e trabalho, pois estes só acontecem através da inserção no mercado de trabalho formando um circuito dinâmico. Portanto, excluídas do processo produtivo, as famílias têm seus direitos básicos mencionados, violados, pelo não acesso, pela negação de seu acesso e pelo tutelamento ao Estado.

A precariedade no atendimento aos direitos básicos da população gera conseqüências, tais como a própria violação de direitos, a pauperização, o aumento das desigualdades sociais, a criminalidade, a violência, a educação precária, a falta de participação popular, o desemprego, entre outros. Essa precariedade acarreta mais demandas que, por sua vez, produzem outras necessidades num efeito progressivo e com níveis de complexidade cada vez maiores.

### **1.2.4 O que Preconiza o ECA?**

Indubitavelmente, imaginávamos que os gestores públicos compreendessem a necessidade de investimentos cada vez maiores nessas três áreas, a saber, assistência social, educação e saúde; por vezes o fazem, porém, o acesso da população aos benefícios que ocorrem a partir destes investimentos é extremamente incipiente. Dessa forma, e por diversos motivos tais como a inoperância do Sistema

de Garantia de Direitos (SGD), instrumentos e mecanismos deficitários para aplicação prática junto à população, falta de recursos humanos qualificado, corpo técnico desqualificado, entre outros, fazem com que os serviços passem a existir muito mais de direito do que de fato.

A legislação da assistência social, como não poderia deixar de ser, está em consonância com a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 227, dispõe sobre o dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança e ao adolescente o uso de todos os direitos necessários para um desenvolvimento saudável física, social e psiquicamente.

Em 13 de julho de 1990, foi sancionada a Lei Nº 8.069, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde está expressa a concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos. Esta lei discorre sobre a proteção integral à criança e ao adolescente que devem gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a saber, a prioridade que compreende: primazia, precedência, preferência e destinação privilegiada de recursos públicos. Assim, o atendimento destes passa a ter absoluta prioridade na construção de políticas públicas de Estado, devendo-se articular as ações governamentais e não governamentais, a municipalização do atendimento e outros avanços. A família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público têm o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, pois o ECA considera-os sujeitos em peculiar condição de desenvolvimento.

O ECA institui que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem:

[...] assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990, Art.4º)

Considerado um modelo de documento sobre direitos humanos, o ECA foi criado a partir do debate de ideias e da participação de inúmeros profissionais de diferentes campos, principalmente do campo social, que defende a causa da infância no Brasil. Mas, embora represente uma grande conquista da sociedade brasileira, o ECA ainda precisa ser implementado de forma integral.

O ECA, na promulgação da garantia de proteção integral à criança e ao adolescente, dispõe diretrizes onde “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (ECA, 1990, Art. 103). E, no que tange ao autor do ato infracional, cuja idade a ser considerada é a do adolescente na data do fato, determina que: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeito às medidas previstas nesta lei.” (ECA, 1990, Art. 104).

Craidy comenta sobre essa questão e nos afirma que:

O adolescente é autor de ato infracional e não criminoso. Isso significa que mesmo tendo cometido um crime, ele será avaliado (julgado) como pessoa em desenvolvimento, com direitos específicos e não simplesmente pelo ato cometido. Mesmo assim, ele deverá ser submetido ao devido processo legal com todos os direitos correspondentes ao mesmo, ou seja, direito à prova, à defesa qualificada, direito a não produzir provas contra si mesmo etc (CRAIDY, 2014, p.34).

O adolescente é uma pessoa em desenvolvimento e deverá ser tratado como tal, pois ele não pode ser visto como um ato infracional, mas, sim, como um sujeito de direitos a partir do que preconiza o ECA, no que tange à doutrina de proteção integral. Assim, o ECA, em seu artigo 112, ainda define que, confirmada a prática do ato infracional:

[...] autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas.

I – advertência;

II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade;

IV – liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (ECA, 1990, artigo 112)

As medidas previstas no ECA consideram a concepção de que o adolescente é um ser humano em desenvolvimento e que tem direito à proteção integral, portanto suas deliberações possuem caráter pedagógico e não punitivos.

### 1.2.5 As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) aprovou e publicou a resolução nº 119, que estabeleceu o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Ainda neste mesmo ano, foi encaminhado ao Congresso Nacional um documento com propostas que especificassem e suprissem questões que ficaram em aberto no ECA (Lei 8.069/90), no que diz respeito ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Em nosso País, como já foi explanado, houve um reordenamento da assistência social e, através de legislação própria, a saber, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade foram tipificadas, ou seja, os serviços prestados em cada nível de proteção foi caracterizado através deste documento. Foram instituídos novos serviços e reordenados os que já existiam. Nesse estudo, trataremos do serviço de proteção social ao adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviço à comunidade (PSC) que se encontra no Nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

O conjunto de propostas apresentadas pelo CONANDA, a Resolução nº 119 e as orientações advindas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a Resolução Nº 113/2006 do CONANDA, que trata do Sistema de Garantia de Direitos, originaram a Lei Federal nº 12.594/2012, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em 18 de janeiro de 2012, que trata da regulação das medidas sócio-educativas no Brasil. Esta lei instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), oferecendo um aprofundamento na concepção de política pública e esclarecendo sobre o conjunto de serviços destinados a esses sujeitos.

À vista disso, a Resolução 119/2009 e a Lei Federal 12.594/2012 instituem e organizam uma:

[...] normatização, conceitual e jurídica, necessária à implementação, em todo território nacional, dos princípios consagrados nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, nas Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e Adolescente, referentes à



execução das medidas sócio-educativas destinadas aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional. (Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE, 2013, p. 05).

As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto são uma resposta ao ato infracional praticado pelo adolescente com idade entre 12 e 18 anos incompletos, e seu cumprimento tem como objetivo coibir a reincidência do conflito com a lei através da intervenção de uma equipe qualificada que promova o acesso aos direitos deste sujeito, a articulação e intersectorialidade das demais políticas públicas e serviços que compõem o SGD, tais como: Ministério Público (MP), Juizado da Infância e Juventude (JIJ), Defensoria Pública, Educação, Saúde, Conselho Tutelar, entre outras.

Nesse contexto, situa-se o início da concepção do tema dessa tese, que terá como cenário um município da região metropolitana de Porto Alegre onde se encontra um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que desenvolve um conjunto de serviços, programas e projetos que têm como finalidade a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, o acesso e a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e sujeitos no enfrentamento às situações de violação de direitos.

Segundo Roman, no que se refere à acolhida desses sujeitos, pode-se afirmar que:

O adolescente autor de ato infracional e sua família precisam ser apoiados para conseguir transitar na Rede do município que envolve a educação, a saúde, a justiça/segurança pública e a assistência social, assim como, desenvolver – concretamente – a ideia do exercício da cidadania em seu cotidiano, através da participação comunitária, zelando e reforçando seus direitos e deveres de cidadãos. (ROMAN, 2013, p.137)

O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, também oferecido no referido centro, destina-se a adolescentes em conflito com a lei e atende também às suas famílias seguindo um fluxo que contempla uma sucessão de ações descritas a seguir.

A Promotoria de Justiça Especializada Local oferece representação contra o adolescente que cometeu o ato infracional, encaminhando ao Juizado da Infância e Juventude (JIJ) um processo onde está descrita toda a sua situação a partir do conflito com a lei, as declarações do adolescente e de seus responsáveis entre

outros documentos que formam um dossiê. Após a análise dos documentos e uma audiência onde é feita a escuta dos envolvidos, o Juiz determina qual medida será imposta, assim como o tempo e carga horária semanal da mesma.

Cada medida recebe um julgamento de acordo com a gravidade do ato infracional, se há reincidência e considerando a situação sociofamiliar. Assim, em consonância com o artigo 112 do ECA, o juiz decidirá o tipo de medida a ser imposta e se este será submetido à privação de liberdade, ou não. Neste momento, se a decisão do juiz for por uma MSE de PSC (Prestação de Serviço à Comunidade) ou LA (Liberdade Assistida), o Processo de Execução da Medida será enviado ao CREAS e a equipe especializada terá 15 dias para analisar os documentos, acolher o adolescente e sua família e construir o PIA (Plano Individual de Atendimento) e apresentá-lo ao JIJ e Ministério Público.

Através do PIA são estabelecidas estratégias de ação de acordo com as especificidades do adolescente em conflito com a lei e sua família. Roman (2013) apresenta-nos a finalidade das MSE, a saber:

As medidas sócio-educativas em meio aberto, oferecem condições concretas de resgate da cidadania para os adolescentes por meio da inserção na comunidade, através da valorização do bem comum, do indivíduo e da família, constituindo-se em uma oportunidade para a reconfiguração dos laços familiares e comunitários (ROMAN, 2013, p.137).

Faz-se necessário um planejamento desprovido de estigmas, pois esses adolescentes já possuem marcas de diferentes ordens e é indispensável “observar que o contexto cultural e fatores próprios de cada indivíduo fazem de cada adolescente um ser único, por isto as generalizações devem ser vistas com cuidado” (ROMAN, 2013, p.133). Acreditamos que, de fato, mais do que “vistas com cuidado” (ROMAN, 2013), as generalizações devem ser evitadas em qualquer contexto.

O CREAS atende apenas às MSE de LA e PSC. As demais medidas previstas no artigo 112 do ECA serão executadas pelo Juiz da Infância e Juventude ou pela instituição de privação de liberdade. A aplicação das MSE tem sua normatização, financiamento, execução e apoio divididos entre os órgãos e esferas do poder público com o intuito de garantir o que o ECA preconiza, a saber, **a doutrina de proteção integral**.

Volpi (2011, p.20) apresenta um quadro demonstrativo dessas atribuições explicitando as MSE e a distribuição das competências entre a União, os Estados e os Municípios.

**Tabela 2:** Distribuição das competências entre a União, os Estados e os Municípios.

MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS	UNIÃO	ESTADO	MUNICÍPIOS	
		Executivo	Judiciário	
Advertência	N A	-	N F E	-
Obrigação de reparar o dano	N A	-	N F E	-
Prestação de Serviços à comunidade	N A	-	N F E	N F E
Liberdade assistida	N F A	N F E	N F E	N F E
Semiliberdade	N F A	N F E	-	N F E
Internação	N F A	N F E	-	A

N = Normatiza F= Financia E= Executa A= Apoia

**Fonte:** VOLPI, 2011, p.20

\*Em algumas Varas da Infância e Juventude existem programas de Liberdade Assistida. O grupo que elaborou este documento não chegou a um consenso sobre a pertinência de o Judiciário executar esta medida.

O programa de privação de liberdade é aplicado através da internação do adolescente quando ele comete um ato infracional grave e, então, a contenção deste é imprescindível para garantir o cumprimento da medida, e, segundo Volpi:

[...] a contenção não é em si a medida sócio-educativa, é a condição para que ela seja aplicada. De outro modo ainda: a restrição da liberdade deve significar apenas limitação do exercício pleno do direito de ir e vir e não de outros direitos constitucionais, condição para a sua inclusão na perspectiva cidadã (VOLPI, 2011, p.28).

Sendo assim, embora a medida de internação tenha um sentido educativo, é pautada pela repressão e é a última alternativa a ser adotada. O ECA, em seu artigo 122, § 2º, determina que: “Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada” (ECA, 1990, Art.122,§ 2º).

Diferente do programa de privação de liberdade, a Prestação de Serviço à Comunidade é uma medida que oferece acompanhamento social a adolescentes em Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, através de equipe com profissionais do Serviço Social, Pedagogia e Psicologia que garantem o caráter pedagógico e socializante, mantendo o adolescente em seu meio familiar e comunitário.

Mesmo havendo garantia legal, nem sempre a equipe de atendimento socioeducativo possui em sua composição um Pedagogo. O que caracteriza a medida como socioeducativa é o conjunto de intervenções que promovam a valorização do adolescente em conflito com a lei, ajudando-o a refletir e transformar-se num sujeito produtivo, conhecedor de seus direitos e de seus deveres para ter um convívio social saudável.

Pode-se considerar integrado à sociedade o adolescente que estiver incluído em alguma modalidade educacional e, se possível, no mercado de trabalho, como aprendiz ou trabalhador (caso tenha mais de dezoito anos). Assim, durante o período em que o adolescente estiver cumprindo as MSE, dar-se-á a devida valorização de seus conhecimentos escolares bem como a ampliação desses. Este acompanhamento é do campo da Pedagogia. Deste modo, pretende-se que o adolescente esteja inserido na sociedade de forma organizada, com clareza de ideias e orientado a prosseguir em seus estudos, qualificando-se no trabalho.

#### **1.2.6 Orientador Social**

Como já foi explicitado, a PSC, de acordo com o ECA (Art. 117), incide sobre tarefas não remuneradas em benefício de alguma instituição assistencial, de saúde, de educação ou de outros estabelecimentos da mesma natureza, assim como em programas governamentais ou comunitários.

Na dinâmica do Serviço das MSE há um profissional de extrema importância para a realização da PSC, a saber, o orientador social. Ele é o “educador” responsável em planejar e acompanhar o desenvolvimento das tarefas do adolescente em cumprimento de MSE. Sua função não será remunerada, pois deverá estar em consonância com suas demais atividades. O orientador social irá observar, avaliar e fazer os combinados necessários de forma clara e concisa para o desenvolvimento das tarefas.

Também é de sua competência valorizar o serviço realizado ou corrigi-lo atuando na prevenção de situações que possam acarretar prejuízo ou constrangimento ao adolescente ou aos demais profissionais, se necessário. As intervenções do orientador social deverão estar voltadas, sempre que possível, a fazer uma escuta atenta ao que emana do adolescente, provocando a reflexão sobre si mesmo e sobre as situações do seu contexto.

Também ficam sob sua responsabilidade as questões operativas ligadas ao desenvolvimento das tarefas do adolescente, tais como: controle da assiduidade e pontualidade, mantê-lo ocupado, ensinar sobre a dinâmica do local, repassar à equipe do Serviço de MSE situações que julgar atípicas para, em conjunto, refletir, avaliar e construir a solução.

Como já foi dito, o orientador social é um adulto de referência para o adolescente e não necessita de formação acadêmica específica; porém, deve ter conhecimento sobre a dinâmica do local de cumprimento da PSC, disponibilidade para acompanhar o adolescente e bom senso para que o adolescente sinta-se valorizado e integrado, construindo novas aprendizagens a partir dessa dinâmica.

Embora não necessite de formação acadêmica, a equipe das MSE oferece capacitação sistemática para os orientadores sociais (Figura 11), abordando temáticas relativas à adolescência, subjetividade (identidade, transferência), questões jurídicas, relações intrafamiliares e outros temas que ser julgar procedentes.

### **1.2.7 Entre o que é de Direito e o que é de Fato**

Cabe ressaltar que, no acompanhamento realizado pela equipe técnica em função de PSC ou LA imposta ao adolescente, a família também é assistida no que for julgado necessário pelo trabalho social e psicopedagógico. A garantia de acesso à informação e demais direitos é prerrogativa da Política de Assistência Social, não podendo ser diferente o direcionamento da equipe técnica que nela trabalha.

Sendo assim, é necessário salientar que, no contexto onde foi realizado este estudo, é comum que o adolescente seja encaminhado ao CREAS sem ter sido contemplado com audiência no JIJ, apenas com audiência de representação, onde, no MP, o adolescente e seu responsável comparecem frente ao promotor e concordam com uma MSE sem ter um defensor público ou advogado constituído. Isso implica negação de direito de defesa, o que aqui já foi explicitado, que o ECA supera o código de menores ao encarar os adolescentes como sujeitos de direitos e não mais como meros objetos suscetíveis aos desmandes dos juizados.

O desconhecimento do ECA por grande parte da população é um dos fatores que fazem com que os cidadãos não acessem seus direitos no momento em que se encontram num espaço do judiciário. Informar ao adolescente e sua família sobre

esse direito, a saber, ter um defensor público ou advogado constituído, é tarefa da equipe interdisciplinar a fim de garantir primeiramente o direito à defesa explicitado em lei e muitas vezes negado por aqueles que operam o direito.

Barros e Barreto (2014) apresentam a dinâmica do ato processual que é um direito do adolescente para que conte sua versão do ocorrido na presença do seu responsável legal e de um advogado, ou defensor público. As autoras observam que:

[...] o momento da audiência prévia normalmente é de grande insegurança para o adolescente e para sua família, já que até então se tem pouca informação a respeito do que poderá vir a acontecer. Assim, para que se auxilie nesse momento de inquietação, o juiz deve tentar ser claro, explicando todas as determinações feitas em audiência, usando para isso a linguagem mais simples possível. Em caso de dúvidas, tanto o adolescente quanto o responsável legal podem questionar o que julgarem necessário e esses questionamentos podem ser feitos ao defensor e também ao juiz. Ainda é garantido ao adolescente o direito de se encontrar com seu advogado, mesmo que esse seja o defensor público designado, momentos antes da audiência, para que receba a orientação necessária (BARROS; BARRETO, 2014, p. 37).

O ECA ainda define a realização da prestação de serviços à comunidade como “tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres bem como em programas comunitários ou governamentais” (ECA, Art. 117). O Estatuto também orienta sobre a necessidade de avaliar as condições do adolescente para definir o local, o tipo de atividade que deverá executar, a carga horária que deverá ser no máximo de oito horas semanais sem prejudicar a frequência na escola e/ou trabalho.

Esse estudo coloca-se diante de um dos efeitos da falta de atendimento às necessidades básicas da população, a saber, a fissura invisível da subjetivação dos adolescentes em conflito com a lei, os diferentes elementos que constituem sua família e demais aspectos relevantes ao tema.

O arcabouço da tese é a busca de conceitos da psicanálise que contribuam para a compreensão do sujeito adolescente em conflito com a lei até o que o levou ao ato. A presente pesquisa envolveu, inicialmente, um universo de 20 famílias de adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, evidenciando que apenas um deles vivia na mesma casa com o pai e a mãe. Esta

pesquisa apresentará uma análise dos relatos de 05 adolescentes em conflito com a lei alicerçados em conceitos da psicanálise. Na maioria das famílias pesquisadas, a mãe ocupava o lugar de única provedora das necessidades básicas para a sobrevivência do grupo, o que implicava sua ausência física da casa.

Os adolescentes em conflito com a lei descreveram inúmeras e traumáticas vivências que tiveram nos primeiros tempos de vida quando a inconstância de ordem afetiva e a violência física, psicológica e moral eram muito frequentes.

### 1.3 TRAJETÓRIAS DA PESQUISADORA

Este tema emergiu da trajetória da pesquisadora como cidadã e profissional na área da educação, envolvida e apaixonada pela alfabetização de crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, com deficiência, oportunizando vivências diversificadas que, cada vez mais, levaram-na a estudar, buscando melhor qualidade em sua práxis.

Assim, trabalhando como pedagoga numa unidade da assistência social, a pesquisadora foi convidada pela Promotora de Justiça a acolher a família de um adolescente que entrou em conflito com a lei e teve como consequência da violência que causou e a qual também lhe foi imputada uma paraplegia irreversível.

Ainda sem experiência neste campo, a pesquisadora passou a apropriar-se da legislação sobre este serviço procurando criar possibilidades de um atendimento pedagógico balizado pelas questões da assistência social, principalmente pesquisar sobre este período da vida, a saber, a adolescência, notando que ela oscila entre a dependência e a independência extremas.

Num acolhimento, por exemplo, no centro de atendimento especializado em assistência social, articulador da rede socioassistencial, a pesquisadora deparou-se diante de uma família com um adolescente cadeirante, em conflito com a lei, oriundo do sistema fechado (instituição de privação de liberdade). Percebeu-se a dimensão de problemas que, agregados à deficiência física ou sensorial, tornam-se muito densos e de difícil encaminhamento pelos inúmeros entraves para acessar o que, teoricamente, ele teria direito: matrícula diurna para concluir o Ensino Fundamental; difícil acesso à escola já que o sujeito é usuário de cadeira de rodas.

A equipe do centro de atendimento especializado em assistência social, além de contribuir no acesso da família à rede socioassistencial, trabalha com o intuito de

garantir a qualidade e a continuidade dos atendimentos necessários à reorganização do adolescente e de seus familiares. Muitas vezes faz-se necessário tutelar o adolescente e sua família na busca de vaga na escola, agendamento de consultas médicas, orientações sistemáticas para organização do grupo familiar em relação aos conflitos familiares ou na comunidade, ausência de documentos, acesso a benefícios e muitos outros.

No transcorrer do acompanhamento pedagógico do adolescente em conflito com a lei, que também era deficiente físico, a equipe de atendimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto passou a fazer parte do Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social e, conseqüentemente, o atendimento pedagógico também foi inserido na referida equipe. A partir daí, desdobrou-se uma nova etapa da construção da proposta de pesquisa ora apresentada, a saber, o desejo de investigar quem é o sujeito em conflito com a lei, como é este sujeito na sua família, que posição ele ocupa neste grupo e quais as relações que se estabelecem para a manutenção da família.

As intervenções seguiram as orientações do SINASE introduzindo uma ação de fato educativa, orientada por um projeto pedagógico que respeita as especificidades do adolescente e de sua família, oferecendo a oportunidade de refletir sobre sua vida em seu contexto aliado à responsabilização pelo ato.

A partir da observação, dos estudos e do trabalho realizado como pedagoga com adolescentes em conflito com a lei, a pesquisadora pode identificar diferentes narrativas no discurso de educadores, pais, mães e dos próprios adolescentes sobre o que pode originar o conflito com a lei.

#### 1.4 O INSUSTENTÁVEL PESO DO TRAÇO

O adolescente em conflito com a lei chega encaminhado pelo JIJ (Juizado da Infância e Juventude) e, após o estudo do processo e acolhimento da família, a equipe constrói um plano de intervenções familiares harmonizando as ações do serviço social, pedagogia e psicologia. Profissionais de outras áreas também poderão reunir-se com a equipe, se houver necessidade.

As intervenções sociopedagógicas são realizadas a partir do contexto no qual o adolescente está inserido; o estudo de sua rotina, das suas atividades, das relações que estabelece no seu dia a dia e o ambiente em que vive são os



elementos que irão alicerçar a práxis pedagógica. Subsequentemente, dá-se a análise e, muitas vezes, a confecção dos documentos de identificação que são fundamentais. A falta de documentos de identificação é comum, e o próprio adolescente desconhece, muitas vezes, sua origem.

Destaca-se, nesse grupo, o fato de grande parte de adolescentes apresentarem um traço para substituir o nome do pai, ou seja, mesmo que tenha ouvido falar de um pai, este não lavrou a declaração de sua existência. Por vezes, na entrevista, as próprias mães assumem que, após a cópula que originou a gestação do filho, não prosseguiram com a relação de casal, perdendo o contato com o homem. Em outros casos, evidencia-se o abandono, pois, mesmo sabendo que um bebê está sendo gerado, ou logo após o nascimento, o homem vai embora, rompendo a relação com a mulher e/ou com o filho.

Algumas vezes, o adolescente sabe de uma história sobre sua origem através do discurso da mãe; porém, ao relatar essa história, percebe-se que a mesma está impregnada de fantasias e mentiras criadas ao longo do tempo, mas que a ajudaram a suportar a dura realidade do abandono. Embora os estudos de Freud estejam fundamentados na análise de pacientes adultos, desde sua origem, as questões referentes à infância orientaram a construção de sua teoria da subjetividade, fornecendo elementos para seus discípulos desenvolverem uma técnica da psicanálise para crianças.

Freud dizia que “Podemos entender que as crianças contem mentiras quando, assim procedendo, estão imitando as mentiras ditas por adultos” (FREUD,1996b, p.329). Diante da afirmação de Freud, podemos compreender que algumas mentiras contadas por crianças e adolescentes “possuem significação especial e deveriam fazer com que seus responsáveis refletissem [...]” (FREUD, 1996b, p.329), pois elas, provavelmente, ocultam um período ou fatos da vida encobrindo frustrações e angustias que, provavelmente, deixarão profundas marcas no sujeito.

É a dificuldade de enfrentar a realidade de seu contexto que faz com que a criança e o adolescente mintam e, assim, a mentira torna-se uma defesa em relação ao seu sentimento verdadeiro. Seja qual for o motivo que leva a criança ou o adolescente a mentir, é necessária uma escuta atenta ao conteúdo da mentira para identificar o significado desse ato.

Confrontar-se com o registro de seu nascimento e com a ausência do nome do pai pode, e provavelmente vai, ocasionar uma série de dúvidas advindas de uma

escuta atenta aos diversos acontecimentos da existência do adolescente desde os primeiros tempos de vida até o ato infracional, respeitando-se nesta escuta o que foi assumido como realidade psíquica, mesmo que esta não corresponda à realidade objetiva que nós pensamos conhecer.

A partir do resgate da história contada pelo sujeito e dos grupos com quem conviveu e convive, pode-se tentar compreender melhor o envolvimento do adolescente em conflito com a lei. Os conceitos da psicanálise com que nos deparamos podem contribuir para compreendermos melhor o fenômeno do ato infracional do adolescente.

### 1.5 A FRAGILIDADE OU AUSÊNCIA DA FUNÇÃO PATERNA

Sabemos que a ausência ou fragilidade da função paterna é um elemento que permite anunciar que o adolescente pode ser impelido a entrar em conflito, primeiramente com as regras e normas do contexto familiar, e, posteriormente, com as leis da sociedade. Grande parte dos adolescentes em conflito com a lei não se submeteram às leis da cultura, ou seja, não se adaptaram aos valores culturais aceitos socialmente e, em alguns casos, são a segunda geração nessa situação.

É provável que o ato infracional, inconscientemente, seja uma forma de buscar o *Nome-do-Pai* e sanar o sofrimento no qual muitos deles se encontram. As atitudes dos sujeitos são as falas dos sujeitos. O conceito *Nome-do-Pai* foi criado por Jacques Lacan para designar o significante da função paterna. Lacan assevera que a prematuridade do ser humano é de extrema relevância quando tratamos do campo psicanalítico; sabemos que a constituição do sujeito deriva do campo do Outro.

Em psicanálise, compreendemos a função paterna tratar-se de uma entidade simbólica, ordenadora da função do pai. Na estruturação psíquica do sujeito, a função paterna é o ponto central; por ser simbólica, a função paterna pode ser operada como uma metáfora, tomada como um significante em lugar de outro significante: o *Nome-do-Pai* emerge como o falo, como objeto de desejo da mãe. Quando a criança passa a conferir a ausência da mãe ao pai, este será nomeado, num primeiro momento, como objeto fálico rival e, posteriormente, como aquele que possui o falo, a saber, o poder. A criança supõe que o pai seja o objeto de desejo da mãe associando o *Nome-do-Pai* ao significante falo.

A metáfora do *Nome-do-Pai* na estruturação psíquica da criança permite-nos compreender o Pai real, pois este concede o lugar diante da instância mediadora do Pai simbólico. O Pai Simbólico é o significante *Nome-do-Pai*, instância mediadora na ausência de um Pai real, exigindo que exista, mesmo que seja apenas “no discurso da mãe, de tal forma que a criança possa entender que o desejo da mãe se encontra, ele mesmo, referido a ele – ou, em caso extremo, que o tenha estado, ao menos durante certo tempo” (DOR, 2011, p. 53).

Na díade mãe e filho, o pai aparece como um terceiro, fazendo o corte nessa relação e, conseqüentemente, introduzindo o filho na castração simbólica e libertando-o do assujeitamento ao desejo materno ocupando, agora, o lugar de sujeito da linguagem, ou seja, de quem fala e não só de quem é falado.

### 1.5.1 O Estádio do Espelho

Essa operação torna-se mais evidente se tomarmos outro conceito laciano, a saber, o Estádio do Espelho, que refere um momento da vida psíquica da criança. Lacan (que “reinventou” a psicanálise a partir de Freud) introduz o conceito do Estádio do Espelho referindo-se ao período de vida entre os seis e os 18 meses, estabelecendo um tempo cronológico para abordar um momento estruturante do ser humano quando este se reconhece na imagem de um outro refletido no espelho.

Um bebê de seis meses está deixando de mamar, começa a ver melhor, sentar-se e a pegar as coisas e, aos poucos, poderá deambular sozinho e ter independência. O que acontece dos seis aos 18 meses nunca mais desaparecerá, trata-se de muitas conquistas em um curto período de tempo que deixam marcas inconscientes indeléveis.

Bernardino, ao referir-se ao texto “O estágio do espelho como formador da função do Eu”, diz que Lacan (1949):

[...] teoriza sobre o processo necessário para constituição de uma imagem própria. Trata-se do momento em que a criança contempla sua imagem no espelho e ali se reconhece. Lacan ressalta ainda, em sua teorização, o papel do olhar do outro materno como possibilitador da identificação da criança. Ao identificar-se com a própria imagem, a partir da confirmação fornecida pelo adulto – com suas palavras e seu olhar, que lhe devolvem uma determinada significação – a criança, muito antes de ter condições neurológicas para tal, antecipa a sensação de unificação de seu corpo. (BERNARDINO, 2006, p.29)

Portanto, a imagem anteriormente despedaçada ganha borda quando o adulto lhe diz que aquela é a imagem dele, do bebê. O reconhecimento de sua imagem no espelho proporciona uma ilusão de completude formando o Eu. Num primeiro momento, a imagem especular dá-se através de uma confusão da imagem dele (o bebê) e do Outro (geralmente a mãe), pois sua relação com a mãe é preconcebida e determinada. A imagem no espelho é percebida como a de um ser real tentando aproximar-se. Diante do comando fantasmático de seu corpo ao vê-lo refletido no espelho, o infans irá conceber-se como um outro que não ele mesmo, numa alienação especular. “Assim, se constitui o que, para Lacan, será o registro do Imaginário que abarca também toda apreensão da realidade externa” (BERNARDINO, 2006, p. 29).

Posteriormente, a criança percebe que o Outro no espelho é uma imagem e não outro real. Como revela Forget: “A criança pode se sentir prisioneira dessa relação “em espelho” com seu semelhante se essa relação não foi matizada por uma forma de fala que respeita sua singularidade” (FORGET, 2012, p.45). Portanto, a imagem do Outro é percebida diferentemente da realidade do Outro e, assim, a criança não irá mais tentar tomar posse dessa imagem.

Depois, a posição da criança diante da imagem do espelho é a de quem sabe que é sua a imagem e, reconhecendo-se, restaura a dissipação do corpo antes despedaçado; porém, agora, de forma organizada e unificada. Esse é o primeiro passo para tomar posse do próprio corpo que se constituirá, no futuro, a partir do corpo simbólico. Sobre a imagem no espelho, Forget afirma:

Um dos aportes do trabalho de Lacan no estágio do espelho foi o de mostrar como a criança, ainda imatura em seus movimentos pulsionais, se identifica com sua imagem no espelho, depois com a imagem de seu semelhante, antes mesmo de ter consciência da unidade de seu ser (FORGET, 2012, p.44).

Podemos então pensar que a mãe antecipa um sujeito em seu bebê, deixando-o emergir através da sua fala, constituindo, assim, os elementos estruturais necessários para a constituição do aspecto psíquico. É a figura materna que dará sustentação, através da fala, fundando o sujeito enunciado, ou falado, para poder ser o sujeito da enunciação, a saber, eu sou.

Lacan (1998/1949, p. 97) assevera que “Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo,

ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem”. Então, a identificação com esta imagem refletida vai lhe conferir uma ilusão de totalidade.

No estágio do espelho, é a partir da identificação com um outro que será suprido, imaginariamente, o momento do nascimento do infans, termo utilizado por Lacan referindo-se à criança neste período de imaturidade biológica, que é caracterizado pela prematuração e falta de coordenação motora. Desta forma, o bebê vai se constituindo como sujeito.

## 1.6 TEMA DA PESQUISA

A sociedade apresenta-nos cada vez mais situações intrincadas para as quais nem sempre temos a experiência e o conhecimento suficientes para enfrentá-las. Compreender os sujeitos que compõem esta sociedade é o grande desafio da contemporaneidade.

O conflito com a lei é algo complexo; portanto, não pode ser abordado de forma simplista e limitada, conferindo a vulnerabilidade econômica e social como únicas motivadoras desse conflito do adolescente. Seguramente são fatores que, por vezes, desdobram-se gerando ou agravando conflitos com a lei; porém, não são exclusivos (do contrário, todo adolescente em situação econômica desfavorável estaria em choque com a lei).

Os relatos indicaram-nos que a importância das relações que se estabelecem nos primeiros tempos de vida, assim como na infância e adolescência, poderão ser determinantes para como esse sujeito irá viver e relacionar-se com seu outro, com o grande Outro e com os múltiplos grupos que emergirem no transcorrer de sua vida.

## 1.7 A FAMÍLIA E OS COMPLEXOS FAMILIARES

Abordamos, anteriormente, o conceito de família sob os aspectos legais e no campo da assistência social. Porém, como a proposta desta pesquisa é de compreender quem é o sujeito em conflito com a lei e que posição e relações são estabelecidas na sua família, fez-se necessário avançarmos neste estudo atravessando os conceitos da Psicanálise na tentativa de compreender este e outros conceitos, assim como o que o tecido social está nos impelindo a dar conta. Nesse

sentido, iniciaremos com o conceito de família numa visão psicanalítica e, a partir daí, os desdobramentos que decorrem deste conceito.

A família é o primeiro grupo no qual o ser humano está inserido. No passado, a família era um grupo reunido naturalmente pela hereditariedade. Já, na atualidade, a família é um complexo cultural de relações que não dependem tanto da sucessão biológica. Lacan explica que o complexo está submetido a fatores culturais, sendo assim:

Se o complexo em seu pleno exercício pertence ao domínio da cultura, e se esta é uma consideração essencial para quem quer explicar os fatos psíquicos da família humana, isso não quer dizer que não exista relação entre o complexo e o instinto (LACAN, 2008a, p. 16-17).

Quando se pensa em família, temos que discorrer sobre os complexos, pois a família abriga as possibilidades de saúde mental em sua dinâmica, assim como as de doenças.

Lacan não apresenta fases ou etapas, mas um complexo de diferentes circunstâncias e formas que permitem ao sujeito viver de outra forma. Esses complexos são fundamentais para a constituição da família como uma instituição cultural. Ele retoma os complexos familiares a partir de Freud, retirando a conotação negativa do termo complexo. E mostra que família é uma instituição mais cultural do que biológica. Os complexos são situações nodais dominadas por fatores culturais com conteúdos representativos do objeto.

A família e a cultura foram abordadas por Lacan quando ele apresentou, em 1938, sua obra escrita originalmente para a *Encyclopédie Française*, sob o título “A família”. Posteriormente, Jacques-Alain Miller edita este texto reconstituindo sua continuidade, anteriormente suspensa pela paginação da *Encyclopédie*, nomeando-o com o título original de Lacan. Este texto não pôde ser incluído nos Escritos devido a seu amplo volume, mas é o escrito precursor dos ensinamentos de Lacan no campo da psicanálise.

Em “Complexos Familiares”, Lacan mantém-se independente da obra freudiana tirando a conotação que Freud dá ao termo complexo, definido por ele como puramente inconsciente e com conotação negativa. O texto de Lacan define “complexo num sentido muito mais amplo que não exclui que o sujeito tenha consciência do que ele representa” (LACAN, 2008a, p.17). Portanto, contrariamente

ao instinto, conceitua complexo como um fator de cultura. Este escrito anuncia o que estava por vir nos ensinamentos lacanianos. Dividido em duas partes, apresenta primeiramente o complexo como fator concreto da psicologia familiar e, após, os complexos familiares em patologia.

O autor discorre seu texto de tal forma que abre caminho para os ensinamentos posteriores. Mesmo diante da ausência de uma teoria da prática psicanalista, tampouco do conceito de inconsciente neste texto, Lacan já apresentava o discernimento entre os conceitos de eu, marcado pelo narcisismo, e a definição de sujeito, de extrema relevância em toda sua obra futura.

Lacan aborda questões sobre a família e suas funções, anunciando que, assim como o animal, o homem tem família. Porém, entre os homens, há muito mais que o puro instinto, a saber, uma estrutura hierárquica cujo contexto oferece o ambiente necessário para o adulto inserir a criança no universo social, numa instância constitutiva sob a forma de cultura. A transmissão dessa cultura, dos hábitos e a aquisição da língua materna são papéis primordiais sob a responsabilidade da instituição humana nomeada família. Em qualquer lugar onde se encontra a espécie humana, haverá, predominantemente, o fator cultural.

Lacan conceitua os complexos afirmando que estes são organizadores no desenvolvimento psíquico dominando os fenômenos que na consciência parecem associados à personalidade, e, “assim, são motivadas no inconsciente não apenas justificações passionais, mas racionalizações objetáveis” (LACAN, 2008a, p.18). O complexo do desmame é o primeiro a ser apresentado por Lacan.

### **1.7.1 O Complexo de Desmame**

Freud mostra que a primeira experiência de satisfação é no seio materno, quando a criança satisfaz a sua fome e, ao mesmo tempo, sua necessidade de aconchego. Essa sensação de plenitude não é duradoura, pois, mais tarde, quando ele volta ao seio da mãe, esperando uma satisfação ainda maior, não encontra a mesma satisfação neste reencontro. Para Freud, essa é a primeira frustração que nós, seres humanos, deparamo-nos.

Lacan mantém esse conceito freudiano, a saber, a primeira experiência de frustração que os seres humanos apresentam na perda do seio materno. A

frustração é um dano imaginário de um objeto Real. A mãe simbólica, que é imaginada pelo bebê, é o agente da frustração deste bebê.

Lacan, no complexo de desmame, anuncia a extrema dependência do homem nos primeiros meses de vida, representando a forma primeva da imago materna, constituindo os sentimentos mais antigos e imutáveis do ser humano na sua família. Este é o mais primitivo dos complexos no desenvolvimento psíquico, a saber, o desmame. Sobre o complexo de desmame, Lacan sustenta que este “fixa no psiquismo a relação de alimentação, sob o modo parasitário que as necessidades dos primeiros meses de vida do homem exigem; ele representa a forma primordial da imago materna” (LACAN, 2008a, p.19).

Diferente do instinto, o desmame, que poderia ser interpretado apenas como algo natural, carrega em si uma complexidade, condicionada por uma regulação cultural, não só biológica. Embora outros animais mamíferos nasçam de um útero materno, apenas no ser humano esse momento será traumático. A mãe, quando tem o seu bebê, nutre a fantasia de completude desde o período gestacional. O bebê está ali, ocupando no imaginário da mãe o lugar de objeto que sacia o desejo, o falo. Lacan descreve o aleitamento materno dizendo que “no abraço e na contemplação da criança, a mãe, ao mesmo tempo, recebe e satisfaz o mais primitivo de todos os desejos” (LACAN, 2008a, p.24). Mesmo a dor do parto pode ser percebida como uma “compensação representativa do primeiro dos fenômenos afetivos que surge: a angústia, nascida com a vida” (LACAN, 2008a, p.24).

O bebê humano nasce como um animal extremamente dependente e necessita do colo materno, pois carece de proteção para sobreviver. Os outros animais mamíferos já nascem e rapidamente ficam em pé procurando as tetas da mãe para se alimentar. O bebê humano não vai ao seio materno sozinho, a mãe o conduz até o seio; do contrário, ele não teria meios de sobreviver.

O bebê humano inicia sua constituição como sujeito também, quando, ao mamar, estabelece interações simbólicas com a mãe. No desmame, o bebê irá deparar-se com perdas que serão importantes para sua aquisição do laço social. Quando falamos em desmame, falamos de um momento singular na constituição psíquica deste bebê que perde o colo e o seio da mãe.



### 1.7.2 O Complexo da Intrusão

De certa maneira, o conceito de desmame é reconhecido tanto no campo psicanalítico como no popular. O Complexo de Intrusão é apresentado por Lacan posteriormente ao desmame para falar da origem do ciúme. Esse termo é exposto para falar da imago do semelhante, como no estágio do espelho, um momento genético que representa uma vivência da criança ao se reconhecer no novo irmão que chega à família.

As perdas dos primeiros tempos de vida provocam marcas constituintes do psiquismo da criança, estruturando sua subjetividade. O estágio do espelho refere-se à ocasião em que a criança se reconhece, por meio da fala da mãe, através da imagem do outro, que é sua imagem refletida no espelho, a quem endereça sua primeira agressividade.

O desmame, condicionado por uma relação cultural é, geralmente, anterior ao complexo de intrusão, dois momentos na estruturação do psiquismo do sujeito. O complexo de intrusão tem seu início numa relação imaginária com o outro, onde o sujeito se vê excluído da cena na qual, no passado, viveu sua completude. Esse confronto se dá entre irmãos e é relevante na identificação afetiva que irá anteceder o ciúme diante da presença de um outro, do irmão, do semelhante.

Sendo assim, no complexo de intrusão, o filho mais velho fica a mercê da destituição provocada pela chegada de um irmão. Este invasor que penetra no contexto familiar causa danos, pois ao irmão caçula é oferecido um lugar de destaque onde os mimos e atenções geram ciúme no irmão mais velho que teme perder seu objeto de amor, a saber, a mãe. O ciúme é um sentimento que tem seu registro nos diferentes agrupamentos de seres humanos em todos os tempos. Lacan explica que, a partir dos estudos psicanalíticos sobre a estrutura do ciúme infantil, é possível reconhecer que o ciúme tem um papel importante na origem da socialização e, conseqüentemente, das construções culturais dos seres humanos. Lacan prossegue revelando que “o ciúme, em sua essência, representa não uma rivalidade vital, mas uma identificação mental” (LACAN, 2008a, p.28).

Assim como Freud coloca o complexo de Édipo como central em sua teoria, Lacan centraliza seus estudos em torno do complexo de intrusão, pois, a partir daí, irá tecer e desenvolver sua proposição sobre a constituição do sujeito, do outro e do objeto.

### 1.7.3 O Complexo de Édipo

Lacan apresenta-nos a família como algo cultural e não só biológico e assevera que complexo é um momento dominado por fatores culturais, com conteúdo representativo de um objeto, sendo uma etapa vivida da objetivação e manifestação da carência. Os complexos são o que o sujeito estrutura de si mesmo desde a fase do espelho, continuando por toda a vida.

Na mitologia grega vamos encontrar o mito de Édipo, anterior ao seu nascimento, quando os Deuses haviam determinado que não houvesse descendência de Laio. Como outros ancestrais que haviam burlado essa ordem, Laio foi castigado pelo impedimento da procriação.

Baseado na tragédia do Édipo Rei, de Sófocles, Freud formulou o conceito de Complexo de Édipo, desvendando sua relevância como o “fenômeno central do período sexual da primeira infância” (FREUD, 1996a, p.195), sendo fundamental à Psicanálise e comum a todo ser humano, pois o sujeito tem sua origem num pai e numa mãe sendo essa tríade o centro dos conflitos que irão perpassar por toda a sua vida, fornecendo elementos para a estruturação psíquica do sujeito.

O mito grego relata a história de Édipo que, sem saber, mata o próprio pai e casa-se com a mãe. Ao descobrir a verdade sobre sua origem, Édipo cega a si mesmo e sua mãe, Jocasta, suicida-se. O Complexo de Édipo tem sua culminância com a identificação da criança com o genitor do mesmo sexo. O menino, embora veja o pai como um rival, tenta identificar-se com ele. Já a menina, poderá sustentar a fantasia de ter um bebê do pai, e assim não se sente ameaçada pela castração. O conceito de Complexo de Édipo muitas vezes é deturpado ao ser tomado como um momento em que a criança sente uma atração erótica pela mãe. É, na verdade, uma questão do vínculo que a criança irá direcionar sentimentos de amor e ódio para os que lhe forem mais próximos, a saber, os pais.

O que existe, na verdade, é uma rivalidade da criança com o genitor do mesmo sexo pela conquista do amor do outro genitor. São sentimentos conflitantes que caracterizam o Complexo de Édipo. Diante de uma relação harmoniosa com seus genitores, sem expressivos estímulos ou proibições, este período será ultrapassado sem oferecer riscos. Porém, diante de interferências que possam gerar traumas e fragilidade à criança, poderá desencadear uma neurose infantil que acarretará em problemas também na adolescência e vida adulta.

Esses primeiros tempos de vida deixarão marcas que irão habitar a alma do ser humano para o resto da vida: nunca mais se perdem essas marcas, elas são registradas no inconsciente. Obedecendo ao ciclo natural que qualquer animal passa, também o bebê humano, ao nascer, busca o aconchego do colo materno para substituir a vida intrauterina: o nascimento do bebê humano é um fato traumático; é uma relação dual, onde a linguagem irrompe e de onde nasce o desejo. Daí para frente, o nosso grande desejo de retornar a esse algo perdido é inacessível.

O Complexo de Édipo é um dos conceitos essenciais para a compreensão do desenvolvimento da criança e é comum a todos os seres humanos. Quando o bebê nasce, há uma passagem da vida intrauterina para a vida extrauterina onde, com o corte do cordão umbilical, há o sofrimento do bebê e o afastamento da mãe. A criança recém-nascida não pode sobreviver sozinha, sem a proteção dos pais, e essa extrema dependência fará com que a criança cresça acreditando ser parte da mãe, sua fonte de satisfação. Mais tarde, a criança irá deparar-se com a frustração de perceber que não é o único centro das atenções da mãe.

O Complexo de Édipo marca esta separação da mãe quando o pai se faz presente, deixando claro que aquela mulher é dele. A criança irá nutrir sentimentos de hostilidade em relação ao pai, no caso do menino, pois percebe que ele está desviando a atenção da mãe que até agora era só sua. A menina quer conquistar o pai para si. Concomitante com estes sentimentos hostis, a criança deseja ser como aquele genitor que despertou o interesse da mãe, identificando-se com ele. Para Freud, o Complexo de Édipo permitirá a identificação com o genitor do mesmo sexo do bebê.

Lacan, ao falar de Complexo de Édipo, afirma que a criança irá confirmar “um desejo sexual ao objeto mais próximo que normalmente a presença e o interesse lhe oferecem, a saber, o genitor do sexo oposto, essas pulsões oferecem ao complexo a sua base; a frustração delas forma seu nó” (LACAN, 2008a, p.40). O genitor do mesmo sexo é um obstáculo à satisfação da criança, gerando uma frustração. A resolução do Complexo de Édipo é de extrema relevância para que a criança faça a transição, para que seja inserida na cultura, reprimindo seu desejo e simbolizando a castração.

Com receio da castração, que é simbólica, a criança esconde seus sentimentos dirigindo-os para sua inserção social. Uma vez inserida na cultura,

optará por valores da civilização abandonando resíduos incestuosos que ficarão depositados no seu inconsciente. É na resolução do Complexo de Édipo que ocorre a retomada da imago do pai.

#### **1.7.4 O Complexo de Castração**

É a partir do Complexo de Édipo que o sujeito vai se estruturar, especialmente sobre as diferenças entre os sexos e de sua angústia diante da castração. Freud escreveu sobre o Complexo de Castração a partir do seu artigo “Sobre as Teorias Sexuais das Crianças” (1908) e do artigo “Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos”, mais conhecido como “O Pequeno Hans” (1909).

Freud salientou a castração no momento histórico da percepção da diferença anatômica entre os sexos que se revelam, muitas vezes, de forma brutal para as crianças. Frente à descoberta dessa diferença física, a criança vê-se diante de dúvidas que começam a surgir. Mesmo numa cultura diferente, como, por exemplo, os índios, onde a nudez é algo comum, essa percepção vai ocorrer.

Diante da descoberta, o menino tende a proteger o símbolo de seu poder, a saber, o órgão anatômico do qual a menina é desprovida. Assim, o menino, numa visão freudiana, ficaria imaginando como seria não ter o pênis, o que lhe provoca uma grande angústia. Freud, de saída, disse que o falo não é o pênis, é muito mais do que isso. Diante de um chiste ou de uma brincadeira é o falo que circula, é a ancestralidade, o simbólico. Aliás, falo não é um representante exclusivamente masculino, pois a etapa fálica ocorre para as meninas também. Deste modo, não haveria diferença entre o menino e a menina no desdobrar do movimento de Édipo, pois ambos desejam, num primeiro momento, ser o falo da mãe para poder atrair seu desejo.

Porém, através do discurso da mãe, o pai simbólico, num segundo momento, vai proibir o incesto, expulsando o filho da posição de falo. Já no terceiro momento, é o pai real, aquele que a criança acredita ser o detentor do falo que vai interceder. Para Freud, o Complexo de Édipo e a castração estabelecem uma marca no sujeito em relação à sua sexualidade: estes momentos emergem de uma circunstância ligada a um estágio de maturação psicosexual onde a libido direciona-se ao pênis, no menino, e ao clitóris, na menina. A este estágio denomina-se fase fálica.

Conforme Nasio, a sustentação conceitual da expressão castração não está relacionada ao sentido comum de:

mutação dos órgãos sexuais masculinos, mas designa uma experiência psíquica completa, inconscientemente vivida pela criança por volta dos cinco anos de idade, e decisiva para a assunção de sua futura identidade sexual (NASIO, 1997, p.13).

A experiência inconsciente da castração será revivida por toda a vida do sujeito, aquele que anteriormente vivia a ilusão da onipotência; porém, com a situação da castração simbólica, “terá de aceitar que o universo seja composto de homens e mulheres e que o corpo tenha limites, ou seja, aceitar que seu pênis de menino jamais lhe permitirá concretizar seus intensos desejos sexuais em relação à mãe” (NASIO, 1997, p.13).

Lacan relaciona o Complexo de Castração não ao pênis, objeto real, mas ao falo, objeto imaginário. O pênis é um representante fálico. Para Lacan, o falo é um significante, e só é significante na medida em que é simbólico. Assim, ele só cumpre sua função se não for desvelado. Falo não tem um lugar; é algo a que se atribui um valor.

Lacan identifica, inicialmente, não o desejo da criança de cinco anos pela mãe, mas, sim, o desejo da mãe pelo seu bebê, seu falo. Livre da angústia da transformação da necessidade pelo desejo, o bebê acolhe todo amor endereçado a ele pela mãe, quando sua necessidade encontra um objeto que lhe permite saciar-se. Então, Lacan apresenta o conflito edípico como uma condição do sujeito, que transcorre toda a sua existência, desde o nascimento até a morte.

A castração, processo simbólico, é exercida realmente pelo símbolo linguístico. Castração é uma falta, um rompimento da relação dual com a mãe, em que o falo tem um valor privilegiado na relação mãe-bebê, pois ele é um símbolo de poder para a mãe que diz: “Este é meu filho”. Conforme Roudinesco: “Do ponto de vista do objeto, a castração só pode ser a representação simbólica da ameaça de desaparecimento na medida em que esta não concerne ao pênis, objeto real, mas ao falo, objeto imaginário” (ROUDINESCO, 1998, p.106).

Lacan mostra que a castração é uma função e tem uma estrutura subjetivante. Ela está ligada a uma ordem simbólica, constituída; sendo simbólica, é a mensagem do pai dizendo ao filho que ele pode ter qualquer mulher, menos

aquela mulher (a mãe): aquela é a mulher dele, do pai. É o pai simbólico instalando a lei. Assim, esta lei afasta o ser humano do que é puramente instinto e, como revela Bernardino:

Esta lei que tira o homem do campo animal e instintivo levando-o a regular sua reprodução e sua sobrevivência por um sistema simbólico, introduz o objeto materno como proibido e deve ser sustentada pelo pai, suposto detentor do *falo*, que ameaça com a castração aquele que não a cumpre (BERNARDINO, 2006, p.24).

Assim, quando a criança atravessa essa operação simbólica, a saber, a castração, irá perceber que o acesso aos objetos demanda uma perda, uma falta que instala o sujeito como desejante. A castração desperta o desejo que existe diante da falta. Na busca da satisfação deste desejo, o que é encontrado não é o que falta, mas aquilo que se coloca no lugar da falta.

## 1.8 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa é o atendimento ao sujeito adolescente em conflito com a lei e sua família. Esta pesquisa propõe buscar respostas às seguintes questões:

- Que diferentes elementos constituem uma família?
- Quem é o sujeito em conflito com a lei?
- Que posição este sujeito ocupa e quais as relações que são estabelecidas na sua família?
- Como é este sujeito na sua família? Qual a função deste sujeito na sua família?
- O que se vê nos filhos já está nos pais?
- É possível visualizar mudanças na família após passagem pela Medidas Socioeducativas?

Os desdobramentos das questões advindas da pesquisa serão circundados por um olhar atravessado pelos conceitos psicanalíticos.

## 1.9 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.9.1 Objetivo Geral

- Compreender o desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei em seu contexto.

### 1.9.2 Objetivos Específicos:

- Distinguir os diferentes elementos que realmente constituem uma família;
- verificar quem é o sujeito em conflito com a lei;
- visualizar se ocorrem mudanças na família após a passagem do adolescente pelas Medidas Socioeducativas.

Diante das inquietações que circundam esse percurso teórico, buscaremos, simultaneamente, pensar em diretrizes que orientem o caráter pedagógico da proposta endereçada aos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

## 1.10 JUSTIFICATIVA

Na atualidade, o contexto político e social está marcado pela constante busca de garantia de direitos e consolidação do que está dito através das leis. Vive-se em uma sociedade complexa, onde o sujeito ocupa diferentes lugares e funções e, para alguns, nem sempre será possível acessar seus direitos, assim como, para outros, por vezes, o conflito com a lei será iminente.

Os fatores que levam determinado grupo, neste caso, de adolescentes, a entrar em conflito com a lei, são o objeto de estudo da presente pesquisa. Para tanto, começamos com a realização de uma investigação nas configurações familiares dos adolescentes em conflito com a lei, no serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, em um município da grande Porto Alegre.

Sabe-se que a família modificou-se: na atualidade, são mais os laços afetivos que estruturam esta família, não apenas os de sangue, biológicos. Devido às circunstâncias sociais, a família nuclear (pai, mãe, filho) não pode mais ser

idealizada e, desse modo, fazer uma escuta dessa família “real” é fundamental. O estudo e as intervenções junto à família concretizam a inscrição de novos registros para os adolescentes em foco e, diante das novas configurações e de uma concepção contemporânea de família, é necessário acolhê-las juntamente com o adolescente em questão, pois ela (a família) também tem seu papel na responsabilização pelo ato.

Sendo a adolescência um período em que se definem as identificações, o estudo abrange o que ocorre para a fragilização da eficácia simbólica e quais relações com as funções paterna e materna se presentificam na vida dos sujeitos que participaram do estudo em questão. O conceito de identificação essencial na teoria freudiana destaca, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de outros conceitos da psicanálise, imprescindíveis para a compreensão dos desdobramentos das questões emergentes na pesquisa e possibilita um olhar atravessado pelos mesmos para um melhor atendimento dos sujeitos.

O estudo das histórias de vida dos adolescentes, objeto desta pesquisa, teve os conceitos da psicanálise como pano de fundo, agindo como os raios de luz que desvelam a multiplicidade de cores e formas possíveis num caleidoscópio.



## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A transgressão consiste em “passar para o outro lado, franquear, ultrapassar”, depois “infringir”. Se a introdução progressiva da criança no mundo adulto não está balizada, acompanhada e prometida, ela pode levar a uma deriva em que se apropria do que não lhe é legitimamente destinado, onde se projeta do outro lado sem contar com a mediação de seus próximos (FORGET, 2012, p.51).

### 2.1 PESQUISA-AÇÃO: PESQUISA E AÇÃO MATIZADAS

Uma pesquisa no campo da realidade social, envolvendo seres humanos, certamente aponta para uma identidade entre sujeito pesquisador e o objeto a ser investigado, pois as escolhas não se dão por acaso. O conceito de realidade social é muito abrangente e envolve, conforme Gil (2012, p.26), “todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais”.

Neste estudo, como o objeto pesquisado é a demanda de trabalho da investigadora, foi utilizada a pesquisa-ação, já que esta abrange um papel ativo do pesquisador no desvelamento e, talvez, na resolução de um problema.

Thiollent distingue a pesquisa-ação de outros tipos de pesquisa afirmando que é:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 16).

Assim, concomitante com a investigação, a pesquisadora fez intervenções, pois sua ação transcendia a simples observação dos sujeitos pesquisados e o seu envolvimento na pesquisa indicava que “o significado e o valor do que fazemos só podem ser transformados se convertermos nossas atuações e nossas perspectivas em objeto de pesquisa” (ESTEBAN, 2010, p.172).

A pesquisa-ação permite o acesso a múltiplos elementos e à esperança de obtenção de resultados relevantes no campo social, pois há uma estreita relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, implicando uma transformação da

situação social e, ainda, como afirma Esteban, “se pretende, fundamentalmente, propiciar a mudança social, transformar a realidade e levar as pessoas a tomarem consciência de seu papel nesse processo de transformação” (ESTEBAN, 2010, p.167). Nessa perspectiva, a pesquisa-ação pode ser assinalada justamente pelo entrelaçamento do pesquisador e dos pesquisados no transcorrer da pesquisa, sendo que o relacionamento entre ambos “não se dá como mera observação do primeiro pelo segundo” (GIL, 2012, p.31).

Ressalve-se, ademais, que o pesquisador, que é quem institui as questões a serem pesquisadas, não poderá usar poder arbitrário ou despojado diante da busca, mesmo que imbricado e comprometido numa práxis investigativa como na pesquisa-ação.

Barbier (2002) ressalta a eficácia da pesquisa-ação como "uma totalidade dinâmica, biológica, psicológica, social, cultural, cósmica, indissociável" (BARBIER, 2002, p. 87). Assim, o autor prossegue dizendo-nos que “o verdadeiro espírito da pesquisa-ação consiste em sua “abordagem em espiral”. Significa que “todo avanço em pesquisa-ação implica o efeito recursivo em função de uma reflexão permanente sobre a ação” (BARBIER, 2002, p. 117).

Cabe assinalar o que Vergara (2007) anuncia a seguir: “A pesquisa-ação é um método de pesquisa social na qual o pesquisador detecta um problema em seu meio social ou laboral e busca, junto com outros atores, sua solução” (VERGARA, 2007, p.49). Assim, a autora ratifica nossa posição sobre a relevância de sermos protagonistas em nosso contexto e, a partir dessa premissa, constrói o seguinte conceito: "Pesquisa-ação é um tipo particular de pesquisa participante e de pesquisa aplicada que supõe intervenção participativa na realidade social. Quanto aos fins é, portanto, intervencionista" (VERGARA, 2007, p.49).

Esta pesquisa desenvolveu-se através de método qualitativo, tendo como instrumentos a observação participante, a análise documental, a história de vida, além de entrevistas semiestruturadas com profissionais que trabalham com os adolescentes, adolescentes em conflito com a lei e seus familiares.

As entrevistas e as observações foram registradas em fotos e gravações de áudio e/ou vídeo que se encontram num arquivo, em poder da pesquisadora, após a concordância expressa dos entrevistados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo).

A construção de dados deu-se a partir do discurso dos entrevistados, dos não ditos e ditos entrelinhas, utilizando-se procedimentos analíticos de natureza qualitativa, pois “a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador” (GIL, 2012, p.175). Num método tradicional, os dados são interpretados após sua análise, pois estas ações estão muito próximas. Neste ponto, interessa destacar o que Gil apresenta sobre as pesquisas qualitativas: “[...] não há como separar os dois processos. Por essa razão é que muitos relatórios de pesquisa não contemplam seções separadas para tratar dos dois processos” (GIL, 2012, p.177). Sendo assim, através da interpretação, procuraremos ampliar o sentido dos dados analisados por meio do estabelecimento de relações com as teorias estudadas. Os elementos que emergirem deste estudo serão avaliados através de conceitos da psicanálise.

Outro aspecto a ser considerado é a ética na pesquisa com seres humanos em Educação, pois sabemos que “[...] nossos sujeitos serão nossos interlocutores durante todo o processo de pesquisa inclusive o momento de publicização de nossos resultados” (SPINK, 2000, p.20). Assim sendo, podemos dizer que o pesquisador estará sendo orientado, acompanhado e avaliado por um profissional qualificado e reconhecido publicamente (no caso das instituições públicas), em condições de exercer esta função e que, posteriormente, os resultados da pesquisa estarão à mercê de outros professores doutores para a avaliação final.

Como revela Spink, “é pela responsabilidade que o outro existe para mim e minha responsabilidade é incondicional” (SPINK, 2000, p.14), ou seja, o pesquisador atuará independente do conhecimento ou das qualidades do outro. A responsabilidade e o respeito, independente da área temática ou modalidade a ser investigada, deverão nortear a pesquisa, cumprindo com as especificidades setoriais e regulamentações peculiares.

Para Spink, a pesquisa social é aquela relacionada à epistemologia construcionista em particular, reunindo condições inusitadas para a prática da habilidade ética. A ética dialógica, para a autora:

[...] leva os preceitos éticos de plena informação, livre consentimento e análise de riscos e benefícios às últimas conseqüências. Sendo qualitativa por excelência, passam a ser três os cuidados éticos essenciais da pesquisa construcionista: os consentimentos informados, a proteção do anonimato, e o resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e participantes (SPINK, 2000, p.20).

Em síntese, a consolidação de uma pesquisa social requer o olhar atento e responsável do pesquisador e de seu orientador que buscará maiores subsídios para acompanhamento quando julgar necessário.

### **2.1.1 O Atravessamento dos Conceitos Psicanalíticos**

O bebê, ao nascer, tem que resolver a situação de seu desamparo infantil, característica do bebê humano por nascer com extrema dependência, sem condições de sobreviver sozinho. Os primeiros anos de vida são fundamentais para a constituição do sujeito e representam os momentos das marcas primeiras, que irão constituir a base das futuras formas de se inserir no mundo que está a sua volta.

A psicanálise, que é o eixo teórico deste estudo, tem mostrado, ao longo da história, que o sujeito é aquilo que o outro lhe permite ser, possibilitando ver além da expressão manifesta. Assim posta, a psicanálise deve ser pensada dentro da contemporaneidade cultural e social do sujeito.

As questões relativas à adolescência e à constituição do sujeito, que são abordadas no estudo em pauta, têm como referencial os estudos de Sigmund Freud, Jacques Lacan, Françoise Dolto, Winnicott, Nasio, Jean Bergès e Gabriel Balbo, Arminda Aberastury e Knobel, principalmente.

### **2.1.2 Dados Quantitativos Sobre os Adolescentes em Conflito com a Lei**

Como já foi explicado, esta pesquisa é de cunho qualitativo. Porém, no universo dos 20 adolescentes e suas famílias que foram acolhidos no serviço das MSE num período de 12 meses, fez-se um levantamento introdutório sobre esses sujeitos. O critério estabelecido pela pesquisadora foi estar em conflito com a lei e ter ingressado no serviço das MSE, efetivando o acolhimento na Pedagogia, Serviço Social e Psicologia.

A partir de dados retirados das fichas de acolhimento, fez-se um perfil destes adolescentes e do contexto em que vivem. Tais fichas são compostas de questões que envolvem respostas concisas e mensuráveis transformando fatos que poderiam ser interpretados de forma qualitativa em fatos quantitativos para estabelecer um esboço do grupo a ser estudado. Mesmo diante de questões objetivas, sabe-se que “os fatos sociais dificilmente podem ser tratados como coisas, pois são produzidos

por seres que sentem, pensam, agem e reagem, sendo capazes, portanto, de orientar a situação de diferentes maneiras” (GIL, 2012, p. 5). Mesmo diante desses limitadores, organizou-se os elementos necessários para vislumbrar um perfil do grupo inicial.

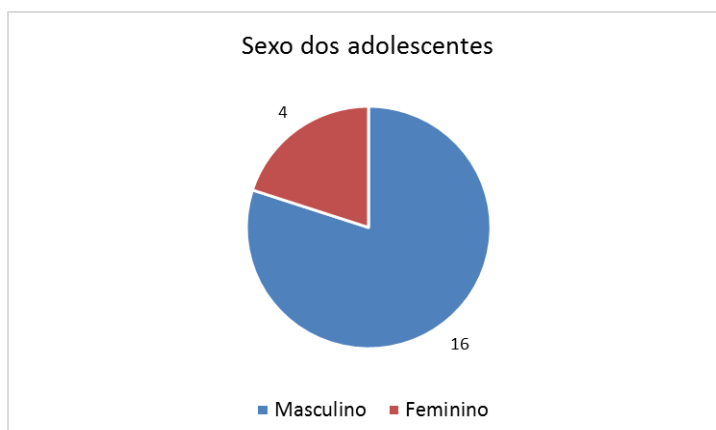
## 2.2 PERFIL DO GRUPO ESTUDADO PRELIMINARMENTE

De forma geral, as 20 famílias são monoparentais e chefiadas pela mãe. Entretanto, o adolescente que entrou em conflito com a lei, muitas vezes, tem função de provedor adjunto. Concebe-se por família monoparental o que é promulgado na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 226, § 4º, onde se lê: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado [...] Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Percebeu-se diferentes composições familiares onde membros de outras famílias são agregados e a situação de vulnerabilidade econômica e social se faz presente na maioria das famílias em pauta. As relações familiares são conflituosas entre seus membros, indo além de conflitos geracionais. Há falta de clareza nos papéis familiares e de um planejamento da vida a curto e médio prazo. Os dados quantitativos que serão apresentados a seguir referem-se aos elementos trazidos pelas famílias no acolhimento do serviço das MSE.

### 2.2.1 Gráficos ilustrativos

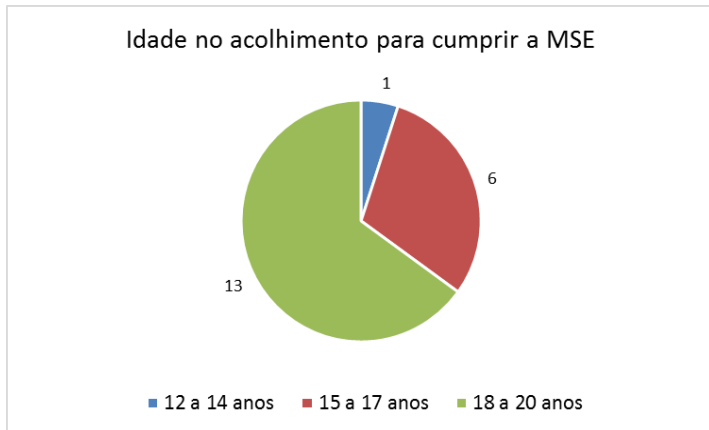
**Gráfico 1 – Sexo dos adolescentes**



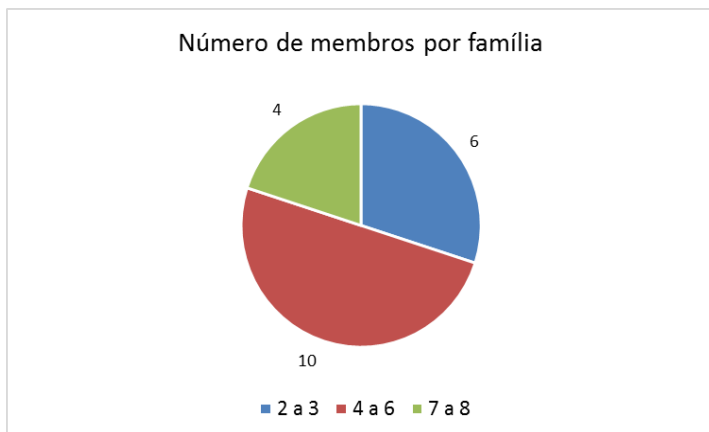
**Gráfico 2 – Idade ao cometer o ato infracional**

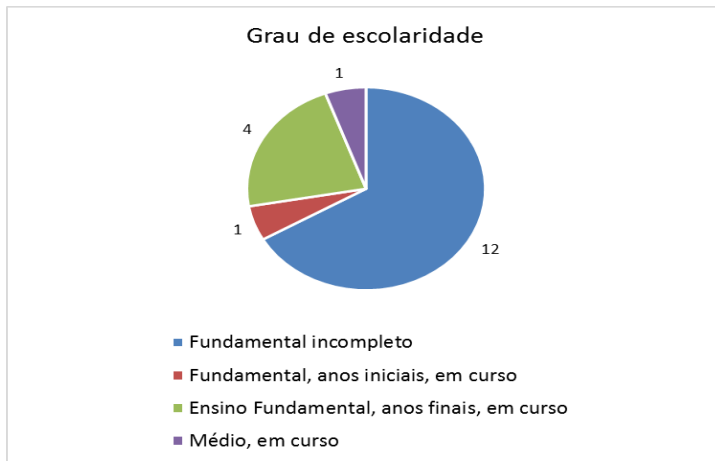


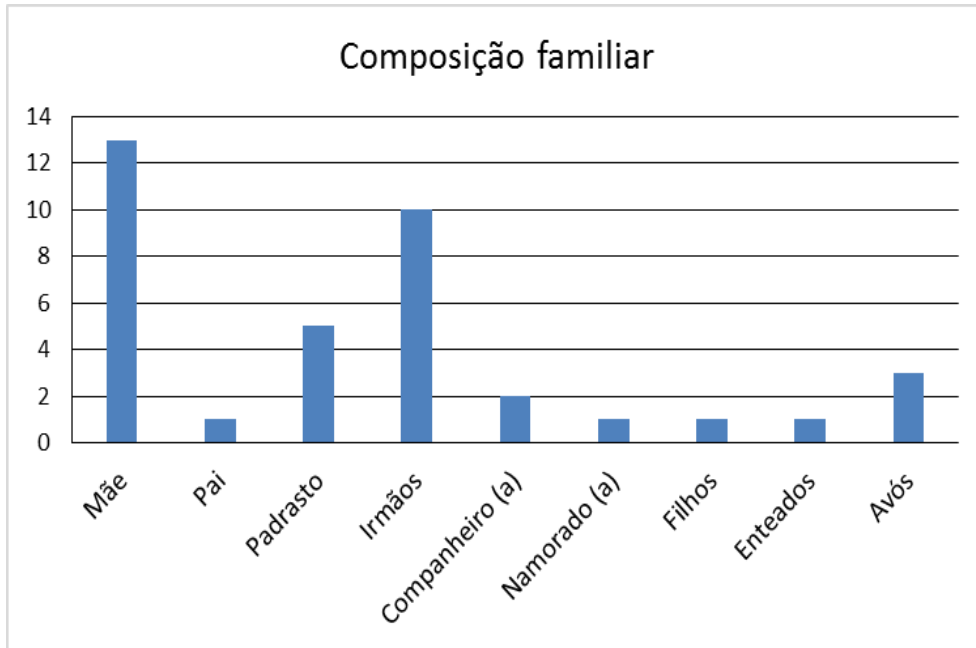
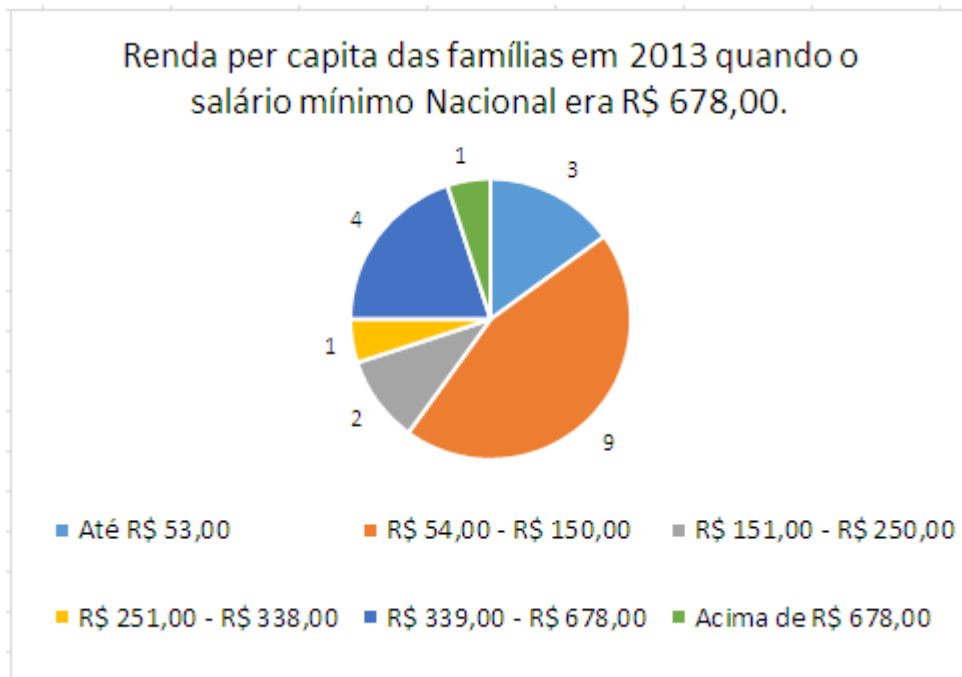
**Gráfico 3 – Idade no acolhimento para cumprir a MSE**



**Gráfico 4 – Número de membros por família**



**Gráfico 5 – Adolescentes matriculados na escola****Gráfico 6 – Grau de escolaridade****Gráfico 7 – Atividade laboral**

**Gráfico 8 – Composição familiar****Gráfico 9 – Renda per capita das famílias.**



### 2.2.2 Análise ilustrativa dos dados coletados

De acordo com o levantamento de dados sobre as 20 famílias acolhidas no período, 16 adolescentes em conflito com a lei são do sexo masculino e 04, do sexo feminino. É uma peculiaridade deste período, pois, no levantamento geral de anos anteriores, o número de adolescentes do sexo feminino foi menor. Tomemos como exemplo outros dois períodos de 12 meses imediatamente anteriores ao período que está em estudo: Período A: 21 masculinos e 02 femininos; Período B: 23 masculinos e 03 femininos.

É imprescindível que haja integração operacional dos serviços dos órgãos do Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e da Assistência Social para a garantia dos direitos do adolescente a quem se atribui o ato infracional, como preconiza o ECA. Porém, por vezes, a morosidade na tramitação do processo compromete o sentido da medida sócio-educativa e o adolescente chega ao serviço no CREAS num momento em que já está organizado. Assim, a medida sócio-educativa tem função punitiva, diferentemente do que é preconizado pelo SINASE.

Outras vezes, o adolescente nem mesmo apresenta-se para o acolhimento, pois sua situação agravou-se e a identificação com o mundo do crime avançou e não há mais como inseri-lo numa medida sócio-educativa de liberdade assistida e/ou prestação de serviço à comunidade. Esta situação pode ser ratificada diante dos dados referentes à idade em que o ato infracional foi cometido e a idade em que os adolescentes chegam ao serviço do CREAS para cumprimento da MSE. Observou-se que 02 adolescentes do período em estudo cometeram o ato infracional com idade entre 12 e 14 anos e 18 com idade entre 15 e 17 anos. Neste grupo, 01 dos adolescentes chegou ao serviço para acolhimento com idade entre 12 a 14 anos, 06 com idades entre 15 a 17 anos e 13 com idades entre 18 a 20 anos.

Na atualidade, as famílias estão organizadas com particularidades mais complexas do que em outros tempos, diferenciando-se da composição familiar tradicional, na qual tínhamos o pai, a mãe e os filhos morando numa mesma casa. Os motivos são inúmeros, tais como: aumento na proporção de pessoas idosas por família, separação e novas uniões que fazem com que as coabitações sejam recorrentes, o custo de vida, entre outros que não são, aqui, determinantes, porém são agravantes da vulnerabilidade na qual esses adolescentes encontram-se.

Se compararmos o valor dos R\$ 678,00 (Decreto Nº 7.872 de 2012) do salário mínimo nacional com a situação econômica apresentada pelas famílias em estudo, verificaremos que a renda *per capita* de 15 famílias está abaixo de meio salário mínimo (R\$ 339,00). Apenas 4 famílias têm a renda *per capita* acima de meio salário mínimo e, somente 1 família superou o valor do salário mínimo *per capita*. Embora o Rio Grande do Sul tenha um salário mínimo regional superior ao nacional, aqui utilizamos apenas o nacional, pois ele é a referência no cálculo da renda *per capita* para inclusão das famílias nos programas de benefício e transferência de renda.

Identificamos ainda que a composição das configurações familiares modificou-se e percebeu-se que nas famílias pesquisadas existem novos arranjos com uma grande quantidade de membros por família morando na mesma casa. Das 20 famílias, 06 possuem de 2 a 3 pessoas na mesma casa, 10 de 4 a 6 pessoas e 04 de 7 a 8 pessoas morando na mesma casa. Percebeu-se, ainda, que surgiram novos elementos no âmbito da família, como padrasto, companheiro (a), enteados. Na composição familiar do grupo pesquisado, fazem parte da família, morando na mesma casa com o adolescente: em 13, a mãe; 01, o pai; 05, o padrasto; 10, os irmãos; 02, o companheiro (a); 01, com namorado (a); 01, com filho; 01, com enteado e 03, os avós.

Considerando que o atendimento socioeducativo em meio aberto oferece aos adolescentes em conflito com a lei uma oportunidade de refletir sobre sua vida e organizar-se em seu contexto, preocupa-nos a escolaridade que é uma questão relevante a ser destacada. Grande parte dos adolescentes não frequenta mais a escola e não deseja fazê-lo, já que 11 estão no mercado de trabalho e contribuem para a renda da família. Outros não têm motivação para voltar à vida escolar, nem conseguem se organizar na busca desta escolarização.

No grupo pesquisado, 06 dos adolescentes estão matriculados na escola e 14 estão fora do ambiente escolar. Quanto ao grau de escolaridade destes adolescentes, sabemos que 12 possuem o Ensino Fundamental incompleto; 01 está cursando os anos iniciais do Ensino Fundamental; 04 estão cursando os anos finais do Ensino Fundamental e apenas 01 está cursando o Ensino Médio. A equipe de profissionais das MSE auxilia na organização do adolescente para retomar a vida escolar, porém grande parte não consegue aderir à oferta e, quando o faz, é

inserido, geralmente, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) devido à idade avançada para o nível de ensino no qual se encontra.

### 2.2.3 Delimitando o universo da pesquisa

Num segundo momento, os adolescentes e suas famílias foram convidados a participar deste estudo, tendo-se como critério utilizado pela pesquisadora o período da MSE superior a quatro meses e o consentimento do adolescente e do responsável em participar da pesquisa. Deste modo, 05 adolescentes e suas famílias foram selecionadas, pois atendiam aos critérios definidos nesta investigação.

Com o intuito de preservar a privacidade dos sujeitos que participam deste estudo, os 05 adolescentes foram nomeados por cores, aleatoriamente escolhidas, dando as primeiras nuances a esse estudo: Verde, Azul, Vermelho, Amarelo e Laranja. A seguir, apresentamos um quadro com dados sobre os adolescentes que continuaram participando do estudo.

**Tabela 3:** Perfil dos adolescentes da pesquisa.

Adolescente	Sexo	Idade no ato	Idade no acolhimento	MSE	Escolaridade	Atividade laboral	Responsável legal
Verde	M	15	16	LA e PSC	8º ano EF	Não	Mãe
Azul	M	15	15	LA	1º ano EM, em curso	Sim	Pai
Vermelho	M	17	19	LA	3º ano EF	Não	Mãe
Amarelo	M	13	13	PSC	3º ano EF, em curso	Não	Mãe
Laranja	M	15	16	PSC	8º ano EM, em curso	Não	Avó

## 2.3 AS PRIMEIRAS NUANCES

Fortalecidos com o que precede, podemos apreender por que a transgressão, o ato antissocial ou o delito acontecem às vezes no percurso de uma criança ou de um adolescente, em um tempo de desvario ou de desespero (FORGET, 2011, p.51).

A complexidade do cotidiano dos adolescentes que são acolhidos no Serviço das MSE é imensa. Os relatos trazidos por estes adolescentes surpreendem pela

acidez dos episódios aos quais estiveram expostos e, conseqüentemente, daqueles que produziram.

Diante da escolha metodológica de pesquisa-ação qualitativa, foi possível ir a campo investindo nas observações e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa-ação numa abordagem qualitativa é muito utilizada nas pesquisas sociais, permitindo maior aproximação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Foram coletados inúmeros elementos que serão apresentados a seguir, para, posteriormente, serem analisados através de conceitos psicanalíticos.

### **2.3.1 Verde**

O acolhimento de Verde foi inusitado. O jovem de 16 anos era deficiente físico (cadeirante) e estava em conflito com a lei. Durante as intervenções da equipe, houve limitações no acesso à rede socioassistencial ligadas muito mais à condição judicial do que à deficiência de Verde.

Sabemos que a sociedade, a família e a escola têm como função garantir o ingresso e a permanência do adolescente, mesmo em conflito com a lei, deficiente ou não, numa instituição escolar. Foi preciso acionar diversas instâncias para que o adolescente pudesse ser matriculado e desse continuidade a seus estudos. Assim, foi criada uma modalidade de atendimento pedagógico que contemplasse as necessidades básicas do adolescente. Para aproximar o atendimento pedagógico da realidade e do interesse de Verde, bem como trabalhar com a família para construção de um laço de credibilidade no futuro dele, foram realizados encontros sistemáticos com os familiares, em especial, a mãe, durante 16 meses.

A partir das informações coletadas nesses atendimentos, foi possível perceber que o conflito com a lei tinha origem em toda a história de vida do adolescente, de sua mãe, dos demais membros da família e da sociedade que “impõe ao jovem valores e limites dos quais ela mesma não está convicta da justiça” (FOLBERG, 2009b, p. 08).

As entrevistas e demais intervenções com a mãe de Verde ocorreram em dias e horários atípicos, pois a mesma dizia não ter disponibilidade em sua rotina para atender as demandas relacionadas ao atendimento socioeducativo no qual o filho estava inserido. No caso deste adolescente, Verde, o desejo de conhecer o pai sempre lhe causou inquietação. Por meio do discurso da mãe, Verde tomou

conhecimento do pai através de sua (da mãe) mensagem: *“Ele não presta. Ele foi embora quando tu tinha dois anos. Ele foi preso”*.

O estudo e as intervenções junto à família mostraram como ocorreu a inscrição de registros para Verde: abandonado pelo pai biológico ainda no seu segundo ano de vida, é através do discurso da mãe que Verde sabe do pai. Um discurso carregado de cenas onde o pai é o algoz no seio da família, o ladrão e o bandido na sociedade; porém, ainda assim, o marido da mãe até abandonar a família. Assim, todas as questões de ordem material para sobrevivência, bem como a função de ordem geral, ficaram a cargo da mãe. O pai biológico de Verde não tinha emprego formal, e, enquanto estava em casa, supria as necessidades materiais da família com os recursos oriundos de produtos roubados. Numa entrevista a mãe revela que, mesmo vendo grande quantidade de objetos (geralmente joias e eletrônicos) dos quais não sabia a origem, apenas “suspeitava” de que eram frutos de roubo e furto. A mãe revela que só teve certeza do envolvimento do companheiro com assaltos quando este foi preso. Na ocasião, ele já havia abandonado a família há alguns anos, mas a mãe mantinha contato com parentes que a informavam sobre o pai de Verde.

Outros companheiros da mãe passaram pela vida de Verde e, por vezes, tiveram uma relação paternal com ele; porém, o uso de drogas, o envolvimento com o tráfico, a violência intrafamiliar e o abuso de álcool dissolviam o relacionamento da mãe com os companheiros e, conseqüentemente, a família de Verde configurava-se, outra vez, como monoparental.

Verde estava no início da adolescência quando lhe deram a notícia da morte brutal de seu pai, que recebera uma facada na virilha no interior de um presídio onde cumpria pena por roubo. É nesta ocasião que o adolescente, na época com 12 anos, passou a fazer parte de um grupo criminoso na região. Este adolescente, esperando o reconhecimento paterno, encontrando-se diante da notícia da morte do pai, começou uma nova (e curta) etapa de sua vida: o conflito com a lei.

Diante da morte de seu pai, o qual só conhecera pelo discurso da mãe, Verde passou a repetir o comportamento do genitor (provavelmente para desculpabilizá-lo). A mensagem que lhe ficou era “o pai está morto, então, se o adolescente está vivo, ele deve prosseguir com o mesmo comportamento do seu genitor”, assim, vivendo como o pai, que era criminoso, envolve-se com um grupo de assaltantes entrando em conflito com a lei.

Identificado com o pai, o adolescente de que falamos envolveu-se em vários acontecimentos ilícitos, os quais acarretaram a privação de sua liberdade e, mais tarde, uma fuga. Mesmo em fuga, o adolescente continuou em contato com a família, especialmente sua mãe. Foi nesse período que o adolescente foi alvo de um tiro que acabou por gerar uma paralisia definitiva dos seus membros inferiores. A partir daí, o regime fechado foi substituído por uma medida alternativa, a saber, pelas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, momento em que a equipe do CREAS passa a fazer o acolhimento da família.

### 2.3.2 Azul

Azul pertence à classe média e entrou em conflito com a lei ao dirigir sem carteira de habilitação. Os irmãos mais velhos, que são motoristas, ficam surpresos com a medida: *“Mas ele sabe dirigir, nós fizemos um teste com ele lá em casa. Não tem carteira de habilitação porque tem 15 anos.”* Azul trabalha numa jornada diária de oito horas diárias e estuda à noite, o que não é indicado para sua idade. Sua escolaridade é compatível com a idade. Além de ser responsável por pagar as contas de água e luz da casa, sente-se responsável pela mãe e pagou vários exames médicos que ela precisava fazer, pois esta sente dores e queixa-se muito de doenças as quais nunca aparecem nos exames.

Na maioria das vezes compra comida pronta num restaurante e leva para almoçar com sua mãe e sua irmã. Relata: *“A mãe é doente, assim, não tem o trabalho de cozinhar.”* Não tem um relacionamento afetivo com o pai, é indiferente a ele, e, embora seu pai seja casado com sua mãe, passa muitos dias na casa dos outros filhos (outra família) retornando eventualmente para ver sua esposa e os filhos menores.

O pai desenvolveu um transtorno após muitos anos trabalhando como motorista. A desorganização emocional do pai de Azul levou-o a perder a carteira de habilitação gerando uma aposentadoria precoce. Atualmente Azul e a irmã de 10 anos moram na mesma casa com a mãe. Os três irmãos mais velhos estão casados e moram em outros bairros.

No Serviço de MSE, assim como nos demais serviços da assistência social, também se faz uso da visita domiciliar que é um instrumento importante para conhecer o modo de vida dos adolescentes. *“A utilização do instrumental (visita*

domiciliar) possui o objetivo de estabelecer um parâmetro que auxilie no processo interventivo [...]” (VIEIRA, 2010, p.89).

Podemos retomar o complexo de Édipo, apresentado anteriormente, para refletir sobre o que Azul apresenta-nos. Nos primeiros tempos de vida, espera-se que, na relação com a criança, seja introduzido um terceiro (o pai) na díade mãe-bebê, pois, do contrário, diante da falta do pai simbólico, poderá ser gerada no adolescente a concretização de fantasias de tendência antissocial através do ato infracional tentando suprir essa falta.

Adolescentes privados da lei paterna, que muitas vezes sofreram ainda a violência e a humilhação física e psicológica, e que apresentam, em alguns casos, o desejo de agir reproduzindo o que tiveram que suportar de modo passivo, diante desta subserviência, podem desenvolver o desejo de matar seus pais em nível inconsciente e, por vezes, no nível real. Os mitos familiares emergem a partir de fatos recorrentes e, muitas vezes, traumáticos, com a intenção de explicar aquilo que não foi simbolizado.

Muitos adolescentes em conflito com a lei demonstram de forma simbólica o desejo de matar o próprio pai, mesmo sem conhecê-lo, revelando estarem submetidos ao mito do pai morto. O Complexo de Édipo caracteriza-se metaforicamente pelo conflito de sentimentos por aqueles que são mais próximos, a saber, de amor pelo genitor do sexo oposto e ódio pelo do mesmo sexo. O bebê tem a ilusão de possuir a proteção e o amor absoluto devido a sua condição de fragilidade, que inspira cuidados ininterruptos. A figura materna, geralmente, é a mais significativa nesses cuidados.

Ao ser inserida na cultura, a criança irá compreender que não é o centro do mundo e que o amor que a mãe nutre por ela não é exclusivamente seu. A criança perceberá que o amor e atenção dos pais não são unicamente seus, pois eles estão inseridos numa ordem cultural na qual existem outras obrigações. Ao perceber que o amor da mãe também pertence ao pai, a criança irá endereçar-lhe sentimentos de hostilidade desejando livrar-se dele para ocupar um lugar particular junto à mãe. A relação dessa tríade na constituição familiar poderá definir a estrutura psíquica do sujeito, que é central no desenvolvimento do conceito de identificação.

O paradoxo à identificação manifesta-se principalmente na relação com o pai e, assim, o Complexo de Édipo no menino irá caracterizar-se por uma atitude ambivalente em relação ao pai e afetuosa pela mãe. As duas possibilidades de

satisfação, a saber, uma ativa e a outra passiva obtidas no conflito edipiano, oferecem à criança a possibilidade de, como nos diz Freud:

[...] colocar-se no lugar de seu pai, à maneira masculina, e ter relações com a mãe, como tinha o pai, caso em que cedo teria sentido o último como um estorvo, ou poderia querer assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai, caso em que a mãe se tornaria supérflua. [...] Até então não tivera ocasião de duvidar que as mulheres possuíssem pênis. Agora, porém, sua aceitação da possibilidade de castração, seu reconhecimento de que as mulheres eram castradas, punha fim às duas maneiras possíveis de obter satisfação do complexo de Édipo, de vez que ambas acarretavam a perda de seu pênis – a masculina como uma punição resultante e a feminina como precondição. (FREUD, 1996a, p.198)

Pode-se dizer que o Complexo de Édipo, para Freud, dá-se a partir da interdição do incesto, ou seja, da instauração da lei através da passagem do imaginário para o simbólico. O movimento do Édipo opera-se com efeito por um conflito triangular do sujeito. A função paterna deverá deixar evidenciada a palavra que significa a lei. O pai deixará claro para o filho que este pode ter qualquer mulher, menos sua mãe, pois esta é a mulher do pai. O pai castrará simbolicamente o filho, afastando-o da mãe e, diante do medo da castração o menino deverá abandonar a paixão incestuosa, e é a interdição do incesto que fará com que o menino identifique-se com a Lei do Pai. Para que a função paterna seja reconhecida como lei, faz-se necessária a legitimação de sua palavra pela mãe, pois, do contrário, haverá a recusa por parte da criança e, conseqüentemente, o imaginário persistirá.

A partir de Freud, Lacan retoma o Complexo de Édipo destacando que não se trata apenas do desejo da criança pela mãe, mas do desejo da mãe pelo bebê. A mãe sustenta, desde a gestação, a fantasia de completude por ter o bebê e este encontra na mãe o objeto com o qual pode se satisfazer. Assim, no imaginário da mãe, o bebê ocupa o lugar de objeto que nutre o seu desejo, a saber, em psicanálise, o falo.

Num primeiro momento, quando a mãe toma o bebê como objeto fálico instituindo uma relação quase simbiótica, o falo não é uma questão para o bebê, pois ele é o próprio falo. Num segundo momento, ocorre a entrada de um terceiro que Lacan deixa claro que não será, necessariamente, o pai biológico. O autor indica que “o movimento do Édipo se opera, com efeito, através de um conflito triangular no sujeito” (LACAN, 2008a, p.45).



O terceiro elemento não irá substituir, mas sim, afastar o bebê da mãe. É um terceiro que se faz pelo discurso da mãe, se faz por palavras. Poderá ser um elemento, uma instituição ou uma pessoa que com sua entrada na díade mãe-bebê assumirá o Nome do Pai. A entrada do Nome do Pai validada no discurso da mãe desencadeará sentimentos paradoxais de desilusão e esperança no bebê. Agora o bebê sabe que, embora a mãe continue cuidando dele e amando-o, ele não é o centro do desejo dela, pois existe alguém além dele. O bebê compreende que não é o objeto que pode satisfazer o desejo da mãe. Portanto, ele também se percebe como um ser incompleto. Agora, num terceiro momento, o bebê percebe-se como um ser também desejante; ele não é e nem pode reter o falo, mas nasce o desejo de encontrá-lo. É no campo da linguagem que o desejo irá buscar a “coisa” fálica, nutrindo-se de significantes e significados numa metonímia infinita.

É através da submissão a determinados limites e leis internas que a criança vai humanizar-se. Concomitante com a superação das fantasias incestuosas, no período puberal, ocorre uma importante aquisição que também poderá vir acompanhada de sofrimento, a saber, livrar-se da tutela e autoridade dos pais.

No caso em questão, o adolescente precocemente assumiu como arrimo de família, responsabilizando-se por questões que não seriam próprias para este período. Não participa de grupos sociais além da escola e do trabalho, deixando de lado o lazer para acompanhar a dinâmica da casa.

As posições levantadas pela teoria e as vivências mencionadas pelo sujeito mostram existir uma relação parental atípica. Após a crise edipiana, a saber, quando o menino resiste a seu pai, poderá constatar que a mãe nunca será sua, pois ela é a mulher do pai. Assim, como nos revela Dolto (2004), passará a ter, no máximo, uma admiração pelo seu genitor e saberá que:

Isso não exclui que tenha noção clara de uma sexualidade latente, mas entende que não poderá encontrar seu objeto de amor na família; portanto, na melhor hipótese, a criança, ao final da fase edipiana, por volta dos oito ou nove anos, conserva uma grande ternura idealizada por sua mãe e igualmente por seu pai, com um sentimento partilhado entre a confiança e o temor de se apartar da lei que o pai quer que ele respeite e não é uma lei ditada somente pelo pai, mas que este representa e da qual dá exemplo. (DOLTO, 2004, p.21)

Toda essa vivência da crise edipiana deixou marcas para Azul; porém, provavelmente tenha assumido simbolicamente o lugar do pai que está ausente. Seu

conflito com a lei foi por estar cometendo um ato (dirigir sem carteira de habilitação) que não é compatível com sua idade cronológica.

### **2.3.3 Vermelho**

Vermelho morou dos sete aos 17 anos nas ruas de uma grande cidade levado pelo irmão mais velho, que o ensinou como “trabalhar” no tráfico de drogas. Hoje, este irmão encontra-se num presídio onde ainda ficará privado de liberdade durante, aproximadamente, mais 10 anos.

Num dos primeiros encontros no Serviço destinado aos adolescentes em conflito com a lei, Vermelho relatou uma história de sua infância. Conta que, quando tinha aproximadamente seis anos, seu padrasto castigou-o segurando firmemente suas mãos na chapa de um fogão a lenha. Não lembra o motivo do castigo, mas lembra que ficou muito tempo com a palma das mãos em carne viva, e que seu pai, embora não morasse na mesma cidade e raramente o visse, soube do caso e tentou matar o agressor, relata com satisfação.

Mesmo diante de uma cena atroz, o que mais marcou em Vermelho foi o fato de alguém tê-lo defendido. Esse homem, nomeado pela mãe como pai, embora não conste em seus registros, não teve outras passagens significativas na vida de Vermelho (Mesmo que a história não corresponda à realidade vivida pelo adolescente, certamente ajudou-o a enfrentar a situação de abandono causada pelo pai).

Este adolescente, ao chegar ao serviço, tivera inúmeras tentativas de acolhimento nas MSE sem sucesso. Concomitante às intervenções da equipe, numa das inúmeras fugas de casa – com a qual não mantinha vínculo – sofreu um acidente grave que o deixou imóvel durante meses. Ficou aos cuidados da família imóvel numa cama. Enquanto se recuperava, a equipe passou a frequentar sua casa na tentativa de estabelecer um vínculo com o adolescente. Após meses de recuperação, é acolhido nas medidas sócio-educativas onde iniciou o atendimento pedagógico.

Fez-se um estudo da trajetória de Vermelho pelos serviços judiciais, de assistência social e da saúde e descobriu-se que o único documento que ele tinha era a cópia da certidão de nascimento. Desde a infância, Vermelho, agora com mais de 18 anos, circulava pelos serviços da rede socioassistencial e, até agora, seu

registro como cidadão não existia. A partir daí, iniciou-se a construção dessa cidadania cartorial de Vermelho através da descoberta de quais são os documentos que devemos ter.

O primeiro documento providenciado foi a Certidão de Nascimento e, embora só tivesse uma cópia muito suja e amassada, foi o bastante para identificarmos o Cartório e solicitarmos a segunda via. A pedagoga foi pessoalmente com ele para que aprendesse a circular por espaços diferentes do mundo da rua. Ao preencher o protocolo de solicitação, a pedagoga ficou surpresa, pois ele não sabia informações básicas como o nome do País em que vive. A pesquisadora ofereceu pistas para que ele descobrisse. Só lembrou o nome do País quando a pedagoga fez referência aos jogadores de futebol. Após a efetivação do pedido do documento, combinou-se o dia para buscá-lo. No dia combinado, fez-se a retirada do documento.

Deu-se seguimento à confecção de outros documentos como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), o Título de Eleitor, o alistamento Militar e a Carteira de Identidade. Todos os documentos foram feitos com intervenções sobre a importância dos mesmos, como e onde fazê-los e o que eles representam. Ao final, Vermelho pergunta: “E a carteira de Trabalho?” Mesmo tendo vivido tanto tempo nas ruas, havia o desejo de trabalhar. Esse reconhecimento de que é possível produzir, ser remunerado e comprar o que precisa e o que deseja abriu uma nova fase de intervenções. A visibilidade e o reconhecimento que o trabalho pode oferecer passam a aparecer no discurso de Vermelho.

Mesmo após a conclusão do tempo de LA determinada pelo juiz, Vermelho continuou no pós-desligamento, pois a fragilidade do meio no qual estava inserido poderia agravar sua situação desencadeando a reincidência do ato infracional. O serviço das MSE do CREAS pesquisado inseriu a modalidade pós-desligamento para continuar o acompanhamento por tempo indeterminado daquelas famílias cuja vulnerabilidade expressa alto risco de reincidência. Assim como outros adolescentes, Vermelho encontra-se muito vulnerável, pois os fatores econômicos e sociais não são determinantes para que entre em conflito com a lei, mas são agravantes.

### 2.3.4 Amarelo

Com 13 anos, Amarelo é acolhido no serviço de MSE. Acompanhado pela mãe, esta fala sem parar, e ele apenas olha cabisbaixo, sem interromper ou tentar responder, mesmo percebendo que as perguntas são dirigidas a ele e não à sua genitora. Ao entrarem na sala para o acolhimento inicial, a mãe (corpulenta) joga-se no sofá de dois lugares ocupando grande parte do mesmo e Amarelo, franzino, senta a seu lado.

Nessa idade, é comum o adolescente enrubescer e, muitas vezes, como assevera Dolto (2004), “escondem o rosto com os cabelos, gesticulam para vencer o constrangimento, a vergonha, ou talvez mesmo disfarçar uma grande ferida que pode ser indelével” (DOLTO, 2004, p.19). Amarelo apresenta-se no acolhimento e nos encontros posteriores com um boné que cobre seus olhos.

Algumas semanas após o acolhimento, Amarelo chega ao Serviço das MSE sem o boné e a recepcionista pergunta: “*Oi, Amarelo, perdeste o boné?*” Ele esboça um sorriso apenas com o canto da boca, olha insistentemente para o chão e, em silêncio, entra na sala de atendimento. Quando a porta está fechada ele diz: “*No colejo eles ri di mim. Meu boné tá velho.*” Na semana seguinte, vem com um boné novo.

Fleig (2009b) apresenta um caso de adolescente onde se refere a uma situação semelhante e faz uma afirmação que se aplica na situação de Amarelo: “O efeito imediato disso aparecia em sua constante esquiva do olhar do semelhante, protegendo-se com o uso de um boné, atrás do qual seu olhar encontrava um pouco de paz” (FLEIG, 2009b, p.81).

A mãe, em entrevista, conta que tem outro filho que também está em MSE, porém no regime fechado. Diz abertamente que esse outro filho é muito amado e que é melhor que esteja privado de liberdade para ter os atendimentos clínicos e medicação de que necessita. Olhando para Amarelo, a mãe diz: “*Esse aqui, tanto faz, meu outro filho – fala referindo-se ao que está privado de liberdade - é muito bom.*”

Mesmo diante das atrocidades cometidas pelo irmão, Amarelo diz que ele não estava errado quando cometeu uma sequência de crueldades. “*O cara falou o que não devia e levou!*” Diante disso, Amarelo parece mostrar que quer ser igual ao irmão.

Seu ato infracional foi um conflito com outro adolescente; porém, como foi registrado um boletim de ocorrência policial (B.O.), e, provavelmente, devido ao histórico familiar, foi determinada uma MSE.

A família é usuária da política de Assistência Social do município através da Proteção Social Básica (CRAS), por se encontrarem em situação de vulnerabilidade econômica e social. Vivem do trabalho da genitora como catadora de materiais recicláveis, e com auxílios dos benefícios socioassistenciais, como o Programa Bolsa Família.

A família apresenta fragilidades e situações de conflitos intrafamiliares que desorganizam os papéis e responsabilidades dos indivíduos. O irmão mais velho de Amarelo, H. (16 anos), está internado na FASE há aproximadamente nove meses, ou seja, privado de liberdade por ter cometido um ato (gravíssimo).

A genitora, chefe da família, possui inúmeras dificuldades de vincular-se aos serviços e de se responsabilizar pelo filho adolescente. Ela tem problemas de saúde e faz uso constante de medicamentos anti-hipertensivos, cardíacos e analgésicos. Por diversas vezes o adolescente se evade dos atendimentos em saúde mental e prossegue apenas quando há a intervenção externa, como por exemplo, quando o Conselho Tutelar é acionado, assumindo responsabilidades que deveriam ser exercidas pela família, levando-o aos atendimentos agendados na psiquiatria e psicologia. Em virtude desta tendência, a equipe técnica das MSE tem acompanhado constantemente a evolução dos atendimentos realizados na rede.

Após o cumprimento da PSC, o adolescente e sua família continuaram em atendimento com a equipe das MSE. Este acompanhamento é denominado de Pós-Desligamento, a saber, uma extensão do acompanhamento quando é percebida a fragilidade da família. A culminância do Pós-Desligamento ocorreu com o Curso de Informática oferecido através do Serviço. Amarelo frequentou o curso, porém as atividades desenvolvidas por ele não ultrapassaram as de cunho lúdico e educativo, diferentemente dos demais adolescentes que se preparam para ingresso no mercado de trabalho. Mesmo assim, o curso proporcionou um contexto importante para o desenvolvimento educativo e social do adolescente.

### 2.3.5 Laranja

*“Eu não aguento mais falar como me sinto sobre as coisas que acontecem lá em casa!”* Laranja desabafa num atendimento pedagógico. O adolescente, agora com 16 anos, já era conhecido dos profissionais das MSE, pois desde pequeno circula pelos serviços da assistência social.

Na terceira passagem pelo abrigo institucional, Laranja teve um conflito com um educador social (servidor público, com Ensino Médio, nomeado para trabalhar no Acolhimento Institucional). Houve agressão física a um educador social, isto foi registrado como uma ocorrência policial o que, conseqüentemente, gerou um processo. O JIJ e o MP, após analisarem os fatos, decidiram que Laranja deveria cumprir MSE. Quando ele chega ao Serviço, está revoltado e rejeitando qualquer intervenção: *“Eu e meus irmãos somos as vítimas. Nós temos que sair de casa e ela [a mãe] continua lá!”* Em toda sua existência, Laranja teve muitas e profundas marcas; porém, nada marca mais um adolescente do que a arbitrariedade daqueles que deveriam ajudá-lo, principalmente diante da fratura de sua própria família, deveriam se fazer cargo dele.

Laranja possui posicionamento contestador, não aceitando a MSE imposta, dizendo que foi vitimizado pelo sistema de proteção à criança e ao adolescente que, ao invés de protegê-lo e a seus irmãos, ao contrário, institucionalizaram-nos e os separaram, sendo que o “problema” (referindo-se à mãe) continua em casa com os mesmos comportamentos inadequados e se alcoolizando frequentemente.

Após inúmeras intervenções para que o adolescente cumprisse as MSE, o Processo foi devolvido: a família foi buscar seus direitos constitucionais junto à Defensoria Pública, já que num primeiro momento Laranja não teve uma audiência com o Juiz na presença de um advogado ou Defensor Público.

Após a audiência, o adolescente retornou ao Serviço e foi retomado o atendimento da família no campo pedagógico. Foi realizado atendimento da família e Laranja conseguiu cumprir as MSE através do Curso de informática oferecido pelo Serviço. Laranja frequentou o curso, recebendo certificação do mesmo; porém, não compareceu nas agendas psicológicas que eram concomitantes. Continuou-se o atendimento da família que possui inúmeras demandas. Evidenciaram-se situações de extrema gravidade que colocam Laranja e seus irmãos em risco pessoal.

A avó, que mora na mesma casa e é a responsável pelos netos, relata que a mãe de Laranja faz com que a filha deficiente peça dinheiro na rua para comprar bebida alcoólica e cigarros. Há denúncias de suspeita de que uma adolescente (irmã de Laranja) seja explorada sexualmente pela própria mãe. A avó relata: “*Ela (referindo-se à neta) faz muitas coisas erradas obedecendo a mãe.*”

Segundo relato de sua avó, Laranja tem consumido bebidas alcoólicas e agride a própria mãe em defesa da avó. Houve um episódio em que a mãe de Laranja denunciou-o por agressão, pois deu uma mordida em seu braço. Ela estava bêbada e batia na própria mãe, avó de Laranja, então este se viu no direito de atacar sua genitora a dentadas.

A maior preocupação da equipe não é só o ato infracional cometido em si, mas o risco que Laranja, seus irmãos e sua avó correm. O adolescente está cada vez mais perdendo o autocontrole diante da gravidade da situação familiar. A equipe acionou a rede socioassistencial solicitando urgência da intervenção do Ministério Público para avaliação psiquiátrica compulsória para possível internação da mãe de Laranja.

Laranja é um jovem criativo, dinâmico e muito crítico em relação ao seu contexto e a sociedade de forma geral. Provavelmente devido a sua história de vida, amadureceu em muitos aspectos; porém, não consegue entender a importância da formação escolar para concretizar uma mudança em sua vida. Não tolera o espaço escolar e, diante de inúmeras tentativas do Serviço em vinculá-lo a uma escola, até o final do seu cumprimento não se obteve sucesso. Mesmo neste contexto, Laranja vinculou-se ao atendimento pedagógico e aderiu ao curso de informática e costura que foram oferecidos e acompanhados pela pedagoga.

## 2.4 ENTRE FLORES E PÁSSAROS

A partir das duas situações descritas a seguir, observa-se a necessidade de abrir espaço para a criação de vínculo com a família dos adolescentes. Isso, na maioria das vezes, só se consolida se o profissional for a campo e abrir espaço para fazer uma escuta sensível às questões que emanam da família.

### 2.4.1 Para conhecer: plantar e cuidar

**Figura 1:** Dália



**Foto:** A autor

Na entrada da casa de Verde havia um pé de dália muito bonito, com uma cor diferente das que comumente encontra-se na região. Ao admirar a beleza da flor, a Mãe de Verde oferece uma muda à pesquisadora, que planta a mesma no jardim do CREAS. Depois de algumas semanas, mesmo regando, a planta apresentava apenas um galhinho seco e escuro. Nos últimos dias, várias pessoas disseram para parar de molhar e substituir por outra muda; porém, a pesquisadora continuou molhando. Enquanto rega a planta desfalecida, observa-se que aparentemente não há mais vida, porém não é uma afirmação, mas sim, uma hipótese.

Num sábado à tarde, a pesquisadora molhava as plantas do jardim do CREAS enquanto aguardava a Mãe de Verde para um atendimento. Só então percebeu que havia brotado quatro folhas bem verdinhas onde, visivelmente, não parecia possível nascer mais nada. Diante da perspectiva de emergir a vida de onde só se percebia a morte, a pesquisadora mostra-se exultante, mesmo com um broto tão pequeno.

Nesse momento chega a Mãe de Verde para a entrevista que havia sido adiada por duas vezes devido a seus compromissos. Abriu-se agenda num sábado à tarde para possibilitar uma conversa sem a presença de Verde. A pesquisadora deixa o jardim e o pé de dália e vai atender a Mãe de Verde satisfeita com o sucesso da pequena muda.



#### 2.4.2 Para viver: Cuidar e acreditar

**Figura 2 - Corruíra**



**Fonte:** Google imagens

As entrevistas que desvelaram muito do cotidiano dos sujeitos da pesquisa mostraram-se propícias como estratégia metodológica. Num momento de entrevista com a mãe de Verde, algo inusitado aconteceu: no momento da entrevista, estava sentada de frente para a porta de acesso à recepção, e a Mãe de Verde de costas para a porta aberta.

Era uma sábado à tarde e estávamos sozinhas na Unidade CREAS. De repente notei um vulto passar rapidamente em direção ao final do corredor. Diante de minha surpresa, a entrevistada, também curiosa, foi investigar comigo qual bicho havia entrado no prédio. Saímos da sala e vimos um pequeno pássaro que tentava voar colidindo com as paredes e a porta de vidro. Corri em direção ao pássaro convocando a Mãe de Verde a me acompanhar na missão de contê-lo para que não se machucasse mais ainda. Ela seguiu-me dizendo com uma voz desanimada: “*É muito pequeno. Quando um filhote cai do ninho não adianta, morre, não tem como voltar para o ninho.*” Aquelas palavras revelavam muito da expectativa de levar um pássaro ou alguém de volta ao ninho. Então, esse era o veredicto: morrer.

O bichinho cada vez mais assustado era encurralado por minhas mãos que suavemente o ergueram do chão. Fiz de minhas mãos um berço para que ele se acalmasse e se sentisse seguro. Era um filhote de corruíra (pequeno pássaro), que lentamente parou de se debater. Embora pequeno, tinha uma quantidade de penas

que indicavam a possibilidade de voar. Talvez sua afobação tenha ocorrido pelo excesso de luz através dos vidros e não por ser um filhote.

Mostrei para a Mãe de Verde, que olhou sem se aproximar muito. Delicadamente coloquei a pequena corruíra no pé de hibiscos, no jardim da entrada do prédio e logo voltou a voar. Voltamos para a entrevista. Voltamos ou voltei? Usei a primeira pessoa do singular porque meu sentimento, durante parte da entrevista, foi de estar num monólogo.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

Quando ouvimos falar sobre delinquência juvenil, encontramos, frequentemente, discursos submersos na problemática social e econômica desfavorecida. Não é surpreendente, então que o discurso que permeia a questão se torne, da mesma forma, empobrecido. Certamente, a questão social e econômica pode ser considerada um fator agravante, mas não determinante da delinquência, uma vez que nem todos os jovens inseridos em uma camada social menos privilegiada, tomam as vias da delinquência. (SILVA, 2009b, 95)

#### 3.1 O RESPLANDECER DA PSICANÁLISE

A partir do acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias no Serviço das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, onde surgiu o desejo de desenvolver esta pesquisa sobre os elementos que habitam o cotidiano dos adolescentes em conflito com a lei em seu contexto, emerge a tentativa de compreender o seu desenvolvimento. Assim compreendido, o serviço das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que é oferecido no CREAS, é o cenário onde se dá o desenvolvimento dessa pesquisa que dará continuidade no atravessamento dos conceitos da psicanálise para a compreensão do sujeito adolescente em conflito com a lei e do que o levou ao ato.

Lacan (2008b), no Seminário 11, escrito em 1964, ao retomar os fundamentos da Psicanálise, em que nos seus escritos anteriores já descrevera o inconsciente como uma sucessão ou continuidade, agora o descreve como uma borda que se abre e fecha estruturando-o também como pulsional. Quando se abre, expõe-se. Não é algo comum; corriqueiro. É um desnudar-se através dos atos falhos. Assim, a estrutura valoriza a forma de se relacionar entre as partes, que se inter-relacionam para formar o todo.

Segundo Lacan:

Tropeço, desfalecimento, rachadura. [...] Freud fica siderado por esses fenômenos e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali alguma outra coisa quer se realizar – algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo produzir-se, se apresenta como um achado (LACAN, 2008b, p.32).

Assim, Lacan apresenta o inconsciente como sujeito que não se ajusta, que é um tropeço agregador, mas se amplia para completar o próprio desejo. A psicanálise é tomada pela questão da noção de sujeito introduzida por Lacan, operando com a hipótese do inconsciente, freudiano em sua origem.

Lacan mostra-nos que já nos primeiros passos da análise há a ambiguidade na fala do paciente revelando sua dupla face. Assim, é a partir da mentira:

que vemos instaurar-se a dimensão da verdade, no que ela não é, falando propriamente, abalada, pois a mentira como tal se põe, ela própria, nessa dimensão da verdade (LACAN, 2008b, p.137). Na prática analítica, referir o sujeito em relação à realidade, tal como a supomos nos constituindo, e não em relação ao significante, vem já a cair na degradação da constituição psicológica do sujeito (LACAN, 2008b, p.140).

O psicanalista pode sustentar um novo encadeamento diante do seu papel na transferência, pois ela representa a convicção de que esse Outro a quem o analisado dirige-se possa organizar a sua fala dando sentido livre à expressão. “Vemos então que a transferência, como modo operatório, não poderia bastar-se em se confundir com a eficácia da repetição, com a restauração do que está ocultado no inconsciente [...]” (LACAN, 2008b, p.142).

A transferência não pode ser tomada apenas como um meio e sua associação à identificação é frágil, pois essa última “é apenas um tempo de parada, uma falsa terminação da análise” (LACAN, 2008b, p.144). Deste modo, dispõe-se a “transferência como a atualização da realidade do inconsciente” [...] (LACAN, 2008b, p.145).

Lacan fala do inconsciente que é reservado e que fechado se entreabre, a saber, através dos atos falhos, chistes e sonhos. Assim, o sujeito passa a se constituir em sua realidade imaginária. Porém, onde o sujeito se vê, onde ele se forja, não é de fato o sujeito. É no espaço do Outro que ele se vê e que fala e, assim, “começa a constituir essa mentira verídica pela qual tem começo aquilo que participa do desejo no nível do inconsciente” (LACAN, 2008b, p. 143).

Conforme nos revela Melman, a “família é o lugar onde a criança é preparada para adquirir as armas que lhe permitirão envolver-se na vida social, de tal maneira que ele seja apreciado e que tenha meios de ser bem sucedido” (MELMAN, 2009b, p. 129-130). Porém, há inúmeras falhas nessa preparação, uma vez que os valores apresentados aos adolescentes “não constituem mais os meios de se garantir nem

agir eficazmente como ator social” (MELMAN, 2009b, p.130). Essas falhas são recorrentes tanto na família como na rede socioassistencial e as centelhas do cotidiano dos adolescentes que são aqui, objeto de estudo, confirmam o que foi dito.

Tomemos a fala de Laranja para elucidar essas falhas, quando ele ingressa nas MSE após um conflito no Acolhimento Institucional onde desabafa: *“Eu e meus irmãos somos as vítimas. Nós temos que sair de casa e ela [a mãe] continua lá!”* Laranja cometeu o ato infracional quando estava aos cuidados do Estado e alega a falta de manejo daqueles que deveriam representar esta esfera. Quando é encaminhado ao Poder Judiciário, mais uma vez um direito lhe é negado: a representação de um advogado. Talvez Melman possa auxiliar-nos na tentativa de compreender essas situações quando nos diz:

Se existe uma crise da adolescência, ela se situa, em princípio, no fato de nós não sabermos o que dizer, que discurso sustentar para eles, que sabedoria temos nós para lhes transmitir. [...] Estamos numa evolução de costumes que não conseguimos dominar. Eu situaria, então, a questão do que se chama a crise contemporânea dos adolescentes pelo lado da crise do nosso discurso a seu respeito (MELMAN, 2009b, p.129).

Nas entrevistas sucessivas com os familiares e profissionais que tiveram alguma função na trajetória dos adolescentes, evidencia-se a mensagem que muitos adultos oferecem: o que tem valor é o que é imediato, instantâneo e, sobretudo, o que é apreciado socialmente. Percebe-se a ambivalência de valores que estão presentes no discurso dos adultos, porém, distantes das vivências do seu cotidiano.

Conforme Lacerda (2010), os meios de comunicação de massa possuem estratégias dinâmicas que podem induzir o adolescente a novas modalidades de socialização e, como nos afirma a autora: *“Essa radical transformação vai contribuir para que o espaço de construção de nossas subjetividades constitua-se a partir de múltiplas referências que são, por vezes, incoerentes e fragmentadas”* (LACERDA, 2010). E ainda:

Transitamos por uma sociedade que tem, no paradoxo, um traço marcante. Nesse cenário, emerge uma nova condição juvenil, distinta, tida como assustadora, e que vem sendo descrita em um significativo número de discursos midiáticos, como constituída por seres irresponsáveis, imaturos, inconsequentes sem limites, violentos, desinformados... (LACERDA, 2010).

É provável que a produção de uma imagem depreciativa do adolescente sirva para mascarar os buracos que o mundo adulto não consegue explicar. Na verdade,

é “a cultura hedonista que os convida, que os chama, que os recebe, que os alberga sem qualquer reserva. [...] é tradicional que um adolescente seja revoltado com a sociedade” (MELMAN, 2009b, p.137). É provável que muitas vezes essa revolta esteja mais direcionada à própria estrutura social na qual ele se encontra encapsulado.

### **3.1.1 Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia.**

O texto “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia” é o resumo de uma série de respostas proferidas por Lacan, na XIII Conferência de Psicanalistas de Língua Francesa, em 1950, onde se deu um debate sobre o relatório “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”.

O crime e o criminoso só podem existir a partir da organização de uma sociedade. O que é crime num determinado contexto e tempo poderá não ser em outro. Há uma relação dialética que funde o crime à lei. Um não existe sem o outro. A lei surge para fazer borda ao gozo, para coibir que o funcionamento do sujeito se dê apenas pelo princípio do prazer, pelo id, que, mesmo num processo primário, exigindo satisfação imediata de seus impulsos, sem avaliar as consequências, por vezes, estabelece aliança.

Lacan declara que a psicanálise assegura que “a grande determinação do crime é a própria concepção de responsabilidade que o sujeito recebe da cultura em que vive” (LACAN, 2003, p.130). A psicanálise acrescenta possibilidades de tratamento para alguns criminosos, aqueles cujos “crimes só tem sentido se compreendidos numa estrutura fechada da subjetividade” (LACAN, 2003, p.128), através da linguagem, da escuta. E, talvez, esse pedido de ajuda emergja como um código cifrado. Ele está numa demanda como sujeito, mas num código cifrado e as respostas a esta demanda podem ser inúmeras. Há uma relação dinâmica entre a demanda, que é cifrada, e as respostas e é essa dinâmica que dará lugar ao sujeito.

Em muitos casos, por caminhos confusos, a demanda do criminoso é a busca – em nível de inconsciente – de uma punição e a privação da liberdade poderá ser uma via que tem, mesmo que de forma retorcida, como efeito dar-lhe um lugar de sujeito. Paradoxalmente, este castigo também poderá implicar a constituição de um não sujeito.

É função do Estado, através de um julgamento à luz da lei, dar ao ato criminoso uma punição mediada pela estrutura do poder estabelecido. O ato é um discurso e é ele que transforma o criminoso. A realidade humana é o resultado de uma relação subjetiva e dialética entre o particular e o universal. A organização social é uma realidade humana e ela pode fazer emergir o sujeito autor do crime.

Lacan revela que apenas o ato psicanalítico saberá revirar as resistências e o que reter na estrutura do eu. Logo, poderá identificar no criminoso o que representa o ato e o que essa voz represada tem a dizer. Somente a psicanálise poderá “libertar a verdade do ato comprometendo com ele a responsabilidade do criminoso, através de uma assunção lógica que deverá conduzi-lo à aceitação de um justo castigo” (LACAN, 2003, p.129).

Lacan avança abordando o respeito ao sofrimento do homem e afirmando que, no caso do criminoso, incidem alguns limites no ato psicanalítico, pois:

A psicanálise do criminoso tem limites que são exatamente aqueles em que começa a ação policial, em cujo campo ela deve se recusar a entrar. Por isso é que não há de ser exercida sem punição, mesmo quando o delinquente, infantil, por exemplo, se beneficiar de uma certa proteção da lei (LACAN, 2003, p.131).

As contribuições da psicanálise à criminologia irão repudiar os instintos criminosos, pois se trata de uma identificação da criança com o criminoso. Por mais atroz que seja o ato criminoso, ele vai ao encontro da humanização do sujeito diante da falta, mas o ato implica responsabilização. A responsabilização pelo ato criminoso poderá ter um efeito coerente se as sanções penais estiverem voltadas mais ao cuidar e educar do que ao punir.

### **3.1.3 Ser adolescente: cromatizar-se**

Para melhor compreendermos esta etapa da vida, podemos recorrer à etimologia da palavra adolescência, que tem dupla origem indicando as especificidades deste período. De acordo com Outeiral, “ela vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), significando a condição ou processo de crescimento, em resumo o indivíduo apto a crescer. [...] também deriva de *adolescere*, origem da palavra *adoecer*” (OUTEIRAL, 2003, p.4). Diante desta dicotomia etimológica que nos remete a refletir, podemos prosseguir com o autor que nos revela que se trata

de uma “aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimento emocional com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa de vida)” (OUTEIRAL, 2003, p.4).

Nas últimas décadas, o fenômeno da adolescência tem sido objeto de inúmeras pesquisas nos mais diferentes campos do conhecimento. O adolescente passou a ocupar um lugar socialmente reconhecido a partir das tentativas de conceituar e caracterizar esse período crucial da vida.

Lerude (2009), quando se refere ao conceito de adolescência, desses tempos de crise, mas também de construções, assinala que “inscrevem o sujeito na temporalidade [...] e que o põem à prova do Outro: do Outro sexo, mas também do Outro da diferença social, da diferença de raça, da diferença de língua e da diferença de cultura (LERUDE, 2009, p.12). A autora ainda salienta que não há Outro que possa dizer ao adolescente “qual é o seu lugar no mundo, o que ele deve fazer para ser um homem ou uma mulher, nem qual é o bom gozo. Ele deverá se autorizar em um mundo sem garantia: autorizar-se a falar em seu nome próprio” (LERUDE, 2009, p.29).

Assim, dentre os muitos estudiosos neste campo, salientamos as contribuições de Boris Cyrulnik, que indica a adolescência como um período ideal para as transformações afetivas mostrando-nos também que:

O efeito hormonal provoca uma retomada de desenvolvimento do sistema nervoso, portanto uma nova possibilidade de aprendizagens biológicas. [...] Essa retomada evolutiva é um risco que, como toda mudança, pode ser fonte de progresso ou de fracasso. É o momento do desabrochar, mas é também o período do ciclo de vida em que se nota um grande número de ataques ansiosos (CYRULNIK, 2006, p.43).

Desse modo, o adolescente faz o enfrentamento deste corpo mutante e, para habitá-lo, é forçado a abandonar o seu corpo infantil; porém, “com uma mente ainda infantil e com um corpo que vai se fazendo inexoravelmente adulto, que ele teme, desconhece e deseja e, provavelmente, que ele percebe aos poucos diferente do que ele idealizava ter quando adulto” (OUTEIRAL, 2003, p.1-8).

Chassaing (2009b) também faz referência ao corpo e às marcas da adolescência asseverando que:



A adolescência marca com seus traços de referência e identidade frágil, em devir, em busca de suas palavras de suas direções, de suas afirmações, corpo incluso, esse corpo tão sexualizado daí por diante, o “se” marcando suas realizações possíveis (isso não “puxará” mais... se não está nas relações de si mesmo com os usos, mas está aí...) O adolescente está incomodado em suas palavras e em seu corpo, e o social hoje em dia não favorece em sua posição, favorecendo, ao contrário, o uso de produtos que venham apagar a mínima reflexão, o mínimo de embaraço, todavia um social “produtivo”...( CHASSAING, 2009b, p.44-45).

Uma das pioneiras no estudo da psicanálise de crianças e adolescentes foi, sem dúvida, Arminda Aberastury, autora de várias obras as quais registram o resultado de suas pesquisas, às quais dedicou grande parte à investigação minuciosa sobre a problemática da adolescência. Para a autora, as inúmeras e incontáveis modificações do corpo irrompem com a identidade infantil estabelecendo relação com o passado para empoderarem-se no enfrentamento do futuro. “Estas mudanças, nas quais perde sua identidade de criança, implicam a busca de uma nova identidade, que vai se construindo num plano consciente e inconsciente” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.14).

Concomitante com as mudanças do corpo que marcam essa etapa da vida, surgem também as transformações psicológicas dando uma nova acepção na relação do adolescente com seus pais e com o mundo. Aberastury assevera que podemos identificar a elaboração de três lutos no período da adolescência, a saber: “luto pelo corpo infantil; luto pela identidade e pelo papel infantil; luto pelos pais da infância” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.80).

Na obra “Adolescência Normal: Um Enfoque Psicanalítico”, escrita por Arminda Aberastury em parceria com Maurício Knobel, são apresentadas algumas das características comuns entre os adolescentes com o propósito de conceitualização acerca dessa etapa da vida. Knobel (1981) nomeia como Síndrome da Adolescência Normal, fazendo a associação da expressão “síndrome” que trata de entidade clínica com “normalidade” que significa estar fora do campo das patologias. Muitas vezes, diante da “conduta intensa” dos adolescentes, esses são rotulados pelos adultos como anormais. Porém, de acordo com Knobel (1981), existem características peculiares que devem ser consideradas, pois se trata de um momento da vida pelo qual todo ser humano passa.

Ainda que se apresente de forma ampla, existem especificidades nessas características que dependem do ambiente sociocultural no qual o sujeito está inserido, oscilando o início e término dessa etapa da vida. Contudo, é possível

identificar seu desfecho com a constituição de uma identidade pessoal. O autor condensa a sintomatologia que integra esta síndrome em dez itens:

[...]1)Busca de si mesmo e da identidade; 2)tendência grupal; 3)necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas [...];5) deslocalização temporal [...]; 6) evolução sexual manifesta [...]; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associais de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta [...]; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.29).

Sendo assim, de acordo com os autores, a adolescência não pode ser concebida apenas como uma preparação para a maturidade ou ser caracterizada como uma mera passagem da infância à fase adulta. A criança ingressa na adolescência em meio a um turbilhão de hesitações e desordem e necessitará sair dessa fase com maturidade com marcas que denotem uma personalidade adulta.

Para Aberastury e Knobel (1981), a adolescência teria como resultado final um maior conhecimento de si mesmo, concebendo que a identidade possui diferentes particularidades de acordo com o momento evolutivo no qual o sujeito encontra-se.

Como para nós a adolescência é também um momento do desenvolvimento, uma etapa a mais no processo total do viver, devemos tentar observar quais são as características fundamentais que aparecem neste período vital (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.30).

Concomitante às questões subjetivas, devemos considerar as mudanças de ordem biológica que transformam o corpo do adolescente bem como a representação que este passa a ter da imagem de si mesmo. A construção da autoimagem, física e psíquica, é notoriamente um processo árido para o adolescente; porém, os adultos tendem a culpabilizá-lo por toda instabilidade que envolve essa dinâmica. Assim, Aberastury assevera que:

Só quando a sua maturidade biológica está acompanhada por uma maturidade afetiva e intelectual, que lhe possibilite a entrada no mundo do adulto, estará munido de um sistema de valores, de uma ideologia que confronta com a de seu meio e onde a rejeição a determinadas situações cumpre-se numa crítica construtiva. Confronta suas teorias políticas e sociais e se posiciona defendendo um ideal. Sua ideia de reforma do mundo se traduz em ação (ABERASTURY, 1981, p.15).

No que tange à tendência grupal, o adolescente apela ao grupo buscando sustentação na construção de sua identidade e independência, num momento em que ainda necessita a proteção dos pais; entretanto, o grupo pode auxiliar na contenção das ansiedades advindas, muitas vezes, da falta de referenciais. Assim, “as atuações do grupo e de seus integrantes representam a oposição às figuras parentais e uma maneira ativa de determinar uma identidade diferente da do meio familiar” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.37).

Por vezes, o pensamento do adolescente configura-se como uma necessidade de intelectualizar e fantasiar, ou seja, seu discernimento sofre uma transformação que passa do concreto para o hipotético dedutivo. As mudanças corporais, o luto pelos pais da infância, o enfrentamento na definição da sexualidade fragilizam o adolescente gerando um sentimento de incapacidade e de fracasso diante do mundo. Diante desse contexto, intelectualizar e fantasiar operam como mecanismos de defesa diante de vivências tão dolorosas.

Já a religiosidade na adolescência poderá manifestar-se através de uma conduta de “ateu exacerbado ou como um místico muito fervoroso” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.40). A construção de uma ideologia poderá se dar através de diferentes vivências e da flutuação do mundo interno do adolescente.

O tempo e o espaço possuem especificidades muito peculiares no pensamento do adolescente, divergindo amplamente da percepção do tempo e do espaço construídos no mundo do adulto. Assim, a vivência do tempo possui uma dimensão própria: para o adolescente, negar a passagem deste empondera-lo-á na manutenção do infantil. “Isso está relacionado com o sentimento de solidão tão típico dos adolescentes, que apresentam esses períodos em que se encerram em seus quartos, isolam-se e retraem-se” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.43). O adolescente cria mecanismos de defesa fazendo do passado, do presente e do futuro objetos passíveis de controle e, na medida em que vai elaborando os lutos característicos dessa etapa da vida, a dimensão temporal adquire outras especificidades.

Diante da nova aparência, o adolescente depara-se com um físico e uma estrutura cada vez mais distantes do corpo infantil, do qual ele, provavelmente, ainda elabora o luto. A tensão sexual encontrará alívio através da masturbação que é, primeiramente, uma “experiência lúdica na qual as fantasias edípicas são manejadas solitariamente, tentando descarregar a agressividade misturada com

erotismo através da mesma, e aceitando a condição de terceiro excluído” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.50). Simultaneamente, descobre a sexualidade e as dúvidas eclodem cada vez mais: é através de uma sofrida busca por respostas que o adolescente, paulatinamente, vai construindo sua nova identidade.

É imprescindível que o adolescente seja acolhido pelo mundo adulto, pois necessita de orientação e referenciais para o desenvolvimento, quer seja do físico, das questões de ordem psíquica, que seja da sexualidade. Diante da aceitação de sua genitalidade, “o adolescente inicia a busca do parceiro de maneira tímida, mas intensa” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.45). Iniciam-se os contatos e carinhos cada vez mais íntimos com o parceiro, surgindo a atividade sexual.

O processo adolescente não depende apenas dele mesmo, pois está inserido num contexto que possui intensa interferência no resultado de suas evoluções. Primeiramente, o grupo familiar representa a sociedade e vai ser determinante na conduta do adolescente frente a outros grupos. Os genitores revivem seus próprios conflitos edípicos ao perceberem, dolorosamente, que o filho cresceu.

Embora as primeiras identificações sejam com as figuras parentais, o adolescente tentará superá-las já que o meio lhe oferece outras possibilidades de identificação. Diante dessa “conduta que é o resultado final de uma estabilidade biológica e psíquica, da urgência dos dispositivos mutáveis de relação objetal e da vitalidade dos conflitos inconscientes” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.52). Assim, ele se percebe como parte de uma coletividade e, emponderado de uma ideologia, assume, muitas vezes, uma atitude social reivindicatória.

As condutas nessa etapa da vida são dominadas pela ação na tentativa de obter o controle, e o pensamento necessita ser revertido em ação. “O adolescente não pode manter uma linha de conduta rígida, permanente e absoluta, ainda que muitas vezes o pretenda e procure” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.56). A experimentação ganha espaço fecundo podendo ocasionar desvios dos objetivos originais.

A separação dos pais é um dos lutos que o adolescente deverá superar. Porém, a separação será progressiva e esse processo será repleto de contradições tanto de parte dos genitores, entre a permissividade e o autoritarismo, quanto dos adolescentes, nas situações ambivalentes de conquista da independência e clamor contra a dependência. A ligação com os genitores está desagregada e há ambivalência em relação a essas figuras que podem ser muito boas ou muito más,

dependendo certamente do tipo de internalização dessas figuras nos primeiros anos de vida. Sendo assim:

As identificações se fazem, então, com substitutos parentais nos quais se podem projetar cargas libidinosas, especialmente em seus aspectos idealizados, o que permite a negação da fantasia edípica subjacente. É assim como aparecem relações fantasiadas com professores, heróis reais e imaginários, companheiros mais velhos, que adquirem características parentais, e podem começar a estabelecer relações que nesse momento satisfazem mais (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.58).

A circunscrição social desse sintoma, da adolescência normal, deflagra as bases comuns norteadas por aspectos culturais, territoriais e de tradição. Em meio a todas as características descritas, destacam-se as contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, orientadas por uma propensão à ação, as quais substituem as formas mais evoluídas do pensamento.

Outeiral (2003), referindo-se à adolescência, assinala que neste período “é fácil encontrar a solução dos problemas da humanidade, muito embora a maioria delas não seja exequível na prática, enquanto tem muita dificuldade de resolver complicações simples de seu cotidiano” (OUTEIRAL, 2003, p.30).

No mundo adulto, as decisões são precedidas de experiências diversas e são guiadas por um aparelho psíquico que se supõe maduro; entretanto, no adolescente, emerge a insegurança e, às vezes, como resposta, agindo por impulso e causando conflitos no mundo externo. Mesmo que procure, o adolescente saudável não consegue manter uma conduta rígida, anunciando, assim, identidades transitórias que muitas vezes não são respeitadas pelo adulto. É nesta fragilidade da organização defensiva do adolescente que repousam os sinais que indicam sua normalidade.

Muitas vezes os pais, que deveriam ser os primeiros a acolherem o adolescente nesse processo de evolução da infância à vida adulta, não o fazem e deixam espaço aberto para a entrada de outros adultos que poderão fazer uso da transferência para inseri-lo até no mundo do crime.

Por vezes, o adolescente poderá pensar e falar muito mais do que agir, mesmo sem conseguir fazer uma reflexão mais ampla. Quando o mundo adulto repudia sua manifestação verbal por não compreendê-lo, gera frustração e sofrimento no adolescente. A partir da reprodução de diversas situações de fracasso na comunicação verbal, o adolescente poderá “recorrer à linguagem de ação e isso

se torna muito evidente na compulsão a roubar ou na realização de pequenos atos delitivos; nesse momento, o adolescente entra já em certa psicopatia” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.70). Compreendemos aqui que os autores anunciam como “certa psicopatia”, para não determinar uma psicopatia onde há o conflito com a lei. Os adolescentes que fizeram parte deste estudo não apresentaram diagnóstico de psicopatia.

Embora todo o período da adolescência seja repleto de flutuações, desordens e contradições, a conquista da independência e da identidade marcará o final desse processo que pode ser de avanços nos estudos, de entrada no mercado de trabalho e de participação ativa na organização do contexto no qual está inserido harmonizando seus atos a uma ideologia coerente.

Winnicott (2012), referindo-se às questões da adolescência, considera-a uma fase do desenvolvimento humano em que questões como a busca de identidade, sexualidade, irresponsabilidade, desejo de se afastar das figuras parentais, associação a um grupo ou tribo, rompimentos com tradições surgem como problemas e desafios desse período, especialmente no campo da educação, em que aparecem problemas como rebeldia, descompromisso, confronto com professores e também as dificuldades destes em lidar com alunos adolescentes.

A questão da adolescência pode ser abordada por diversas perspectivas teóricas, seja do campo da Sociologia, do Direito, da História seja da Psicologia. Está fora de questão conceber uma visão unitária sobre a adolescência; trata-se, pois, de escolher um ponto de vista em razão de um determinado problema ou aspecto que se procura elucidar.

Se estabelecermos uma relação entre os estudos de Winnicott (2012), em *Privação e Delinquência*, com os adolescentes do nosso meio, veremos que a privação também pode se manifestar como resposta a diferentes experiências traumáticas ou da fragilidade dos referenciais materno e paterno. Os estudos de Winnicott levaram-no a afirmar que as crianças vítimas da privação materna na infância provavelmente terão na adolescência efeitos determinantes no que tange as tendências antissociais.

As crianças “normais” ou com diagnóstico psiquiátrico, excluindo a esquizofrenia, poderão apresentar a tendência antissocial. Segundo Winnicott (2012, p.297), o “esquizofrênico não é suficientemente maduro para sofrer privação e encontra-se num estado de distorção associado à carência.” Diferentemente de

Winnicott, entendemos que ele não esteja suficientemente apto para sofrer privação. O autor prossegue sustentando que a tendência antissocial poderá ser melhor estudada na criança menos doente, a que está “perplexa por encontrar-se amarrada a uma compulsão para roubar, mentir, destruir e produzir reações sociais de uma ou outra espécie” (WINNICOTT, 2012, p.297).

Após concebermos a entrada na adolescência e as especificidades deste tempo, recorreremos a Dolto, que destaca o final da adolescência anunciando o que os neurologistas apresentam em termos de “desenvolvimento nervoso: vinte anos, a idade em que o tecido cerebral se encontra inteiramente constituído. Os especialistas do crescimento estabelecem os últimos pontos de ossificação” (DOLTO, 2004, p.24). Independentemente da idade (DOLTO, 2004), a adolescência termina de fato quando o sujeito não se sente embaraçado pela angústia dos pais. Mesmo que seja difícil para os pais, essa é a verdade: os filhos transformam-se em adultos quando são capazes de se emancipar da influência parental.

#### **3.1.4 Ser adolescente: matizar-se**

A psicanálise é buscada na esperança de melhorar a vida das crianças e dos adolescentes na família, na escola e na sociedade. Mas devemos lembrar que os conceitos da psicanálise podem esclarecer “a dinâmica da afetividade, a dinâmica da vida simbólica” (DOLTO, 1999a, p.10), para se ter acesso ao que esses sintomas significam simbolicamente, provavelmente compreendendo o significado, desvelaremos o significante, tão importante um quanto o outro. O significante precisa de outro significante para representar o sujeito frente a outro significante. “Significante e significado se articulam, não se somam. São o direito e o avesso um do outro” (Explicação da Professora Maria Nestrovsky Folberg, 2013).

Dolto destaca a necessidade de compreendermos que a “comunicação intersíquica” causa efeitos já na vida intrauterina, ampliando-se após o nascimento quando o bebê passa a conviver com outros seres humanos, sendo inserido no campo da linguagem.

Dolto revela a necessidade da compreensão de que:

É o papel do dizer e, mais ainda, do agir. Para uma criança, tudo é linguagem significativa, tudo o que se passa à sua volta e que ela observa. Ela reflete sobre essas coisas. Uma criança reflete e escuta melhor quanto menos olha a pessoa que está falando. E esse é um dado muito importante (DOLTO, 1999a, p.10).

Diante da afirmação de Françoise Dolto, podemos nos perguntar: o que o adolescente procura através do ato infracional? Após o primeiro nascimento, o biológico, nasce a inscrição do bebê no mundo simbólico, humanizando-o e inserindo-o na cultura. É a simbolização, o sair do concreto e do imediato, entrar no código da cultura, que nos torna humanos.

A criança é um ser em transformação, portanto, é um sujeito com direito à palavra e ao desejo. Ao ser inserida na cultura de seu tempo e espaço, ao ser amada e respeitada pelos adultos, aprende a viver no contexto considerando a convivência com os outros seres humanos, com códigos, leis e normas. A ausência do olhar atento e de figuras parentais de referência poderá gerar um sentimento de invisibilidade, causando sofrimento à criança que, mais tarde, possivelmente, será um adolescente sem limites.

No livro “As etapas decisivas da infância”, Françoise Dolto (1999b) dirige-se àqueles que querem ser auxiliados na tarefa de educar uma criança. As etapas decisivas são, no desenvolvimento da criança, os momentos de passagem cruciais e densos os quais ela irá atravessar antes da chegada à adolescência e, posteriormente, à idade adulta. Compete ao adulto fazer a escuta das demandas da criança e intervir respeitando-a como um sujeito desejante. Esse trabalho exhibe muitas das contribuições de Dolto nas mudanças intensas do tipo de intervenções necessárias na atualidade do mundo infantil na psicanálise e em outros campos, coibindo o sofrimento causado, muitas vezes, pela falta de manejo adequado à situação. No caso, a psicanálise é apresentada por Dolto como uma forma de melhorar a vida das crianças tanto na família como na escola. Como nos diz Dolto: “Qualquer um que se empenhe em ouvir a resposta das crianças é uma mente revolucionária” (DOLTO, 1999b, p. XI).

Em meio a tantos temas relevantes trabalhados no livro “As Etapas Decisivas da Infância”, destacamos o excerto abaixo, que trata do desejo:



O que é preciso é educar as crianças, deixá-las autônomas, livres em suas iniciativas, e, sobretudo reconhecer que não podemos satisfazer todos os seus desejos – é impossível, já que elas têm desejos impossíveis de satisfazer -, mas sempre reconhecer que seus desejos são válidos, mesmo que não os satisfaçamos. (DOLTO, 1999b, pag. 153)

É importante que saibamos da necessidade de falarmos para a criança que sabemos do seu desejo e da possibilidade, ou não, de realizá-lo. É imprescindível que façamos a escuta do que a criança deseja; do contrário, ela poderá ter o sentimento de invisibilidade e isso causará sofrimento. Se a criança é amada e respeitada, e é inserida na cultura de seu tempo e espaço pelo adulto, ela saberá viver com liberdade respeitando os outros seres humanos. Na ausência dessa inserção na cultura a criança será, bem provavelmente, um adolescente sem limites.

Para Jean-Marie Forget (2011), psiquiatra e psicanalista, a criança e o adolescente colocam em ato “uma fala encenada”, ou seja, “a criança ou o adolescente encena o que não pode dizer, sem poder compreender de imediato o que ele assim desvela de si” (FORGET, 2011, p.11). As discussões e os atos de Laranja emergem como sintomas das cenas de agressões que vivencia no convívio com os adultos, em sua casa, que têm suas próprias falhas.

Parece-nos que a exigência de responder à cultura e de cumprir as regras está posta de forma inflexível e recai unicamente sobre o adolescente, e não sobre os adultos de sua família ou os profissionais que representam a autoridade. Por meio dessas elucidações, tomemos ainda o que Forget aponta sobre os sofrimentos atuais:

Se a criança ou o adolescente “passa ao ato”, é que ele se confronta com muitos impasses:

- como ele pode tentar se fazer ouvir e reconhecer pelos outros quando o recurso à fala não é possível?
- como poder afirmar seu “estilo” de identidade no “ambiente” do mundo atual sem ser esmagado, manipulado, e até mesmo consumido?
- como a atitude dos adultos ao seu redor pode ser um obstáculo a tal afirmação e a tal reconhecimento no contexto das relações sociais atuais, bem diferentes das de dez, vinte, trinta anos atrás? (FORGET, 2011, p.11)

Como todo adolescente, Laranja vive este “fenômeno psicológico e social” (OUTEIRAL, 2003, p.3) e reivindica referenciais para construir seu lugar de adulto no meio social; porém, a adolescência “gera diferentes peculiaridades conforme o ambiente social econômico e cultural em que o adolescente se desenvolve” (OUTEIRAL, 2003, p.3).

É essencial para o adolescente que os adultos acolham suas angústias e incertezas, pois ele precisa definir o caráter social, deixando de lado o mundo infantil, contendo a exteriorização de seus impulsos intuitivos. No caso dos adolescentes em questão, a falta de conhecer o pai sempre lhes causou inquietação. Para Lacan, “[...] os sentimentos nos quais é preciso ver complexos emocionais conscientes, os sentimentos familiares especialmente sendo, muitas vezes, a imagem invertida de complexos inconscientes” (LACAN, 2008a, p.18) conformam um quadro traumático para esses adolescentes. É através do discurso da mãe que, em geral, eles tomam conhecimento do pai, como no caso de Verde, onde sua mãe sempre afirmou: “*Ele não presta. Ele foi embora quando tu tinha dois anos. Ele [o pai] tá preso*”, ela lhe diz.

Caracterizada por um período de crises, a adolescência, independente do contexto social, é um período onde se busca, entre outros, estabelecer a identidade e a aproximação com o mundo adulto. Podemos destacar que “as crianças e os adolescentes ‘pedem limites’ e que o ‘limite’ os ajuda a organizar sua mente. [...] Os adultos, às vezes, não colocam limites porque assim será mais ‘cômodo’ para eles” (OUTEIRAL, 2003, p.31). Esta aproximação pode se dar na constituição de grupos. Quando este adolescente é privado de referenciais saudáveis, não sendo acolhido por um Outro, fica impotente diante da sociedade e, na falta desses referenciais e de oportunidades para se desenvolver, pode ser levado a provocar atos de violência.

### 3.2 CREPÚSCULOS DA VIDA: PRIVAÇÃO E DELINQUÊNCIA

Durante a segunda guerra mundial, Donald Winnicott foi nomeado para trabalhar no interior da Inglaterra com crianças que, mesmo antes da grande guerra, já apresentavam dificuldades em seus lares. Em alguns casos, os problemas existiam antes do nascimento desses bebês. Winnicott teve a chance de trabalhar com um conjunto de cinco alojamentos para crianças “difíceis”. Durante muitos anos acompanhou um grande número de crianças através de um trabalho coordenado e subsidiado pelo Ministério da Saúde. Winnicott teve a contribuição de Clare, sua esposa, assistente social nomeada para acompanhá-lo nas visitas semanais ao Condado.

A equipe de trabalho orientada por Winnicott era composta por supervisores, geralmente professores, que se reuniam sistematicamente para discutirem os casos.

Os orientadores moravam com as crianças e vivenciavam o desalento e tumulto que os problemas de comportamento causavam.

O autor assinala que o fracasso do ambiente no acolhimento saudável da criança acarretará no que ele denominou como distúrbios de caráter, as manifestações clínicas da tendência antissocial que poderá revelar-se através do desprezo e da necessidade de burlar as regras do convívio social, provavelmente numa tentativa de recuperar este ambiente. É no embate envolvendo a tendência antissocial e a reação social que “iniciam-se os ganhos secundários e o caso está a caminho do endurecimento que associamos à delinquência” (WINNICOTT, 2012, p.297).

Tratando-se do adolescente em conflito com a lei, podemos avaliar as especificidades do ato infracional, que muito nos diz da privação de cada sujeito, e a representação da tendência antissocial poderá manifestar-se através do roubo, na busca de um lugar que lhe dê o que falta ou na destruição que é a busca de um ancoradouro no ambiente que acolha sua conduta impulsiva.

### **3.2.1 A cor primeva: mãe**

Em toda sua obra, Winnicott enfatiza o papel de uma mãe suficientemente boa, uma pessoa capaz e preparada para reconhecer a fragilidade e dependência do seu bebê, segurando, amparando, adaptando-se para sustentar o que ele chamava de “ser em desenvolvimento”, nos estágios mais precoces da vida. Ela não é perfeita; é um sujeito humano que resolveu suas faltas e que agora está com seu bebê.

A mãe suficientemente boa está ao lado do bebê fisicamente e não exige de si, nem do bebê, mais do que podem. Essa mãe faz do seu filho um bom neurótico, que sabe lidar com as frustrações e não um psicótico ou perverso. Esses estágios iniciais são fundamentais para que o bebê integre-se, transformando essas integrações em conquistas para o amadurecimento pessoal.

Para Winnicott, a saúde mental de um indivíduo é fundada pela mãe em sua experiência de vida e de cuidados com seu bebê, pois ela é o primeiro ambiente que se apresenta a ele. Sendo assim, a função da família é oferecer um ambiente afetivo à criança, pois, diante da falta extrema, esta poderá recorrer a outros espaços na

sociedade e, na ausência de um acolhimento benéfico, poderá, na adolescência, encontrá-lo no ato infracional que resultará na privação de liberdade.

Enfim, os cuidados iniciais dos estágios primitivos do desenvolvimento humano são o alicerce da vida psíquica do ser humano. A relação de reciprocidade mãe-bebê é única e primordial para a saúde, pois é ela que lança as bases para as experiências de ser e sentir-se real. Na adolescência, esses cuidados são retomados para que o jovem, por meio da sua imaturidade frente à cultura adulta, possa realizar experiências de si mesmo e desenvolver um modo de ser e de relacionar-se, contando com a sustentação ambiental fundada na comunicação e no atendimento a essas necessidades, seja no ambiente familiar seja no escolar.

É na relação com a mãe, ou com um substituto na função materna, que a criança buscará as informações sobre sua origem, sua história e seus desejos para confirmar aquilo que ela já sabe; contudo, necessita desta retomada para discernir o sonho da realidade, provocando uma sensação de bem-estar diante da importância de sua existência. Mais tarde outros adultos poderão auxiliar nesta retomada.

Isso gera uma sensação boa e real, e ajuda a criança a distinguir a realidade do sonho e dos jogos imaginativos. A mesma coisa ampliada seria representada pelo modo como os pais comuns recapitulam a vida passada da criança, incluindo aquilo que ela só se recorda vagamente, e também coisas de que ela nada sabe (WINNICOTT, 2012, p.209).

Winnicott ainda revela que “a falta dessa coisa simples é uma perda séria para a criança” (WINNICOTT, 2012, p.209). Assim, não é ao acaso que surge a necessidade de uma reflexão anterior à fase da adolescência, a saber, os primeiros tempos de vida, fundamentais na constituição do sujeito, representando momentos de marcas primeiras, que irão constituir a base das futuras formas de se inserir no mundo a sua volta.

Françoise Dolto (1999b) afirma que o sujeito manifesta-se por desejos e não só por necessidades. Seus estudos são utilizados como referencial teórico nesta pesquisa uma vez que é essencial recorrermos aos primeiros tempos de vida do bebê para compreendermos a adolescência e o que poderá gerar ou induzir ao conflito com a lei.

A autora assinala que o bebê, sozinho, não tem os meios necessários para subjetivação. Assim, depende da relação original com o Outro, com o corpo do outro, das relações estabelecidas com os pais ou por quem desempenha a função

deles. É nessa relação primeva, que Dolto nomeia de “díade mãe-filho”, que a imagem do corpo constituir-se-á. Porém, não é uma imagem que se vê, mas é imaginarizada, com relação ao estágio do espelho dos primeiros 18 meses de vida.

O bebê constrói, na relação com a mãe, imagens que são sensações do corpo a partir das antecipações feitas pela mãe: “Estás com fome.” “Estás com frio.” Essas imagens inconscientes do corpo têm um destino nas castrações que darão acesso à simbolização. Castração como falta, se não tem significante, não existe. O problema que se coloca ao adulto é saber como introduzir a criança na ordem do desejo, pois é a ordem do desejo que irá instalá-la como sujeito.

Também Lacan, como esclarecemos anteriormente, utiliza seu conceito do estágio do espelho, referindo-se ao bebê que não se reconhece na imagem refletida. Posteriormente, reconhece a imagem no espelho como sendo outra criança. A antecipação feita pela figura materna, através da fala, vai dizer do sujeito que está na imagem. Só mais tarde a criança terá maturação neurológica para reconhecer-se como imagem no espelho; porém, antes disso, a criança reconhece a existência de um Eu diferente da mãe.

### **3.2.2 O crepuscular da mãe para colorir o pai**

A psicanálise e os muitos filósofos têm mostrado, ao longo da história, que o sujeito é aquilo que o Outro lhe permite ser, levando a ver além da expressão manifesta. Assim posta, a psicanálise deve ser pensada dentro da contemporaneidade do sujeito.

Freud, o criador da psicanálise, usa a palavra como instrumento da expressão da subjetividade e escreve sobre a psicanálise conceitualmente. A proposta de Freud é de dizer, falar sobre o que aparece e não aparece no corpo do sujeito. É em torno da palavra que Freud trabalha e abre para a linguagem. Dessa forma vai afirmar que somos seres de palavra.

A evolução da sociedade moderna e da família contemporânea fez desaparecer a tradicional figura patriarcal, inseriu as mulheres no mercado de trabalho e deu voz também à criança que, muitas vezes, passou a ser o centro da família. Compartilhar a autoridade trouxe a democracia nas relações familiares. Os adultos incorporaram novos hábitos e extraviaram-se dos referenciais tradicionais

apresentando inúmeras dificuldades para exercer sua função e para impor limites às crianças.

Sabemos que a função paterna pode ser exercida por outro adulto, não necessariamente o pai biológico. Muitas vezes este lugar não é ocupado pelo genitor e nem mesmo por alguém que tenha a função simbólica de terceiro na díade mãe e filho. Frequentemente, quando há outra figura que poderia exercer autoridade, essa não está bem delineada, causando uma grande confusão no imaginário infantil, coibindo os pais, ou adultos responsáveis pela criança e pelo adolescente, a frustrar esta função.

Não podemos afirmar que existe uma relação direta entre a ausência do pai e o ato infracional. Porém, no grupo dos vinte adolescentes pesquisados que entraram em conflito com a lei, apenas um sempre teve a função paterna vinculada à figura do pai. Evidentemente, a partir do ato infracional, emerge o Estado que, com sua autoridade, cumpre a função paterna. A figura do juiz, geralmente, é a que irá preencher este lugar, assumindo a interdição.

Dolto apresenta possíveis consequências do abandono dos pais. Muitas mães, diante da privação de elementos básicos para assegurar a sobrevivência física de seus filhos, sujeitam-se a receber ajuda do poder público para suprir essas demandas. Em contrapartida, essa subvenção do Estado tem um efeito na constituição do sujeito que está sendo inserido na cultura e “pode induzir os meninos a se tornarem delinquentes, e as meninas, prostitutas, como se para reabilitar o pai e não dar mais despesas à mãe” (DOLTO, 1999a, p.116).

Face ao sofrimento vivenciado pela criança, a restituição das figuras parentais pode se dar através da reprodução do tipo de vida deles. Dolto ainda nos mostra que a repetição do comportamento rotulado de irresponsável por parte do adolescente é uma tentativa de desculpabilizar o pai. A criança poderá chegar à adolescência conflitando-se com a lei, enquanto esse conflito vai levá-la a se aproximar do pai. O ato pode representar a busca de marcas primevas, de significantes que precisam de outros significantes para ter sentido.

Sabemos que a função materna é insuficiente para atender a todas as demandas e necessidades da criança; portanto, a função paterna é indispensável para a participação ativa do pai na educação da criança. A privação de alguma dessas funções irá constituir uma falta que poderá aparecer como fator patogênico, degradando o filho. Ao chegar à adolescência, este adolescente poderá entrar em

conflito com a lei para buscar no juiz a proteção da lei externa, já que não possui a lei internalizada, procurando, neste, o pai que possa cumprir uma função educativa.

O conflito com a lei pode ser o sintoma e, como não se corrige um sintoma por si, deve-se compreender suas causas. O sintoma é único e específico de cada um. Ele é a “mentira” que aparece. A verdade está escondida no e do próprio sujeito. A verdade deverá emergir na circulação do saber, apesar de ser impossível de ser dita. A verdade é o Real.

### 3.2.3 Identificação

A família é o lugar de acolhimento e formação da subjetividade do sujeito; porém, cada vez mais, no mundo contemporâneo, percebe-se a fragilidade deste espaço. Freud destaca que a família é uma necessidade da civilização, e, segundo Roudinesco:

A família não apenas é assim definida como sendo o filtro de uma força essencial à civilização, como, de acordo com a tese do assassinato do pai e da reconciliação dos filhos com a figura dele, é julgada necessária a toda forma de rebelião subjetiva: dos filhos contra os pais, dos cidadãos contra o Estado, dos indivíduos contra a massificação (ROUDINESCO, 2003, p.90-91).

Freud trata das questões relacionadas aos grupos, à família e à cultura quando em seu texto “Além do princípio do prazer” nomeia a função da mãe como escudo protetor, fornecendo um contexto para que a constituição do bebê comece a se manifestar desdobrando-se em novas experiências e movimentos espontâneos que irão fazer da criança o senhor das inúmeras sensações desses primeiros tempos de vida.

Também o estágio do espelho tem sua função na constituição do sujeito. Lacan desenvolve o estágio do espelho a partir da teoria, pois não trabalhou com bebês, nem com crianças. Já Winnicott desenvolveu o estágio do espelho a partir da sua clínica, onde desenvolveu uma vasta experiência com crianças. Ele trabalhou desde o início de sua formação em hospitais infantis, trabalhou com bebês e crianças. Embora de formas distintas, Lacan e Winnicott trazem a importância de uma fase ligada à mãe e, em princípio, a criança é marcada pela identificação que irá advir posteriormente.

Freud fala da identificação como “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Ela desempenha um papel na história primitiva do Complexo de Édipo” (FREUD, 1996i, p.109). Assim, as identificações acontecem durante toda a vida. Freud assinala que a estruturação psíquica se dá mais intensamente até, aproximadamente, os três anos de idade, embora não determine uma idade específica para esta estruturação. Ele também nos revela que: “A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo do afastamento de alguém” (FREUD, 1996i, p.109).

No Capítulo VII desta mesma obra, Freud trata especificamente da identificação apresentando-a sob três formas: a identificação primária como um laço emocional com um objeto, ligado à ideia da incorporação ao pai mítico, como, por exemplo, quando a identificação se dá com o chefe do grupo. Assim, as identificações primárias vão marcar o que se segue; outra forma é a regressão por meio de um traço, o que nos aponta à psicose; e, por último, a identificação como uma qualidade compartilhada com alguém, empatia pela imitação (como a histeria nos demonstra tão bem). Conforme Folberg, a identificação não pode ser tomada como uma clonagem ou uma cópia, ela é muito mais que isso (FOLBERG, 2012).

Na literatura psicanalítica pós-freudiana, encontramos o termo identificação relacionado ao “eu-realidade” determinante, onde se funda “o registro da diferença sexual e onde o corpo assume novas insígnias simbólicas, o que corresponde às identificações secundárias de certos autores” (BIRMAN, 2011, p.71). A psicanálise tem como um de seus eixos basilares o Complexo de Édipo e as passagens anteriores que perpassam pelos acontecimentos emocionais são a resposta do intercâmbio entre a fantasia e a realidade que incidem no contexto familiar.

Nasio (1997) apresenta duas formas, em Psicanálise, completamente diferentes, de perceber a relação identificatória, que não possuem relação com o conceito comum; esta abordagem dada por Freud é muito diferente do enfoque apresentado por Lacan sendo que ambos fundam de maneira distinta uma desordem da forma clássica na qual a identificação é concebida.

Lacan, a partir de Freud, faz sua releitura apontando três formas de identificação: a regressiva; a identificação ao pai, por incorporação; e a histérica, que se dá pela via do desejo. Lacan reconhece que Freud trata das identificações em



vários textos concomitantemente e mostra que a identificação só se instala diante e graças a linguagem. Nasio ainda assevera, em relação ao desafio freudiano do conceito de identificação, que: “Longe de ligar dois indivíduos distintos, transformando-se um deles no outro, a identificação se reproduz, ao contrário, no espaço psíquico de um único e mesmo indivíduo” (NASIO, 1997, p.100).

Já no desafio lacaniano, Nasio assegura que o psicanalista conceitua identificação como o nome que serve para designar o nascimento de uma nova instância psíquica, a produção de um novo sujeito (NASIO, 1997, p. 101). Aqui, Lacan provoca uma reviravolta radical em relação ao pensamento freudiano, ao expor que:

[...] não apenas a identificação é inconsciente, não apenas significa engendramento, mas ainda e sobretudo, o sentido do processo é invertido [...] A identificação significa que a coisa com a qual o eu se identifica é a causa do eu, ou seja, o papel ativo anteriormente desempenhado pelo eu é, no momento, garantido pelo objeto.[...] o agente da identificação é o objeto, e não mais o eu (NASIO, 1997, p.101-102).

A noção de objeto foi introduzida por Freud a partir do conceito de pulsão, um dos conceitos fundamentais da teoria psicanalítica. Para o pai da psicanálise, as pulsões são um processo dinâmico e possuem origem orgânica operando de forma independente umas das outras, tendo como destino o prazer do órgão. Portanto, esse orgânico é real e é fonte de excitação nos principais orifícios do corpo como na boca e no ânus. O aparelho psíquico é movido pelo impulso que, em ato, descarrega essa tensão que é orgânica.

A pulsão constitui-se como conceito limítrofe entre o biológico e o psíquico. A pulsão tem como alvo a sua satisfação; porém, segundo Freud, ela nunca será totalmente satisfeita. A satisfação das pulsões se dá através da descarga por objetos e será sempre parcial, pois a plenitude é da ordem do impossível.

O objeto da pulsão pode ser qualquer coisa, pois ele não é antecipado organicamente e vai depender do desejo e da fantasia do sujeito. O objeto é aquilo que auxilia na satisfação da pulsão. Ele é construído a partir das experiências de satisfação, das faltas, das vicissitudes e dos traumas vivenciados nos primeiros tempos de vida.

Lacan, ao definir o conceito de identificação, “resolve um problema psicanalítico fundamental: *dar nome ao processo psíquico de constituição do eu*, ou,

numa formulação mais correta, *dar nome ao processo de causação do sujeito do inconsciente.*” [grifo do autor] (NASIO, 1997, p.102).

Para elucidar ainda mais as categorias freudianas e lacanianas da identificação, Nasio (1997, p.106) apresenta uma tabela com os eixos principais dos conceitos dos dois psicanalistas, aproximando-os.

**Tabela 4** - Tabela de correspondências entre as categorias freudianas e lacanianas da identificação.

FREUD	LACAN
Identificação com o <b>traço</b> do objeto	Identificação <b>simbólica</b> do sujeito com um significante
Identificação com a <b>imagem</b> do objeto	Identificação <b>imaginária</b> do eu com a imagem do outro
Identificação com o objeto enquanto <b>emoção</b>	Identificação <b>fantasística</b> do sujeito com o objeto enquanto emoção

Fonte: NASIO, 1997, p.107

Deste modo, a identificação parcial com um traço do objeto aborda a identificação do eu com um traço de, segundo Nasio (1997), “um objeto amado, desejado e perdido, e depois com o mesmo traço num segundo objeto, num terceiro e, enfim, com o mesmo traço em toda série de objetos amados, desejados e perdidos durante a vida” (NASIO, 1997, p.106).

Assim, diferente de um traço, outra modalidade de identificação refere-se à imagem do objeto, e “isso quer dizer que a representação inconsciente do objeto amado, desejado e perdido é uma imagem” (NASIO, 1997, p.107). O autor prossegue distinguindo dois tipos de imagem: “ou bem me identifico com o aspecto-imagem global do objeto amado, desejado e perdido, ou bem me identifico com o aspecto-imagem local do mesmo objeto” (NASIO, 1997, p.107).

Nasio (1997) apresenta como exemplo o caso do menino que, diante da morte do seu gato de estimação, passa a assumir uma conduta repleta de elementos

característicos dos felinos. Esse movimento extraordinário de adotar o comportamento do outro pode ser atribuído ao narcisismo. Evidencia-se que o eu não encontra outro contorno e movimentos se não os daqueles que foram do objeto amado, refletindo-se nesta imagem, e assim amando a si mesmo. O menino melancólico que hoje habita a conduta bizarra do gato revela que a imagem do seu gato, quando vivo, já era sua própria imagem.

A terceira modalidade da identificação parcial abrange o *eu* numa identificação com a imagem local. Continuando em Nasio (1997), para melhor compreendermos essa modalidade que também apresenta duas formas de identificação parcial com a imagem local do objeto, tomemos como exemplo o caso da histérica que:

[...] seja com sua imagem reduzida exclusivamente ao lugar genital, caso em que o objeto será percebido como sexualmente desejável, seja com sua imagem privada do lugar genital, caso em que o objeto será percebido, por conseguinte, como sexualmente desejante, na medida em que, sendo furado, tenderá a completar sua falta (NASIO, 1997, p.109).

Ainda na trajetória freudiana, há outra modalidade da identificação parcial, sustentada numa outra variação da relação histórica com os objetos de desejo, que possui um alcance clínico decisivo, pois:

O eu histérico identifica-se aqui não apenas com a imagem local do objeto [...] mas também com a emoção do orgasmo fantasiado por Dora [caso apresentado por Freud] durante o abraço de um homem e uma mulher. Já em 1895, Freud não hesitara em fazer do ataque histérico o equivalente de um orgasmo (NASIO, 1997, p.109).

Lacan apresenta a histérica anunciando que o que ela quer é ser insatisfeita e inscreve o avesso “a todo tratamento possível da histeria, ou seja, a insatisfação da histeria diante de qualquer ideia de satisfação possível, pois o que ela quer é justamente uma insatisfação, como eu a qualifico, fundadora” (MELMAN, 2009a, p.179).

Podemos tomar a identificação como a indicação de um novo lugar, ou seja, de uma instância psíquica nova. De acordo com as particularidades desse lugar, podemos assinalar “duas categorias de identificações: a primeira está na origem do sujeito do inconsciente e nós a chamamos de identificação simbólica; a segunda

está na origem do eu e nós a chamamos de identificação imaginária” (NASIO, 1997, p.111).

O *eu* imaginário constitui-se no interior da representação do *eu* simbólico que é estabelecido no estágio do espelho. Uma terceira categoria que não se refere a uma nova instância, contudo, faz referência “à instituição de um complexo psíquico denominado fantasia; esta última modalidade identificatória é por nós qualificada, por conseguinte, de fantasística” (NASIO, 1997, p.111).

As três modalidades da identificação laciana apresentam os elementos que interferem em cada uma delas, que são: o significante e o sujeito do inconsciente; numa identificação simbólica, na identificação imaginária, são a imagem e o *eu*; e por fim, na identificação fantasística, são o sujeito do inconsciente e o objeto a (NASIO, 1997, p.111).

Folberg (2012) revela que um significante precisa de outro significante para ter sentido, pois um significante sozinho não é nem mesmo signo. O significante precisa de uma cadeia para ter sentido e distinguir-se pela diferença de outros significantes. Podemos constatar, conforme Melman (2009a), que, antes de mais nada, o sujeito é um significante que “remete ao lugar onde se articula uma fala vetora de uma demanda ou de um desejo, isto é, testemunha uma insatisfação, um desejo que será sempre desejo de outra coisa, e demanda de outra coisa” (MELMAN, 2009a, p.134-135).

### 3.3 COM A PALAVRA: FREUD

Todas as questões sociais já apresentadas possivelmente colaboram para o adolescente entrar em conflito com a lei; porém, existem questões anteriores a se considerar. A situação de vulnerabilidade social e econômica não pode definir a inserção do adolescente no conflito com a lei, pois, embora agravante, não é determinante. Silva (2009b) esclarece-nos sobre essa questão quando nos diz:

No que se concerne à psicanálise, pouco se teria a contribuir dentro de um discurso que reside na problemática socioeconômica e nas manifestações do sujeito em questão. A contribuição pode se dar nos mecanismos psíquicos que permeiam a delinquência (SILVA, 2009b, p.95).

Para compreendermos os mecanismos psíquicos, a subjetivação do adolescente, faz-se necessário uma aproximação do que Freud apresenta-nos quando aborda um período primitivo que está instalado na vida do próprio sujeito, ou seja, a sua infância. As primeiras experiências infantis serão cenas “esquecidas” também para os adolescentes; contudo, suas marcas serão o arcabouço do inconsciente que é o produto das experiências reprimidas.

### **3.3.1 Análise de uma fobia em um menino de cinco anos: o pequeno Hans (1909)**

O caso de Hans foi uma análise feita a partir das anotações do pai da criança que fazia a interlocução com Freud. O pai do menino era aluno de Freud e havia uma transferência entre eles. O encontro entre Freud e Hans deu-se uma única vez e o próprio Freud admitiu a relevância da participação do pai no caso.

Hans tinha fobia de cavalos, e o pai, estudioso das teorias freudianas, percebeu que a situação do filho poderia ser um caso que interessasse a Freud, e, assim, passou a escrever ao psicanalista, legitimando o quanto os pais estão imbricados nas questões psíquicas de seus filhos.

Freud passou a orientar o pai de Hans sobre os possíveis questionamentos que levariam a criança a fazer declarações e as condições para que as interpretasse. O pai escrevia ao analista contando o teor das conversas e o que observava em Hans. Freud destaca as revelações feitas pelo genitor e admite que o conhecimento especial que o pai de Hans tinha sobre o filho foi relevante para o caso, pois “sem ele as dificuldades técnicas no caminho da aplicação da psicanálise numa criança tão jovem como essa teriam sido incontroláveis” (FREUD, 1996c, p. 15).

A criança tinha um interesse acentuado por seu pênis (*pipi*) e relatava uma ocasião em que a mãe, atônita com o fato de ele tocar-se continuamente, ameaçou-o dizendo que se fizesse isso novamente o levaria ao médico para cortar seu *pipi*. A análise do pequeno Hans confirma a tese de Freud sobre a sexualidade infantil e constata o aparecimento de sintomas transitórios em quase todas as crianças numa determinada fase, sugerindo que, em vez de se constituírem uma patologia, apontam para um momento de organização psíquica.

Freud percebeu que a fobia de Hans era a manifestação do Complexo de Édipo. Os cavalos tinham pênis grandes e simbolizavam seu pai. Hans “curou-se” de sua fobia que estava vinculada a questões edípicas quando o pai, orientado por Freud, assegurou que não cortaria seu *pipi*.

A análise da fobia do pequeno Hans possibilitou a Freud desenvolver sua teoria do Complexo de Castração (já apresentada em 1908, no Primeiro Congresso Internacional de Psicanálise em Salzburgo, com o título: "Encontro dos psicólogos freudianos"), pois, com a última fantasia da criança, foi a ansiedade que, gerada pelo seu complexo de castração, foi superada, e suas dolorosas expectativas ganharam uma transformação mais feliz. Assim, podemos considerar que a fobia é efeito de um conflito visto como insuportável para o sujeito, e a libido é transformada em ansiedade e projetada para um objeto externo.

Freud considerava improvável a terapia analítica para as crianças pela sua pouca aptidão de simbolização, mas este caso trouxe inúmeras contribuições para a construção da teoria psicanalítica, entre elas, as teorias sexuais infantis e o Complexo de Édipo.

Diante da compreensão dos elementos do caso, Freud assevera que a fobia de Hans impedia-o de ir à rua e, assim, era obrigado a permanecer na casa aos cuidados maternos. “Dessa maneira, portanto, sua afeição por sua mãe realizou triunfalmente seu objetivo” (FREUD, 1996c, p.125). Freud perde o contato com o caso Hans cerca de dois anos após o término do tratamento e só torna a encontrá-lo quando este está com 19 anos e procura-o em seu consultório. O jovem Hans, agora crescido, revela estar bem e não sofrer de nenhum tipo de inibição além de não se lembrar do episódio. Foi um momento importante para Freud, pois pode constatar que a análise estava sob os efeitos de uma amnésia infantil.

A publicação dos primeiros trabalhos de Melanie Klein, psicanalista austríaca que desenvolveu seus trabalhos na Inglaterra deu-se após 1922, ou seja, ano em que Freud reencontrou Hans.

### **3.3.2 O Homem dos Ratos (1909)**

A vida do Homem dos Ratos estava repleta de rituais aparentemente sem sentido, impedindo-o de se desenvolver em sua vida profissional, pessoal e sexual.

Ele, aos 29 anos, colocou-se aos cuidados de Freud em busca da “cura” de inúmeros problemas, sendo os sintomas obsessivos os mais inquietantes.

Em seu artigo “O Homem dos Ratos” (1996c), Freud consegue fazer uma descrição dos rituais e obsessões que seu paciente apresentava especialmente nos últimos anos, já na idade adulta. Os pensamentos obsessivos lhe acompanhavam desde a infância causando-lhe angústia e foram intensificados nos últimos tempos, segundo o paciente, a partir da narração de um episódio de tortura. Se o inconsciente é o produto de experiências reprimidas da infância, eram esses acontecimentos esquecidos que Freud teria que revelar.

Freud aplica a técnica da construção analítica, desvelando o trauma que o paciente sofreu antes dos seis anos. Ele foi espancado pelo seu pai e reprimiu o ódio sentido e imaginou, de forma onipotente, ter feito o pai interromper o castigo diante dos xingamentos que dirigiu a este. Durante toda sua vida este delírio perpetuou-se.

O Homem dos Ratos desenvolveu uma neurose obsessiva baseado nas experiências sexuais da infância, causando um conflito em sua mente. O paciente era obcecado pela ideia de que aconteceria algo desagradável ao pai e a uma linda dama, pessoas a quem amava e pelas quais acreditava ser responsável pelos infortúnios aos quais ficaram expostos.

Mesmo após a morte do pai, temia que seus pensamentos pudessem prejudicá-lo. Seus temores eram obsessivos e foram desencadeados por uma angústia oriunda da lembrança de uma cena de tortura relatada por um capitão, quando participara de manobras militares. Na cena de tortura, um criminoso era atacado por ratos que penetravam seu ânus. Todo medo manifesta um desejo reprimido, e, proporcional ao grande amor, existe um grande ódio.

Na tentativa de combater os impulsos compulsivos e as ideais que habitavam sua mente, o paciente perdeu muitos anos de estudo e, só na época do seu encontro com Freud, conseguiu passar nos exames finais, concluindo seus estudos em direito.

De acordo com os estudos de Freud, o neurótico obsessivo apresenta dualidades dependendo do momento em que se encontra. Todo pensamento obsessivo está vinculado à sexualidade. Por vezes supersticioso; outras, asceta. Ora destrutivo; ora protetor. Assim, sua própria dúvida lança-o na incerteza, isolando-o, desconectando-o da realidade.

Depois de anos de sofrimento e inúmeras tentativas de tratamento, o Homem dos Ratos esteve um ano em análise e, trabalhando o desejo de chegar ao inconsciente, aprendeu a “conviver” com seus sintomas sem angústia, passando a ter uma vida produtiva e saudável. Freud declara que “o delírio que o paciente sofria sobre os ratos desapareceu” (FREUD, 1996c, p.192).

Freud apresentou os conhecimentos que construiu a partir do caso, antecipando o que seria o ponto de partida para estimular outros estudiosos a buscarem mais esclarecimentos sobre a neurose obsessiva. Assim, expressava que o esforço comum poderia trazer o sucesso que está além do campo individual.

### **3.3.3 Inconsciente (1915)**

Sob a influência da expressão “inconsciente,” que já existia antes da teoria psicanalítica, Freud articulou esse conceito com outros sentidos os quais passaram por inúmeras revisões ao longo de seus estudos. Freud, em seu artigo de 1915, fala sobre o inconsciente e explica-o conceitualmente como algo necessário, tomando como ponto de partida os dados da consciência que expõem um grande número de lacunas.

Algumas dessas lacunas são as lembranças encobridoras, os sonhos, os atos falhos e os sintomas, que só podem ser esclarecidos pela via do inconsciente segundo as formulações de Freud. Ele, então, afirmou que nada ocorre por acaso, principalmente no que se refere aos processos mentais. Por mais casual que pareça determinado acontecimento, há uma rede de relações com os acontecimentos do passado que estão ocultos no inconsciente. Para cada pensamento há uma causa, cada evento mental tem origem numa intenção consciente ou inconsciente e é determinado pelos fatos que o precederam.

Freud, ao criar a psicanálise e apresentar seus estudos sobre o inconsciente, descentra o sujeito de si mesmo ao afirmar que o homem não é senhor da sua própria casa, mas coabita com forças conflituosas existentes no inconsciente. Assim, o sujeito pensa onde não é, e é onde não pensa. O homem agora é visto como um ser movido por forças que sua própria razão desconhece e sobre as quais ele tem pouco ou nenhum controle. Assim, o homem deixa de ser um agente racional sobre a própria vida, como se pensava.



Para a psicanálise, a consciência é efeito de superfície do inconsciente, não é o lugar da verdade, mas da mentira, da distorção e da ilusão. Freud revelou que a vida psíquica é tomada de pensamentos inconscientes, de onde se originam os sintomas.

Só podemos reconhecer um conteúdo inconsciente após sua modificação para o consciente. O inconsciente manifesta-se de diferentes formas nos atos falhos, chistes, lapsos da língua, lembranças encobridoras e sonhos. É através do trabalho psicanalítico que esse conteúdo poderá ser interpretado.

O inconsciente perpassa toda a obra freudiana, do início da psicanálise com os estudos sobre os fenômenos histéricos, até seus últimos trabalhos. O inconsciente é retomado em diversos momentos, ora aprofundando-se e ligando-o aos casos clínicos dos pacientes que ele investiga, ora complementando o conceito.

Freud justifica sua suposição sobre o inconsciente mesmo diante das inúmeras contestações dos estudiosos da época, alegando a necessidade e legitimidade das provas da existência de um estado psíquico inconsciente. A respeito dessa suposição, Freud afirma que “ela é necessária porque os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas” (FREUD, 1996d, p.172).

Assim, a manifestação de conteúdos do inconsciente está distorcida e transformada na consciência. O pensamento freudiano também se referia ao fato de que “tanto nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com frequência atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos, para os quais, não obstante, a consciência não oferece qualquer prova” (FREUD, 1996d, p.172).

É no tratamento psicanalítico que o inconsciente irá revelar-se através da fala e será o objeto de estudo para o analista que faz a escuta e o reconhecimento deste. O conceito de inconsciente é tão importante à psicanálise que se fosse possível resumir em uma palavra todo o saber psicanalítico essa palavra seria o inconsciente, pois é uma questão central da teoria psicanalítica, na qual se concentra toda a descoberta freudiana.

Freud assevera que os atos conscientes permanecem inexplicáveis sem um avanço além da experiência direta, pois admitir que exista um estado psíquico inconsciente “nos possibilita a construção de uma norma bem sucedida, através da

qual podemos exercer uma influência efetiva sobre o curso dos processos conscientes” (FREUD, 1996d, p.172).

Sabe-se que não há uma localização biológica do inconsciente, tampouco ele encontra-se à margem do consciente. A existência do inconsciente não é observável concretamente, pois ela se dá a partir de seus efeitos na consciência, disfarçado pela censura. Esta provoca a alteração do conteúdo latente dos sonhos tornando-os imperceptíveis. É a partir da teoria freudiana, da promulgação da técnica psicanalítica, que se torna possível a sua interpretação.

### **3.3.4 História de uma neurose infantil (1917-1918)**

Na obra “História de uma neurose infantil”, Freud relata um caso clínico onde se evidenciam aspectos fundamentais da reconstrução do infantil a partir da análise das cenas e das fantasias da infância do paciente através do seu relato, já na fase adulta e intelectualmente “maduro”.

Ao analisar uma neurose infantil, não quando de fato ocorrera, mas apenas 15 anos após haver terminado, Freud desvela o caráter atemporal do infantil diante do caso analisado e que ficou conhecido como o “Homem dos Lobos”. Assim, descreve a infância analisando sua história e o método psicanalítico a partir das lembranças que se conservam no adulto, determinando o material que é reconstruído na análise. Desse modo, desvela-se o lugar decisivo das experiências infantis na subjetividade da vida adulta. Na apresentação deste caso, Freud discorre sobre a função do sintoma que, sendo de caráter neurótico, perverso ou psicótico, mostra o modo de gozar que é próprio do analisando, permitindo proferir algo sobre o paciente.

Durante os anos de tratamento, o analisando apresentou muito material para análise desvelando os sintomas anteriores referentes à sua doença ainda na fase infantil: uma constipação intestinal. O analisando oferece os elementos que participaram da construção de sua fobia tais como a governanta, a sua babá, os seus pais e a sua irmã.

Já aos 18 anos, sofreu uma gonorreia infecciosa tendo o órgão peniano atacado, associando a doença no pênis à castração. Os sinais de neurose não surgiram a partir de algo externo, mas sim de um sonho, do qual despertou num estado de ansiedade. O evento onírico desencadeou sua fobia por lobos assim como o medo de que a castração fosse algo possível.

O Homem dos Lobos conta o sonho que tivera em tenra idade, aproximadamente um ano e meio, e Freud vai desdobrando o evento onírico cuidadosamente para que o leitor possa acompanhá-lo no seu método de análise. A construção atende às exigências do método psicanalítico, pois busca a origem do sonho e das perturbações posteriores, inclusive na vida adulta.

O sonho envolve lobos brancos que, numa noite de inverno, estavam em cima de uma grande noqueira que estava em frente à janela do quarto. O paciente prossegue dizendo que “os lobos eram muito brancos e pareciam-se mais com raposas ou cães pastores, pois tinham caudas grandes, como as raposas, e orelhas empinadas, como cães quando prestam atenção a algo” (FREUD, S., [1918]1996f, p.35). O sonhador acorda aos gritos com medo de ser comido pelos lobos. A história da vida do Homem dos Lobos vai sendo analisada por Freud, enquanto o sonho vai recebendo referências, por vezes concretamente relacionadas às lembranças das cenas da infância.

Antes dos quatro anos de idade o paciente apresentava uma fobia animal que era a manifestação de um grave distúrbio neurótico, uma angústia que, mais tarde, transformou-se numa neurose obsessiva. Passara longos períodos em sanatórios onde os especialistas da época o rotularam com o diagnóstico de um caso de “insanidade maníaco depressiva”. Freud, porém, considerou o caso decorrente de uma neurose infantil cujo fim espontâneo deixou marcas indeléveis incidindo numa neurose adulta. A apresentação deste caso evidencia o significado e a importância que os primeiros tempos de vida têm nos preceitos da vida adulta, no caso, da neurose de um adulto.

Quando criança era tranquilo, tinha um comportamento exemplar e comportado; porém, a partir de um período em que ficou separado dos pais, sofreu uma transformação. Antes de viajarem, no auge de um verão, seus pais haviam contratado uma nova governanta inglesa que, durante uma discussão, na ausência de seus pais, chamou sua amada babá de bruxa repetidas vezes. O menino tomara partido abertamente por sua amada babá manifestando rancor em relação à governanta que fora demitida no regresso dos pais. Sua irritabilidade fora atribuída, na ocasião, a esse episódio.

Perversamente, sua irmã adorava assustá-lo, usando a figura de um lobo. Ele caçava insetos e, a seguir, sentia um medo absurdo e abandonava a atividade aos gritos. Ainda muito novo, no mesmo período em que a governanta inglesa fora

contratada, era levado a práticas sexuais por sua irmã. Quando sozinhos no banheiro, ela lhe fazia a proposta de “mostrar os traseiros” e passava das palavras para a ação. Depois, “brincava” com o seu pênis enquanto contava histórias incompreensíveis sobre a babá, dizendo que esta fazia o mesmo com o jardineiro e com outros. Mesmo sem certezas, nesta ocasião, começam os pensamentos sobre a diferença sexual. Já no sonho, a castração deixa de ser uma incerteza, passando a ser uma realidade, pois a posição da mãe na cena do coito confirma a possibilidade de castração.

Na tentativa de apagar as lembranças das investidas da irmã, onde teve um papel passivo, ofensivo à autoestima masculina, mais tarde fantasiou que fora agressivo com ela tentando vê-la despida e que, rejeitado e punido, desencadeou um comportamento colérico do qual sua família falava. Começou a exhibir o pênis na presença da babá, numa tentativa de sedução; porém, ela fez cara feia dizendo que as crianças que faziam aquilo ficavam com uma ‘ferida’ naquele lugar.

Durante a análise, revelou que, diante do obstáculo externo, da rejeição e ameaça de sua babá, abandonou a masturbação. “Como resultado da supressão da masturbação, a vida sexual do menino assumiu um caráter anal-sádico” (FREUD, S., [1918]1996f, p.35). Como vingança por ter sido recusado, o menino passou a gostar de maltratar sua babá até que essa rompesse em lágrimas e a machucar cruelmente pequenos animais, geralmente insetos, revelando atos ativos e sádicos. Ele fantasiava que batia em animais maiores, como cavalos.

Já adulto, lembrou-se de fantasias em que “meninos eram castigados e surrados especialmente, levando pancadas no pênis” (FREUD, S., [1918]1996f, p.35). Quando criança dormia no quarto dos pais, após um episódio de malária que o deixou abatido e febril, uma noite, acordou e presenciou os pais no momento da cópula. A mãe estava numa posição curva e o pai, em postura ereta, atrás dela, assemelhando-se a um animal, um lobo. Sentiu medo do seu pai.

Quando estava com dez anos, apresentava crises de depressão que surgiam no período da tarde atingindo o ponto máximo por volta das 17 horas. Diante da condição da disposição sexual anal-sádica, a supressão da masturbação e desapego do órgão genital que fora ameaçado pela babá, passou a revelar uma atividade passiva e, com a lembrança da expressão de satisfação de sua mãe no momento da cópula, instituiu um desejo de obter prazer com seu pai. Assim, o comportamento colérico foi uma forma de sedução que tinha o pai como objeto de

satisfação do desejo. Portanto, a fobia que tinha pelos lobos seria a representação do pai e da mãe como lobos, sendo a mãe castrada recebendo o pai.

Freud diz que a ansiedade do paciente originou-se da repressão da libido homossexual. Essa ansiedade fora representada pelas fobias que revelavam o medo da castração. Seu entusiasmo homossexual foi ativado no sonho com os lobos no momento em que ele regressa à cena primária de coito dos pais.

Inicialmente, a ameaça de castração emanava das figuras femininas - da babá e da irmã -, mas, mesmo ocupando-se em pensamentos com a castração, esta não lhe causava medo. Depois, seu medo da castração emergiu basicamente ligado ao pai e avançando na repressão à sensualidade no desenvolvimento da neurose obsessiva. Consequentemente, passou a atribuir essas intenções perversas a seu pai, que era o representante verdadeiro da atividade sensual. Fez uma identificação do seu pai com o castrador, originando uma importante e “intensa hostilidade inconsciente contra ele (atingindo o nível de um desejo de morte) e de um sentimento de culpa que reagia contra essa hostilidade” (FREUD, S., [1918]1996f, p.93). Embora a identificação com a mãe persistisse através das queixas relacionadas com problemas intestinais de evacuação, o Homem dos Lobos manifesta um modo de relação com o pai que o coloca como objeto deste.

Numa de suas recordações, o paciente lembra que perguntara certa vez a sua babá se Cristo também tinha um traseiro. Essa pergunta encobre uma atitude homossexual recalcada, pois, mais uma vez, evidencia seu interesse pela posição como a ocupada pela mãe no coito, na cena primária e o desejo de copular com seu pai e, assim como uma mulher, obter satisfação sexual e dar-lhe um filho.

Segundo Freud, o Complexo de Édipo compreende a relação da criança com seus pais, referindo-se a uma fase no desenvolvimento desta em que há uma disputa entre ela e o genitor do mesmo sexo pelo amor do genitor do sexo oposto. Ele revela que, até certo ponto, o Homem dos Lobos desenvolvia-se com normalidade em relação ao Complexo de Édipo, embora considerasse o pai como o que havia sido castrado, recorrendo, então, à sua simpatia. Porém, no caso em pauta, “o pai do menino tornou-se o castrador e a ameaça à sua sexualidade infantil, apesar daquilo que era, em outros aspectos, um Complexo de Édipo invertido” (FREUD, S., [1918]1996f, p.123).

O Homem dos Lobos incorpora-se à psicanálise como um caso que pode elucidar sobre o lugar decisivo que as vivências infantis podem ocupar

fundamentando a subjetividade da vida adulta. A partir da escuta do paciente em análise, Freud revela que as cenas e os sonhos da infância oferecem conteúdo a ser trabalhado, pois, aquilo que se conserva no inconsciente, provocando sintomas, revela que o infantil não se dissipa no adulto, mas irá definir o que é reconstruído na análise.

### 3.4 CAMINHOS PEDAGÓGICOS

No Serviço das MSE, não há espaço para uma Pedagogia de “transmissão” de conhecimentos, mas, sim, para a criação de um ambiente orientado por uma Pedagogia que ofereça diversidade de propostas para a construção de saberes relacionados à vida deste adolescente. Um aspecto fundamental é respeitar o tempo de cada sujeito para que ele possa refletir e expressar-se construindo “um saber a respeito do seu próprio processo. Um saber que possibilite a eles se localizarem frente a uma determinada situação” (MRECH, 2003, p.33).

A escuta sensível às questões deste adolescente poderá desencadear a construção de saberes que transcendam a mera aquisição conceitual, como nos indica Mrech:

É importante destacar que, tanto individualmente quanto socialmente, este saber não é estático. Ele se altera e se transforma em cada cultura, sociedade, grupo, instituição, etc. Uma das formas onde o saber se objetiva de uma maneira mais evidente é através do processo de ensino aprendizagem. Ali, ele se revela tanto em seu contexto individual quanto social (MRECH, 2003, p.33).

Essa produção de saberes deve ser regida pelo respeito às diferenças individuais de cada sujeito que, quando chega ao Serviço das MSE, geralmente foi exposto e humilhado em diferentes ambientes.

A história de vida de cada um emerge no espaço pedagógico proporcionando, muitas vezes, o sentimento de pertencer há algum lugar. A adolescência é uma tapa da vida que oferece a possibilidade de novas relações com a sociedade; porém, como nos afirma Knobel:

O adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pais, irmãos, amigos e de toda a sociedade. Ou seja, é um receptáculo propício para encarregar-se dos conflitos dos outros e

assumir os aspectos mais doentios do meio em que vive. Isto é o que atualmente presenciamos em nossa sociedade, que projeta suas próprias falhas nos assim chamados excessos da juventude, responsabilizando-os pela delinquência, pela aderência às drogas, pela prostituição, etc (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.11).

A partir dos episódios e pontos de vista teóricos já compartilhados, apresentaremos a seguir alguns recortes da prática pedagógica no Serviço de MSE, uma prática pedagógica em espaço não escolar.

### 3.4.1 Verde emerge do naufrágio em direção à semente

Os atendimentos pedagógicos de Verde ocorreram na Sala de Expressão que, além de um espaço amplo, possuía, entre inúmeros materiais, uma mesa adaptada para cadeira de rodas. Verde não apresentava a menor expectativa em relação a seu futuro e, quando questionado sobre seu desejo, diz: *“Nem sei, nunca pensei no que ia ser quando crescer. Agora, tô aí desse jeito”*.

Após a entrevista inicial e coleta de informações sobre sua vida, iniciou-se o atendimento pedagógico. Foram apresentadas inúmeras propostas de trabalho e, num primeiro momento, mostrou um interesse sutil por algo: música. Assim, foi a primeira vez que Verde demonstrou ter interesse por algo, dizendo: *“Uma vez eu queria aprender cavaquinho. Eu gostava de pagode”*. A pesquisadora, que também tem formação em Licenciatura em Música, ofereceu-lhe um conjunto de instrumentos musicais: cavaquinho, violão, teclado e flauta doce. Após algum tempo explorando o som dos instrumentos musicais, Verde escolheu a flauta, dizendo: *“Acho que é mais fácil e faz um barulho manero.”* Perguntado sobre o interesse pelo cavaquinho responde: *“Tá sereno, vamo de flauta.”*

Simultaneamente, Verde foi orientado a usar o computador para buscar músicas para serem tocadas na flauta doce. Já tinha conhecimento básico de circulação pela internet e, navegando no *You Tube*, mostrou a música que queria aprender: *My Heart Will Go On* (Meu coração vai continuar). Assistiu três vezes a música interpretada por Celine Dion com imagens do filme *Titanic*, no site <http://www.youtube.com/watch?v=FHG2oizTlpY>.

Verde desconhecia a tradução da música, pois não falava inglês, nem demonstrou interesse em traduzi-la. Embora tivesse dito que gostava de pagode, escolheu um estilo musical bem diferente. Consideramos que a psicanálise, como

nos revelam Bergès e Balbo, “não é a pesquisa da causa: ela não consiste em um balde que se joga no fundo do poço para buscar a verdade. A psicanálise é a surpresa. A surpresa é a descoberta” (BERGÈS;BALBO, 2010, p.87). Assim, podemos pensar que talvez Verde tivesse encontrado uma forma de demonstrar a tristeza que vivia naquele momento.

Durante vários encontros foi trabalhada a introdução à teoria musical e foi oferecida a partitura da música para execução em flauta doce. Verde aprendeu sobre como pegar a flauta, como soprar, as partes da flauta e as notas musicais. Tocamos várias vezes uma mesma sequência de notas musicais: Sol, Lá, Si, Lá, Dó. Verde, surpreso, comenta: “*Nóis tocamos junto, né?*”

A expressão de surpresa e contentamento de Verde fez a pesquisadora refletir sobre quantas vezes ele esteve em sintonia com alguém. Verde conseguia tocar com algumas limitações oriundas da falta de exercícios. Na medida em que avançavam as propostas pedagógicas e o domínio do instrumento musical, a relação com a professora também evoluiu evidenciando a transferência. Para Bergès e Balbo (2010), “a fala se inscreve em alguma coisa da ordem do desejo” (BERGÈS; BALBO, 2010, p.13). Compete ao professor ter sensibilidade e abrir um espaço de escuta para o que os adolescentes têm a dizer, ou seja:

Quer dizer que esta tem qualquer coisa a ver com o fato de que o desejo é reintegrado sob uma forma verbal, e é nessa reintegração que se encontra o jogo, o jogo de cintura, o fato de que se podem soltar as amarras, as amarras da fala (BERGÈS; BALBO, 2010, p.13).

Freud afirma, em “O Mal Estar na Civilização”, que a educação é, por sua própria natureza, repressiva, pois visa a adaptar a criança, no caso, o adolescente, à civilização. Freud reconhece, em seus estudos, a possibilidade de que a transferência se dê na relação professor-aluno. O professor tem o seu sentido e abre-se para o sentido do desejo inconsciente do aluno. Diante desta situação, o professor adquire um poder que tanto pode ser usado para ensinar e preparar o aluno como para influenciá-lo e doutriná-lo de acordo com suas próprias crenças. O professor é um sujeito desejante e pode transferir significados para o aluno, na relação que se estabelece entre ambos. Em seus estudos, Freud refere-se também a cuidadores e tutores, além da educação institucional representada pelos professores.



A transferência é uma palavra de origem latina que significa “fazer passar”. Os sentimentos experimentados no passado, como amor e ódio, colocam em jogo os significantes que o analisando havia recalcado: os elementos de sua vida no campo inconsciente que determinam o seu comportamento. A transferência, de acordo com Maria Folberg, nunca se “instala” como algo fixo, mas circula, e, se não circula, não é transferência.

Para Freud, a transferência é fundamental no processo de cura, pois é o deslocamento do sentido atribuído à pessoa do passado para pessoas do presente. Ela ocorre no nível inconsciente e é produto das identificações primárias. A transferência é um fenômeno psíquico que está presente em todos os campos das relações com nossos semelhantes.

Para a transferência circular, o professor que está no lugar de sujeito suposto saber deve sustentar as construções imaginárias da criança, no caso, do adolescente, para que o seu discurso tenha efeito e faça marcas. A transferência, em conformidade com Freud, é um fenômeno frequente que pode acontecer praticamente com todos os sujeitos, mas, como manifestação do inconsciente, é difícil de investigar, pois ela não pode ser percebida pelos envolvidos. “Não se discute que controlar os fenômenos da transferência representa para o psicanalista as maiores dificuldades” (FREUD, 2006g, p. 119). Também podemos concordar com Mrech quando nos fala que: “Para Freud a transferência é um fenômeno frequente que pode acontecer praticamente com todos os sujeitos” (MRECH, 2003, p. 61).

Nesse contexto, as evoluções de Verde nas questões musicais, de conhecimento geral e do relacionamento com os profissionais eram cada vez mais significativas. Embora o atendimento pedagógico estivesse contribuindo para o desenvolvimento de Verde, a validação deste conhecimento deu-se através de avaliações na modalidade EJA, numa escola pública, a qual ele não tinha acesso devido à distância, falta de transporte adaptado e, inicialmente, falta de desejo. Numa ocasião, após algumas semanas de atendimento pedagógico no Serviço das MSE, Verde relatou: “*Antes, eu não gostava de estudar. Agora, tá sereno.*”

Depois de algumas semanas, foi proposto que escolhesse uma nova música para tocar na flauta. Verde encontrou rapidamente no *You Tube* (<http://www.youtube.com/watch?v=klaYSz3oN0s>) a música que queria aprender: “Semente”, de Armandinho (cantor e compositor brasileiro que canta músicas *reggae* e pop).

Esta música, diferentemente da primeira, é um *reggae*, um ritmo mais alegre, e sua letra refere-se à origem:

Semente, semente, semente  
 Semente,  
 Se não mente fale a verdade  
 De que árvore você nasceu?  
 Semente, semente, semente...  
 De onde veio  
 De onde apareceu  
 Porque que o meu destino  
 É tão parecido com o seu?  
 Eu sou a terra  
 Você minha Semente  
 Na chuva a gente se entende  
 É na chuva que a gente se entende  
 Oh Semente!  
 Semente, semente, semente...  
 Semente eu sei  
 Tem gente que ainda acredita  
 E aposta na força da vida  
 E busca um novo amanhecer  
 Lá vem o sol  
 Agora diga que sim  
 Semente eu sou sua terra  
 Semente pode entrar em mim...  
 Semente, Semente, Semente...  
 Se conseguir  
 Aquilo que você quer  
 E conseguir manter  
 A nobreza de ser quem tu é  
 Tenha certeza  
 Que vai nascer uma planta  
 Que a flor vai ser de esperança  
 De amor pro que der e vier  
 Oh Mulher!

Semente, Semente, Semente...  
 Se conseguir  
 Aquilo que você quer  
 E conseguir manter  
 A nobreza de ser quem tu é  
 Tenha certeza  
 Que vai nascer uma planta  
 Que a flor vai ser de esperança  
 De amor pro que der e vier  
 Oh Mulher!  
 Semente, Semente, Semente...  
 Semente, Semente, Semente  
 Semente,  
 Não mente!

Repensar sua vida num contexto maior e refletir sobre os atos de conflito com a lei que cometeu teve um efeito significativo para Verde. O desejo de saber sua origem estava, provavelmente, evidenciado na escolha da música. Aberastury e

Knobel (1981) ajudam-nos a pensar sobre esta mudança de Verde quando falam das constantes flutuações de humor diante das inúmeras transformações vividas na adolescência, que advêm, muitas vezes, do sentimento comum de ansiedade e depressão que se seguem como resíduos do fenômeno da adolescência. “A quantidade e a qualidade da elaboração dos lutos da adolescência determinarão a maior ou menor intensidade desta expressão e destes sentimentos” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.58). Frente às flutuações já descritas e às conquistas e interdições de toda ordem, o adolescente poderá ter rápidas mudanças de ânimo, oscilando entre a depressão e a euforia.

A escolha das músicas diz de um sujeito que produz um discurso. “Sair da fala dos outros e ouvir sua própria fala exige uma mudança de ângulo de visão para uma abordagem de si como o sujeito de um discurso” (FOLBERG, 2009b, p.8). Lacan enuncia o discurso psicanalítico como aquele que situa o objeto no lugar preciso do semblante, ou seja, dá ao objeto o seu verdadeiro estatuto. Paralelamente, estabelece o lugar da verdade que é dita pela metade. O sintoma, esta mentira que desvendamos aos outros, é um indício da verdade que ocultamos. Assim, Lacan (2009) diz que a dimensão do sintoma “fala inclusive com os que não sabem ouvir. E não diz tudo, nem mesmo aos que o sabem” (LACAN, 2009, p. 23). Ainda nos diz que “A verdade não é o contrário do semblante. A verdade é a dimensão” (LACAN, 2009, p. 25).

Em seu discurso, Lacan fala do semblante apontando para a impossibilidade de oposição entre semblante e verdade, pois a verdade é o que sustenta o semblante sendo indissociável dele. Cabe destacar que o semblante esconde é o real, não a verdade, pois “o semblante que se mostra pelo que é vem a ser a função primária da verdade” (LACAN, 2009, p.23).

Então, como nos diz Albuquerque (2009), o “semblante é o instrumento que permite manter estreita a relação com o real que ele encobre”, e, se “os discursos são formas de enganar e evitar o real pode-se dizer que não há discurso que não seja semblante” (ALBUQUERQUE, 2009).

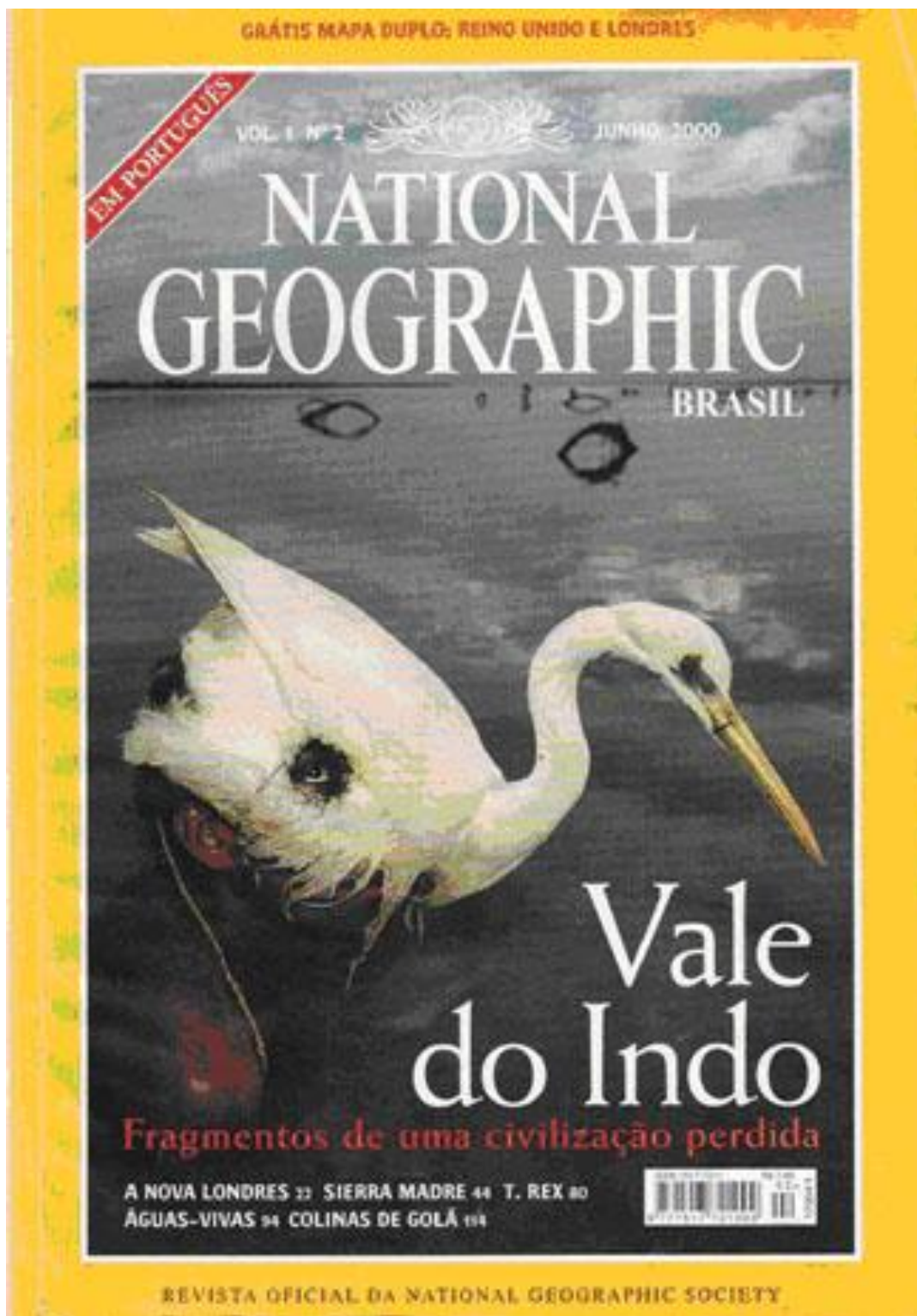
É cada vez mais utópico tentarmos compreender a atualidade sem nos dedicarmos a indagar sobre a complexidade de temas como a inclusão dos direitos humanos e da ética modificando a maneira de ver a sociedade e as relações interpessoais, inclusive na escola. O professor pode fazer da sala de aula um espaço de escuta para o cotidiano dos adolescentes.

### 3.4.2 Verde encontra uma máscara e a mãe múmia

Outra proposta pedagógica, concomitante com o aprendizado de flauta, foi escolher uma revista com uma reportagem que interessasse Verde. Foi-lhe apresentada uma coleção de 38 revistas da *National Geographic* para que escolhesse três exemplares. Verde levou as três revistas escolhidas para casa. Deveria explorá-las o máximo possível para eleger a revista que seria utilizada em várias propostas de leitura, interpretação, construção textual, etc.

No dia seguinte, Verde apresenta a revista escolhida dentre as três que levara para ler em casa. A capa apresenta a foto (Foto Randy Olson) de um caçador usando a carcaça de uma garça-branca na cabeça como disfarce para se aproximar dos pássaros no rio Indo, no Paquistão. Quando perguntado sobre o que lhe chamou a atenção nesta capa, responde: “*O cara usa uma máscara de ave!*”

Figura 3 - Capa da revista National Geographic/Junho/2000

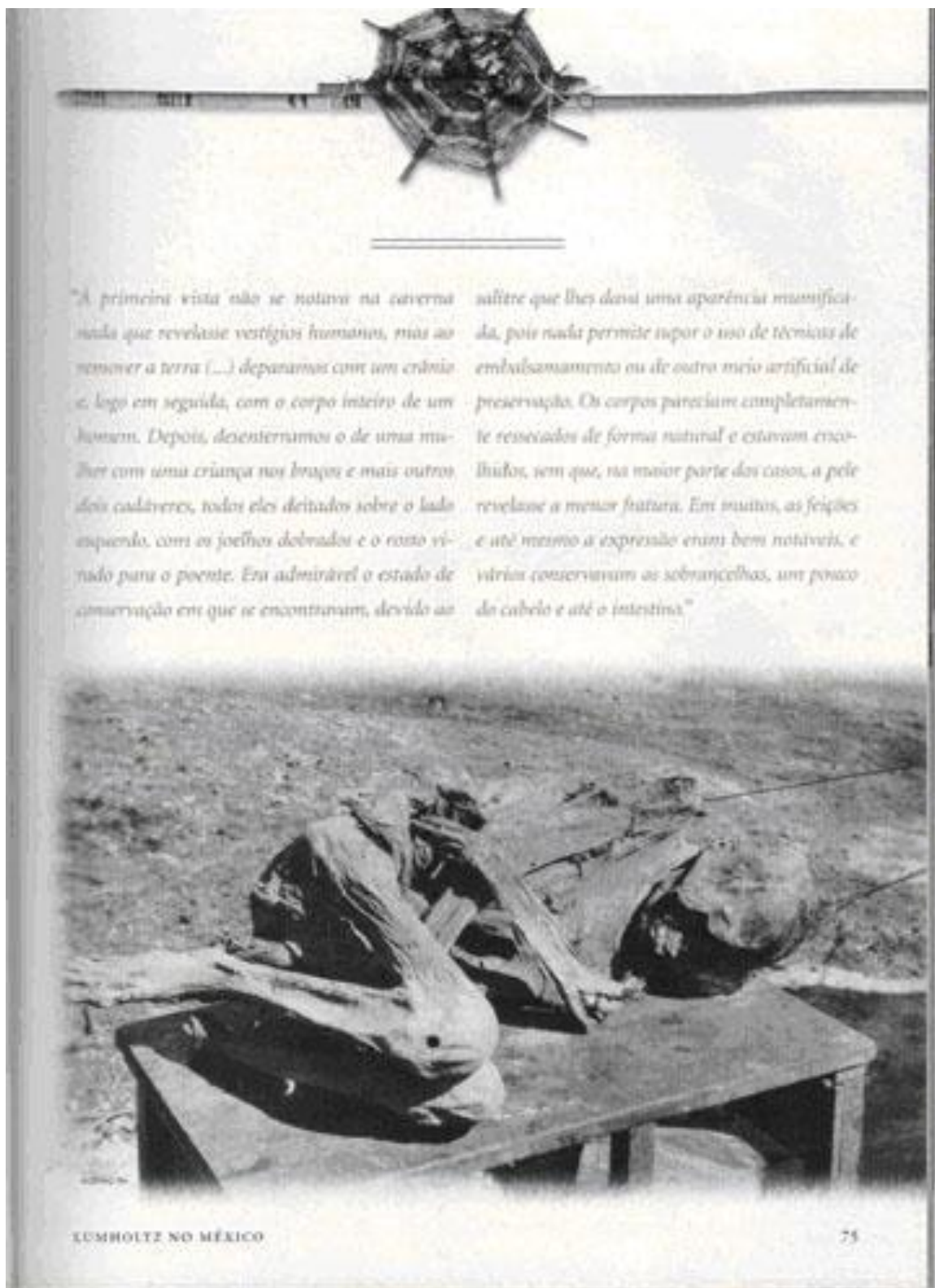


Perguntado sobre que reportagem foi escolhida. Ele confirma que explorou todas as revistas, começa a folhear e me mostra uma reportagem com 36 páginas com textos e fotos. Questionado sobre o motivo de ter escolhido este texto em meio

a tantos artigos, o adolescente conta que leu alguns trechos da reportagem mostrando a foto de uma múmia e diz: *“Olha só, acharo uma mãe múmia. Ela tá abraçada numa criança. Eles acham que é o filho dela. Ela cuidou dele até morrer”*.

O artigo é sobre a “mãe múmia” que é encontrada embaixo da terra. Trata-se de uma mulher com os joelhos dobrados abraçada numa criança. A explicação, no artigo, é de que o salitre presente no solo preservou os corpos. A pesquisadora fica perplexa diante da escolha de Verde. Foi feita uma observação da totalidade do artigo e iniciou-se o trabalho com o texto escolhido.

Figura 4 - Revista *National Geographic*/Junho/2000. Página 75



Diante da escolha de Verde foi possível perceber marcas que provavelmente tenham uma relação muito forte com sua história de vida. Enquanto Verde estava em atendimento com a Terapeuta Ocupacional, a pesquisadora conversava com a

mãe dele, dando sequência às entrevistas semiestruturadas e às intervenções no contexto familiar.

Após algumas semanas de atendimento, quando questionada sobre o cotidiano e como tem percebido os interesses de Verde, em casa, ela devolve a pergunta dizendo: “*Como assim?*” A mãe de Verde parece distante, sem entender do que deveria falar. É explicitado que interessa à equipe do Serviço das MSE saber se ele não tem mais crises em que demonstrasse o desejo de morrer, se estaria evidenciando interesse pelos estudos e qualquer outra situação que julgasse importante relatar.

A mãe conta que durante esta semana ele estudou flauta e olhou as revistas que foram emprestadas para ele. A mãe também viu que ele lia uns livros de Ciências do irmão mais velho. E disse: “*Ele só olhava prá parede, não queria nem fala com a gente. Agora fica olhando tudo. Antes dele fica na cadeira ele nem olhava nada. Nem me lembro dele lendo.*” A mãe ainda conta que na quinta-feira eles foram ao Hospital, em Porto Alegre, e o médico que estudou a situação dele disse que não há mais nada a fazer. Ele vai viver para sempre na cadeira de rodas. E diz:

*Eu queria pelo menos que tivesse um tratamento para fazer o cocô e o xixi no banheiro. Na hora que o médico disse que ele não iria voltar a andar ele saiu da sala e só parou na beira de uma escada grande, que descia. Achei que ele ia jogar a cadeira para baixo.*

A pesquisadora pergunta sobre o que disse para ele e ela responde: “*A gente foi embora. Eu não fico falando sobre os tiro, nem sobre a cadeira de rodas. Não dá pra fala nada com ele.*”

A mãe não apresenta indícios que demonstrem desejo de saber dos sentimentos dele. Não pergunta nada para ele, apenas faz hipóteses. “*Ele fico muito quieto, nem queria vir nos atendimento. Acho que quer morre, mesmo.*” A mãe de Verde parece mumificada diante de seu contexto. Porém, ainda assim, consegue oferecer os cuidados básicos para Verde e, assim como a leitura do adolescente sobre a foto da reportagem, uma múmia também pode proteger o filho.

Em outro momento de entrevista, algumas semanas depois, a mãe é questionada novamente sobre como estão a adaptação e as rotinas de Verde, em casa. Prontamente, ela começa a falar queixando-se:



*Ele abusa da sua boa vontade e da irmã de 13 anos Lá (referindo-se a Unidade de privação de liberdade), eles não faziam nada, ele tinha que fazer tudo, trocá de roupa, tomá banho... E se eu não tivesse aqui pra alcançar tudo? Nem o cadarço do tênis ele quer arrumar. Ele gosta que eu ou a mana deixemos o cadarço puxado, frouxo, para ele calçar. Ontem, fui buscá as coisa (medicamentos) dele no Posto de Saúde e tinha um guri como ele, mas ia com a cadeira de roda busca os remédios, sozinho. Ele era um pouco mais velho, mas se virava.*

A mãe de Verde foi orientada a relatar esta situação também para a Terapeuta Ocupacional. Ela concorda num movimento de cabeça, sem demonstrar credibilidade num resultado. Um adolescente diz muito de sua organização mental na sua rotina, na forma como organiza ou não seus objetos nos diferentes espaços. Neste ponto, interessa-nos destacar o que Outeiral diz:

A organização da pasta ou da mochila escolar, ou de seu quarto de dormir e de suas gavetas, também nos permite avaliar o estado de organização da mente do adolescente: a desarrumação de seus objetos poderá refletir como ele vive internamente a mudança do esquema corporal, as transformações e os constantes rearranjos necessários nesse processo que envolve corpo e mente. (OUTEIRAL, 2003, p.08)

A mãe de Verde acrescenta outro relato neste mesmo dia. As escaras estavam muito profundas, e ela levou Verde ao Hospital da região. Segundo a mãe, a auxiliar de enfermagem pergunta ao enfermeiro qual o procedimento para Verde e este responde: *“Esse aí é só tirar a sonda e dar um Paracetamol. Pra ele está bom.”* A mãe relata que todos sabem dos motivos pelos quais Verde levou os tiros que o deixaram paraplégico. Fala demonstrando mágoa e vergonha: *“Todo mundo sabe e parece que para ele qualquer coisa serve”*.

O discurso da mãe é sempre repleto de expressões como: *“todos sabem”*; *“todos ficaram olhando”*. Há uma preocupação clara com as aparências. As dores de Verde eram intensas e ele tinha consciência da evolução das escaras. Ainda no Hospital, pela primeira vez a mãe percebe o desespero de Verde: *“Eu tô apodrecendo! Será que Deus não me castigou o que chegue?”* A mãe relata a aflição de Verde e conclui sua fala dizendo: *“É triste vê um filho assim.”*

Após algum tempo em silêncio a mãe de Verde muda de assunto e começa a contar sobre o dia em que seu filho foi pego assaltando um espaço comercial:

*A polícia pego eles, levo pra 2ª DP. Não sei se tentaro me ligar, acho que não. Eles (referia-se aos policiais) chegaram fazendo aquele barulho (sirene), todo mundo fico vendo...Eles avisaram que o Verde tava preso e que eu tinha que ir lá, para assiná uns papel. Quando cheguei na delegacia vi ele sentado, num canto, com algema no pulso. Daí, eu disse pra ele: Eu disse pra não te mete com essa gente...Tanto que a mãe falou...Porque tu não ouve?*

### 3.4.3 Verde começa a entrar em conflito com a lei

Indagada sobre em que outra situação Verde teve envolvimento com a polícia, a mãe do adolescente responde:

*Um dia teve um assalto numa lotação e ele tava com uns amigo que ele chama 'os gurizão'. Um deles era de maior e ficou chateado por que Verde disse que a arma tava com o amigo 'de maior'. Um dos gurizão foi pro presídio e Verde foi solto. Depois, a mãe dos gurizão foi lá e assinou para eles saírem. A mãe deles levo advogado, pago fiança e eles foram solto. Parece que depois que o pessoal da escola levou ele pra delegacia, ele acabou acostumando. Ele já tinha ficha no Conselho Tutelar, mas eles – a escola - é que levaram pra delegacia primeiro.*

A mãe de Verde sempre se refere à escola como o algoz, pois a primeira vez que foi feito um Boletim de Ocorrência sobre o adolescente, na DP, foi a própria escola que o fez. Verde havia sido o pivô de uma briga dentro do pátio da escola. Como envolveu também violência imputada contra servidor público, a escola foi orientada pelo Conselho Tutelar a fazer o registro na DP. O adolescente não compartilha do mesmo sentimento da mãe, pois, quando recorda situações vivenciadas na escola, diz: *“As professora dava dura, mesmo, mas elas eram boas pra mim”*.

Numa outra ocasião, em entrevista com uma professora da escola em que Verde estudava, esta confirmou que ela e outro professor fizeram o registro na DP, pois não encontraram outra saída. Ela lembrava muito bem de Verde, e relatou:

*O que motivava ele era jogar futebol. Ele jogava das 17h, quando terminava um turno, até às 18h e 30 min quando começava o outro turno. Gostava de participar dos torneios e convencia os colegas a participarem dos jogos. Ele era um líder e, quando a gente saiu (refere-se a troca da equipe diretiva da escola), terminaram o projeto de jogar futebol na escola. Fecharam o EJA também. O irmão dele também estudou lá e não tinha estes problemas. Não quero comparar, mas é da mesma família. Quando a genitora foi embora para o litoral e deixou todos os filhos aos cuidados do padrasto...Ela foi embora, não lembro o ano, mas eu fui na casa deles e deixou os três filhos com o padrasto. Se não tivessem tirado ele da escola ele teria terminado o*

*ensino fundamental. Uma coisa que o Verde vai te falar é que ele gostava muito da Festa de Natal do colégio.*

A partir desta situação relatada podemos fazer uma reflexão mais ampla sobre as possibilidades, responsabilidades e limites da escola no enfrentamento de circunstâncias como a que foi narrada aqui, pois certamente não é um caso isolado. Zacché faz referência aos 18 anos de aprovação do ECA dizendo que:

[...] fica ainda mais evidente que a implantação efetiva do novo paradigma proposto por essa lei exige uma mudança na maneira de a sociedade compreender a relação entre a noção de proteção integral e a garantia dos direitos e deveres de crianças e adolescentes. Especificamente em relação aos jovens em conflito com a lei é necessária uma mudança no modo como a sociedade compreende esse fenômeno, viabilizando políticas que promovam o fortalecimento de valores [...] (ZACCHÉ, 2012, p.67).

Compartilhar a responsabilidade pela educação faz com que a escola consolide seu papel basilar, porque sua ação é necessária e insubstituível, porém não é suficiente para dar conta da tarefa de educar. Assim sendo, o desenvolvimento integral do educando não pode ser considerado como responsabilidade exclusiva da escola, mas certamente da família e também da sociedade, uma vez que, conectadas, podem construir e consolidar suas práticas e seus saberes com ética.

Outeiral (2003) tem inúmeros trabalhos sobre adolescência e nos mostra que a manifestação da agressividade entre os adolescentes não é indicativo de patologia. Salaria em seus estudos e palestras que a agressividade faz parte da saúde e da vida; entretanto, se este gesto agressivo não for devidamente acolhido pelo meio, no caso a escola, ele se torna cada vez mais amplo, destrutivo e, por fim, violento. Assim, a violência nada mais é do que o gesto agressivo que não foi acolhido devidamente pela família, pela escola ou pela sociedade.

A organização da sociedade se dá através das leis que normatizam a forma de dar acesso aos direitos. A vivência escolar é uma simulação da vida em sociedade, onde existem regras a serem seguidas, sendo de grande relevância no processo de desenvolvimento do adolescente. Se estamos diante de inúmeras causas do fracasso da instituição escola, cabe-nos refletir sobre os motivos que circundam esse fenômeno.

Dolto oferece-nos algumas causas dos fracassos escolares que nos auxiliam na elucidação das prováveis motivos para que ocorram:

Nestes últimos 20 anos, o fracasso escolar fez correr muita tinta... Impregnada de ideologia. De modo geral, os autores concordam hoje em dizer que as causas são de três tipos (embora alguns acentuem um ou outro desses aspectos): sociológico, psicológico, pedagógico. Muitas vezes esses fatores se conjugam, e se quisermos compreender as causas dos fracassos escolares, é preciso ao mesmo tempo estudar sua interação e seus efeitos independentes (DOLTO, 2004, 173).

Compete a família, primeiramente, dar a noção de “limites” num longo processo de identificação da criança e do adolescente e, depois, com os adultos que o contexto social irá disponibilizar. Porém, por vezes, a família está tão desestruturada que acaba não oferecendo os limites necessários para que o adolescente organize-se. Percebe-se com frequência que algumas famílias querem terceirizar a educação dos filhos, delegando este papel integralmente à escola.

Folberg refere-se a essa problemática anunciando que:

As regras, as normas, os objetivos, e assim por diante, que os adultos propõem só podem vigorar se e quando esses adultos se derem conta de que os conflitos e as discrepâncias que sofre o adolescente são consequência da interação que se estabelece entre dois sujeitos igualmente responsabilizados e agentes, mesmo considerando que o adolescente vive o aqui-agora intensamente, diferentemente dos adultos, ainda presos a um passado que não reconhecem ser passado, ainda que retornando sempre com diferenças...(FOLBERG, 2009, p.9).

Cabe-nos pensar sobre qual seria a ação do professor para ajudar os alunos adolescentes nesta fase, diante de um conflito com as regras. O caso teria, provavelmente, outro epílogo se a família tivesse cumprido sua função. O papel do professor é, certamente, o de construir novas formas de educação mais dinâmicas, com maior interação e criatividade com a utilização de recursos em que o professor seja mais que um simples tutor. O educador é aquele que investe e pesquisa sobre o processo educacional, facilitando a construção do conhecimento, orientando e se constituindo.

Quando o adolescente chega à escola, ele tem, certamente, além de seus aspectos constitucionais, suas vivências familiares. Contudo, o ambiente escolar também será um elemento fundamental em seu desenvolvimento. Segundo Outeiral (2003, p.32), “os aspectos constitucionais, vínculos familiares e ambiente escolar constituirão o tripé do processo educacional.”

A isto devemos acrescentar algumas características da adolescência como a reedição de todo desenvolvimento infantil buscando definir o caráter social, sexual,

ideológico e vocacional. Esse processo evolutivo ocorre dentro de um período individual e de forma subjetiva em que o adolescente se vê enredado nas manifestações de seus impulsos intuitivos exteriorizados através de suas condutas nem sempre aceitas como normais no contexto social.

Melman (2009b) aborda a questão da autoridade e de sua ausência no ambiente escolar, observando que:

Todos nossos professores sofrem com isso em nossos estabelecimentos, pois veem sua autoridade degradada, não respeitada, não reconhecida como tal, em proveito do que são todas as aplicações práticas e todas as bricolagens. Lembrava do desinvestimento dos jovens com respeito às sabedorias tradicionais, aquelas mantidas por nossas famílias. A esse respeito, há o desinvestimento dos princípios seculares de nosso ensino, em que se acentuava a transmissão de um saber teórico enquanto saber do chefe, do comandante, do capitão, o saber do arquiteto (MELMAN, 2009b, p.131).

Assim, podemos, com outros conceitos da psicanálise, pensar com maior profundidade sobre a situação de Verde e o que pode representar, ou até mesmo, como compreender melhor a relação com a tendência antissocial. A tendência antissocial é uma concepção original de Winnicott e diz respeito a uma experiência que a criança teve, no período da dependência relativa, com o cuidado parental (em especial a função materna) onde, em algum momento, esse cuidado foi perdido. A tendência antissocial permite um sentimento de profunda esperança onde, através do gesto antissocial, o adolescente imagina que vai conseguir resgatar aquilo que ele teve e foi perdido. A delinquência nada mais é do que a tendência antissocial não acolhida pelo ambiente (família, escola, sociedade).

Na obra “O ambiente e os processos de maturação”, Winnicott (1983), escreve sobre as crianças e adultos antissociais dizendo que se pode “observar a perda e recuperação do sentimento de culpa, e muitas vezes estamos em posição de avaliar as variações da consistência do ambiente que produzem esses efeitos” (WINNICOTT, 1983, p.29). A questão do prejuízo e reconquista do sentimento de culpa leva-nos à análise do delito e da reincidência do ato infracional.

O adolescente antissocial alcança conforto ao praticar o ato infracional, e, segundo Winnicott:

[...] divisar um crime limitado que está apenas de modo disfarçado na natureza do crime, na fantasia reprimida, que faz parte do complexo de

Édipo original. Isto é o mais próximo que uma pessoa anti-social pode chegar da ambivalência que faz parte do complexo de Édipo. No início o crime substituto ou delinquência não é satisfatório para o delinquente, mas quando repetido compulsivamente ele adquire características de ganho secundário e assim se torna aceitável para o *self* da pessoa. Nosso tratamento tem mais oportunidade de ser efetivo quando podemos aplicá-lo antes que os ganhos secundários se tornem importantes (WINNICOTT, 1983, p.29).

Se analisarmos o que antecede o caso, veremos que Verde não foi acolhido muitas vezes na própria família, e demonstra estar em conflito, em sofrimento. Winnicott (1983) faz referência à Freud dizendo que sua teoria permitiu que entendêssemos a conduta do sujeito antissocial, bem como o crime, como consequência de algo inconsciente, denunciando-o como sendo o “sintoma de uma falha no cuidado da criança. Sugiro que ao expor essas ideias e demonstrando como podemos testá-las e utilizá-las Freud fez uma contribuição à psicologia social que pode ter amplas consequências” (WINNICOTT, 1983, p.30). Um adolescente que está sendo acompanhado e acolhido pela família de forma saudável dificilmente estará envolvido em situações como a de Verde.

Face às questões expostas no transcorrer dos atendimentos de Verde, evidenciou-se sua invisibilidade no contexto familiar. Durante alguns meses, diante da fragilidade da saúde de Verde, os atendimentos pedagógicos foram domiciliares. O médico orientou que não saísse da casa, pois seu estado inspirava muitos cuidados. Numa ocasião, na saída em direção ao carro da Unidade CREAS, foram solicitadas fotos de Verde na infância e, rapidamente o adolescente diz: *“Eu sou o único aqui em casa que não tem foto de quando era pequeno.”* Certo dia houve uma chuva torrencial que impediu o acesso à casa de Verde. Assim, a pesquisadora telefonou para dizer que não poderia ir naquele dia, porém pediu para falar com Verde para lhe dar os parabéns pelo seu aniversário. A mãe manifesta surpresa: *“Ah, é! Hoje é aniversário dele! Nem me lembrava!”* Já eram 10 horas da manhã e Verde atendeu ao telefone sonolento. Também não lembrava que era seu aniversário.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os adolescentes, as passagens ao ato surgem habitualmente ao final de uma sucessão de encenações de falas que já não poderiam ser ouvidas (FORGET, 2011, p.40).

Sabemos que é cada vez mais utópico tentarmos compreender a atualidade sem nos dedicarmos a indagar, assim como argumenta Bauman (1997), que a complexidade dos “grandes temas da ética: direitos humanos, justiça social, equilíbrio entre cooperação pacífica e auto-afirmação pessoal, sincronização da conduta individual e do bem-estar coletivo-não perderam nada de sua atualidade” (BAUMAN, 1997, p.8).

Na atualidade, nossa sociedade revela-se muitas vezes desumana diante da falta de reconhecimento do adolescente como sujeito de direitos. Eis aí um ponto onde podemos fazer alusão ao que Chauí afirma:

as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece [...] e, [...] quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica (CHAUÍ, 2000, p. 89).

Nem sempre o Estado é competente na sua tarefa de proteger demonstrando insuficiência de ações as quais são muitas vezes burocráticas e desqualificadas, pois emergem dos gabinetes alheios à realidade. Estamos diante de uma sociedade excludente e hipócrita, onde o adolescente presencia diariamente na mídia, e fora dela, muitos políticos roubando milhões, não sendo punidos e, por vezes, ainda recebendo o reconhecimento da população que lhes credita mais tempo de governança. A “banalização do crime”<sup>1</sup> é, possivelmente, um dos motivadores contemporâneos que suscitam a possibilidade de passar para o ato infracional.

Como não seguir este modelo? Parece o caminho mais fácil de “vencer na vida”. Falamos aqui de uma ausência da lei que vivemos na contemporaneidade, ou de uma lei perversa e seletiva na punição que nos remete a uma reflexão sobre essa incapacidade de lidar com essa fratura da sociedade.

---

<sup>1</sup> Tomamos “emprestada” a expressão de Hannah Arendt sobre a “banalização do mal”, onde discorre sobre os mal-feitos impunes a que a sociedade se acostuma como “normais”.

Cabe assinalar que não podemos desvelar o sujeito, mas podemos dizer da sua constituição para tornar-se um sujeito. O que reincide ou aproxima os discursos dos adolescentes em conflito com a lei é o desejo de ter tudo o que o consumo oferece: os objetos socialmente valorizados e a possibilidade de ser visto como alguém que tem e mantém uma imagem de sucesso.

Em nossa sociedade talvez o olhar e o julgamento do outro pesem muito quando queremos saber quem somos nós. O olhar e o estar na presença de outro é importante. É o laço com o outro que nos permite não nos sentirmos só. Diante de inúmeras faltas, privações e do desejo de ter essa visibilidade, por vezes o adolescente poderá entrar em conflito com a lei.

Não há como eleger um único motivador para o ato infracional. Embora a desestrutura familiar, a falta de referenciais saudáveis, a pobreza, o uso de álcool e drogas e o abandono da escola contribuam, não são os únicos determinantes. A família é o primeiro grupo onde serão fundados os limites iniciais para o desenvolvimento da criança; porém, por vezes, a família, ao não conseguir desempenhar sua função, procura terceirizar esta responsabilidade para outros, geralmente, a escola.

A criança e o adolescente podem responder aos limites desde que o adulto, não lhe dê uma dupla mensagem por comodidade ou outro motivo. As regras devem estar claras para serem seguidas e necessitam ter por base a justiça social, para que haja possibilidade de convivência. Porém, se o discurso não corresponder à realidade apresentada, poderá gerar atrito, transformando o convívio em algo hostil e odioso.

A função materna responde pelo primeiro afeto incondicional, pelos cuidados básicos, a nomeação do corpo da criança e assim por diante. A mãe saudável não será perfeita, pois ela é um ser humano que procura resolver suas faltas e, agora, tem seu bebê. Num primeiro momento, a função do pai será de proteção, ou seja, ele vai proteger o ambiente para que a mãe e o bebê possam evoluir naturalmente. A mãe e o bebê, neste momento, são um só; porém, mais tarde, a mãe permite a entrada do pai: sua função, então, será pautada pelas restrições e normas que pertencem ao campo da castração.

Os adolescentes que chegam ao Serviço da MSE apresentam diferentes constituições familiares: às vezes moram com a mãe, às vezes com avós, raramente moram com o pai... Mas percebemos que não é apenas a ausência física do pai que



falta, mas, sim, um pai que exista no discurso da mãe, um pai simbólico. O pai simbólico é aquele que instala a lei. É a função paterna que deixará emergir o Nome-do-Pai como o elemento simbólico necessário.

Muitos adolescentes têm procurado o substituto da função paterna no Estado quando o ato infracional leva-o finalmente a um pai, ou melhor, dizendo, ao Juiz que representa a Lei. Lacan (2008a) mostra que família é algo mais cultural que biológico. Ele modifica a conotação que Freud emprestava à expressão complexo. Para Lacan, complexo é o momento em que se dá o fenômeno estruturante. Os complexos são aquilo que se estrutura desde o estágio do espelho com sua função determinante na constituição do sujeito.

No caso dos adolescentes em estudo, não se trata de uma ausência de lei, mas, sim, da não interiorização da instituição da Lei do Nome-do-Pai. Todo sujeito viverá a castração, a frustração e a privação, pois são processos constituintes. Cabe destacar que a privação é muito doída e a privação é a morte. Já a frustração oferece a esperança e a necessidade de busca. A frustração é um dano imaginário de um objeto real.

Folberg (2013) exemplifica a frustração dizendo que é uma vivência no primeiro ano de vida, quando a mãe não está lá para dar de mamar. O agente daquela frustração (do bebê) é a mãe simbólica (ela é o agente) que é imaginarizada pelo bebê. Se a família falhou na oferta das funções materna e paterna, ainda assim podemos, provavelmente, dar um novo significado para este sujeito, pois nada é plenamente determinante em termos de constituição psíquica.

Abrimos espaço à escuta do discurso dos adolescentes e de suas famílias onde, por uma determinação judicial, tiveram que se apresentar ao serviço de assistência social especializado. Desde o acolhimento são oferecidas oportunidades para que o adolescente e sua família reflitam sobre o que ocorreu antes do ato infracional e quais os seus sentimentos em relação a essa situação. Evidenciou-se, assim, que por trás do ato há sempre uma série de fatores além daqueles que já anunciamos. São eles: o abandono, a falta de desejo, a privação, a banalização da vida e outras vulnerabilidades que contribuiram para que o adolescente chegasse ao ato infracional.

A caminhada na construção desta pesquisa fez emergir muitas questões que transcendiam o ato pedagógico e que a própria fala não dava conta do alcance de seu conteúdo. Uma mãe, após dois anos de desligamento do filho, telefonou para

dizer o quanto sentia saudades do tempo em que podia conversar conosco. Isso denuncia, provavelmente, a fragilidade dos espaços disponíveis para uma escuta daqueles que são os responsáveis legais pelo adolescente, mas que não se sentem preparados para fazer o enfrentamento do que demanda a convivência com um adolescente.

É importante destacar que, apesar de uma experiência de pesquisa em psicanálise e educação ainda ser incomum, acreditamos que, quanto maior o número de pesquisas e trabalhos divulgados mostrarem avanços nesta área, na fronteira do conhecimento dessa relação dual, maiores serão as chances de suscitar o desejo dos profissionais de conhecerem essa realidade e aproveitarem os conceitos psicanalíticos para uma sociedade mais acolhedora que seja um espaço para os seres humanos viverem sem sofrimento.

Um sujeito social constitui-se numa marcha natural e comum aos seres humanos em diferentes momentos de sua própria evolução e, para que ele surja, faz-se necessário romper com os obstáculos em benefício da civilidade. A psicanálise ensina-nos que cada sujeito é (parcialmente) responsável por sua constituição. Ao tomarmos a psicanálise como referência, percebemos que falar de um adolescente em conflito com a lei é falar de um sujeito em particular sendo impossível fazer generalizações, pois cada caso é um caso. Uma escuta sensível à fala deste adolescente só terá efeito se houver transferência entre os sujeitos envolvidos. Assim, poderemos provocar marcas importantes, pois o saber vem por essas marcas inconscientes articuladas.

A problemática da subjetividade é um ponto fundamental para confirmar a existência do mal-estar na atualidade utilizando a psicanálise, conjugada a outros saberes, como instrumental teórico. Essa caminhada de estudo permitiu-nos revelar a existência de uma relação entre as dissonâncias sociais e as formas de subjetivação deste sujeito. Birman (2011) assevera-nos que: “A psicanálise ainda é o saber mais consistente, construído pelo Ocidente, para indagar as relações turbulentas do sujeito com seu desejo [...]” (BIRMAN, 2011, p.27).

Dos cinco adolescentes selecionados, cada um teve um período de intervenções diferentes, pois são sujeitos com histórias e formas distintas de pensar sobre as consequências para suas vidas e para a sociedade diante do ato infracional. Suas marcas são inúmeras; porém, é oferecida a oportunidade de reelaborá-las para conviver de forma saudável consigo mesmo e com os outros.

Existe a chance de viver o processo subjetivo que se chama a reelaboração, mas as marcas inconscientes que ficaram precocemente instaladas ficarão lá para sempre! O sujeito pode elaborar na medida de seu desejo porque há uma determinação psíquica que existe e só nós, seres humanos, temos essa possibilidade. Em muitas situações, os sujeitos desta pesquisa tiveram a oportunidade da escolha consciente (ou inconsciente) e nem sempre escolheram o caminho aceito socialmente. Muitos evoluíram e ampliaram o pensamento crítico e reflexivo, e esse é um caminho para poder crescer. Esses sujeitos, muitas vezes, cometem o ato denunciando as faltas psíquicas e sociais impostas pela sociedade. Os adolescentes têm o direito a um serviço de qualidade que os ajude a construir uma identidade fortalecida que lhes permita uma visibilidade social sem o estigma da marginalização.

Embora cada caso tenha suas especificidades, grande parte dos adolescentes está encapsulada num presente que não lhes oferece muito além do que apenas o ato infracional como saída. Os planos de vida são atemporais, ou seja, por vezes aparece a vontade de ter algo no futuro, mas no presente; não há o desejo de investimento para essa conquista. O desejo sustenta-nos e nos move na conquista do objeto desejado.

Muitos adolescentes agem apenas submetidos pelo princípio do prazer, que são estruturas inconscientes. Essas estruturas também podem se dar por deslocamentos, por substituições e por compensações. A organização do inconsciente se dá por processos primários e secundários. Os primeiros distinguem-se pela busca da satisfação do princípio do prazer. Os processos secundários buscam a satisfação do princípio da realidade. No movimento entre os dois princípios ocorre a censura que irá determinar as marcas. A censura impede a exteriorização dos instintos inconscientes, e esses, às vezes, aparecem como sintomas.

A educação tem a função de conduzir para a fala, tendo em mente a existência de um sujeito que é uno, e que não possui um vazio a ser preenchido. E a educação deve insistir para que aflore esta fala e fazer uma escuta atenta do que dizem estes atos.

Embora o ECA oriente sobre a necessidade de mantemos um projeto pedagógico de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, sabemos que, para que isso se concretize, temos que desenvolver uma ação pedagógica sensível

à história deste sujeito em seu contexto, despertando seu interesse pela retomada da vida, de uma reflexão e de um projeto possível para a vida. A base é a escuta e um olhar sensível ao que ele demanda, pois cada adolescente é um novo desafio. Portanto, não podemos fazer uso do que pertence a uma pedagogia tradicional, conteudista e estigmatizada.

Como efetivar um trabalho socioeducativo sem a presença de pedagogos nas equipes de atendimento? Assistência social se faz com a construção e execução de planos de trabalho construídos por profissionais do Serviço Social, da Pedagogia, da Psicologia e de muitas outras áreas refletindo e agindo em conjunto e, preferencialmente, que estes profissionais sejam psicanaliticamente esclarecidos. Na realidade pesquisada, teve a participação do pedagogo; porém, sabemos que, embora necessário, não é uma realidade comum em nosso País.

A escola muitas vezes antecipa a situação de conflito do adolescente, mas não tem estrutura para atender esta demanda. Será que a sociedade não deveria oferecer um serviço estratégico reunindo a educação, saúde, esporte, lazer e assistência social para prevenir o ato infracional? Se na maioria dos casos que chegam ao Serviço das MSE já havia encaminhamento da escola e denúncias ao Conselho Tutelar sobre a situação do adolescente, logo a rede socioassistencial estava informada de que algo não estava bem.

Seria o ato infracional uma resposta à falta de garantia de proteção e de direitos? A família e a sociedade estavam oferecendo de fato um lugar de acolhimento às questões comuns desses adolescentes? O ECA preconiza uma estrutura que, na prática, não é oferecida, a saber, atendimentos especializados, cultura, lazer... O encontro de diferentes fatores pode provocar o conflito com a lei, o que ratifica o atendimento das famílias para prevenir a delinquência e a reincidência.

Talvez o desenho de uma sociedade que preconize o direito ao acesso à cultura, lazer e educação de qualidade. Isso se faz com muito mais do que os empobrecidos discursos enlatados das campanhas políticas; faz-se com um projeto humano de sociedade, com investimento nas áreas que têm acesso ao adolescente ainda na infância, antes da adolescência, antes do conflito.

Nossa tentativa de compreender o conflito com a lei não é para desresponsabilizar o adolescente, mas, sim, de trabalhar também na prevenção deste ato. Falamos aqui de estrutura, de salários dignos e de quadros de profissionais qualificados reconhecidos publicamente e não de cargos eleitoreiros.

A partir dessas constatações, podemos lançar novos desafios na busca de respostas a tantas indagações que emergiram deste estudo. Há uma fenda entre o que é preconizado, ou determinado, pela lei e o que na realidade é oferecido ao adolescente. O Estado brasileiro tem consumido nossa carne, criado escaras em níveis cada vez mais difíceis de curar. Se melhorarmos este desenho social, talvez nunca mais uma mãe tenha que ouvir o lamento desesperado do filho na infundável fila de um hospital público: “*Mãe, eu tô apodrecendo!*”

Na tentativa de permitir a entrada de luzes e cores numa realidade tão atroz, finalizamos, não com o peso da falta de fala do adolescente, mas apresentando uma de suas produções textuais num período posterior a esta fala em que esteve em atendimento pedagógico domiciliar.

*Quando a gente cresce.  
Minha irmã Vera nasceu dia 24 de setembro de 1996.  
No primeiro aniversário da Vera eu tinha três anos.  
Na festa, havia muitas crianças, entre elas eu, meu irmão Vladimir e meus primos: Volnei, Vicente e Vagner.  
Enquanto minha mãe ajudava a organizar a festa, meu irmão Vladimir roubava pastéis e comia em baixo da mesa. Eu e meus primos ficávamos de campana esperando ele trazer os pastéis.  
A minha mãe ficava louca com Vladimir porque ele era bagunceiro.  
Eu era um menino sereno.  
O tempo passou e nós ficamos adolescentes. Vladimir trabalha e vai entrar no exército. Vagner trabalha e faz o ensino médio à noite. Volnei dorme de dia e sai à noite pra aprontar. Eu faço o ensino fundamental, e passei para o último ano. Agora, eu gosto de estudar.  
Vicente estava no quartel, mas sofreu um acidente de moto e morreu na última terça-feira. Todo mundo tinha orgulho dele.*

Texto produzido por Verde a partir de uma foto do aniversário sua da irmã.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artmed, 1981.

ALBUQUERQUE, Flávia. **A Psicanálise e os semblantes**. 2009 - Texto disponível em <http://pontolacaniano.wordpress.com/2009/09/06/a-psicanalise-e-os-semblantes/> Acesso em 19/07/2011

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002

BARROS, Betina; BARRETO, Roberta Kern Menna. Audiência de Apresentação. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini...[et al.] **Medida Sócio-educativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. P. 35-37

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BERGÈS, Jean; BALBO, Gabriel. **Psicoterapia de Criança, Crianças em Psicanálise**. Porto Alegre: CMC, 2010.

\_\_\_\_\_. **O corpo na neurologia e na psicanálise: lições clínicas de um psicanalista de crianças**, Porto Alegre : CMC, 2008.

BERGÈS-BOUNES, Marika; CALMETTES-JEAN (Org).Tradução de Maria Nestrovsky Folberg. **A Cultura dos Superdotados?**, Porto Alegre: CMC, 2010 / (Verdier-Gibello e outros, p.51)

BERGÈS, Jean; BERGÈS-BOUNES, Marika; CALMETTES-JEAN, Sandrine. **O que aprendemos com as crianças que não aprendem?** Tradução: FOLBERG, Maria Nestrovsky. Porto Alegre: CMC, 2008.

BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. **O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição**. São Paulo: Escuta, 2006.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988 - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 17. ed. Brasília: 405 p. (Série textos básicos, n. 25).

BRASIL. **Decreto Federal** Nº 8.166 de 23.12.2013 fixa o Salário Mínimo Nacional. Brasília, 23 de dezembro de 2013.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**: Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Auriverde.

BRASIL, Lei Federal Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012: **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (SINASE), regulamenta a execução das MSE e altera algumas Leis.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**: SINASE. Brasília: CONANDA, 2006.

CHASSAING, Jean-Louis. Corpo e linguagem. In: MELMAN, Charles. [et al.]; Org. FLEIG, Conceição de Fátima Beltrão. **Adolescente, sexo e morte**. Porto Alegre: CMC, 2009b. P. 33-47

CHAUÍ, M. In: NOBRE, Marcos; REGO, José Márcio. **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2000.

COSTA, Maria Vorraber. Zygmunt Bauman – Compreender a vida na modernidade líquida. **Revista Educação Especial** – Autores e Tendências – Coleção Pedagógica Contemporânea. Fascículo I. São Paulo: Segmento, set.2009.p.60-75.

CRAIDY, Carmem Maria; GONÇALVES, Liana. **Medidas Sócio-educativas**: da repressão à educação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CRAIDY, Carmem Maria. Ato infracional. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini...[et al.] **Medida Sócio-educativa**: entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. P.34-35

CYRULNIK, Boris. **Falar de Amor à Beira do Abismo**. Martins Fontes, 2006

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS Direitos Humanos Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

DOLTO, Françoise. **Tudo é Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

\_\_\_\_\_. **As etapas decisivas da infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

\_\_\_\_\_. **A causa dos adolescentes**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

- DOR, Joël. **O pai e sua função em psicanálise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ESTEBAN, M. Paz Sandin. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH(Art Med), 2010
- FLEIG, Mário. Então, eu não tinha mais imagem. In: MELMAN, Charles. [et al.]; Org. FLEIG, Conceição de Fátima Beltrão. **Adolescente, sexo e morte**. Porto Alegre: CMC, 2009b. P. 83-93
- FOLBERG, Maria Nestrovsky. (Coord.). Criança Psicótica e Escola Pública. **Cadernos de Estudos Especializados Série Educação Especial e Psicanálise**. Porto Alegre: RM & L, 1994.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Desfazendo o feitiço: a tentativa de reconstituição do sujeito**. Porto Alegre: Evangraf. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Desdobrando o avesso da psicanálise: relações com a educação**. Porto Alegre: Evangraf, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Coord) É Freud o Anti-Pedagogo? **Cadernos de Estudos Especializados Série Educação Especial e Psicanálise**. Porto Alegre: RML Gráfica, 1994.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: MELMAN, Charles...[et al.]; Org. FLEIG, Conceição de Fátima Beltrão. **Adolescente, sexo e morte**. Porto Alegre: CMC, 2009b, p. 7-10
- \_\_\_\_\_. **Maria Nestrovsky Folberg**: explicação fornecida na aula do Curso de Pós-Graduação da FACED/UFRGS [16 de maio de 2012]. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. **Maria Nestrovsky Folberg**: explicação fornecida na aula do Curso de Pós-Graduação da FACED/UFRGS [29 de junho de 2013]. Porto Alegre.
- FORGET, Jean-Marie. **Os transtornos do comportamento: onde está o rolo?** Porto Alegre, CMC, 2011.
- FREUD, Sigmund. **A dissolução do Complexo de Édipo** (1924), v. XIX, p. 195 - 201. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- \_\_\_\_\_. **Dois mentiras contadas por crianças** ("O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos", (1911 - 1913)). Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. X, Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- \_\_\_\_\_. **Dois Histórias Clínicas (o "Pequeno Hans" e "Homem dos Ratos"**, (1909). Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v.X, Rio de Janeiro: Imago, 1996c.
- \_\_\_\_\_. **A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos. O Inconsciente** (1915). Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v.XIV Rio de Janeiro: Imago, 1996d.



\_\_\_\_\_. **Moisés e o Monoteísmo, Esboço da Psicanálise e outros trabalhos** (1937-1939). Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v.XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996e.

\_\_\_\_\_. **Uma Neurose Infantil e outros trabalhos.** (1917-1918). Rio de Janeiro: Imago, 1996f

\_\_\_\_\_. **A dinâmica da transferência.** (1912) Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996g.

\_\_\_\_\_. (1927-1931) **Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na Civilização e Outros Trabalhos.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996h.

\_\_\_\_\_. (1920-1922). **Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996i.

\_\_\_\_\_. **A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos.** Sobre o Narcisismo: uma introdução (1914). Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v.XIV Rio de Janeiro: Imago, 1996j.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2012.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Freud e a Educação: o Mestre do Impossível.** 3. ed. São Paulo. Scipione, 2007

LACAN, Jacques. **O estádio do espelho como formador da função do eu.** In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Outros Escritos.** 2. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os complexos familiares na formação do indivíduo.** 2. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2008a.

\_\_\_\_\_. 1901-1981. **Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

\_\_\_\_\_. **O Seminário Livro 18 De um discurso que não fosse semblante.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Ato Psicanalítico: Seminário 1967-1968.** Escola de Estudos Psicanalíticos. Porto Alegre, Evangraf, 2010.

LACERDA, Mirian Pires Corrêa de. **“Diabolização” das Juventudes: Mídia, Subjetividade e Educação.** 2010. Disponível em: [http://jornalnasaladeaula.com.br/\\_common/dados/arquivosbiblio/miriam\\_lacerda.pdf](http://jornalnasaladeaula.com.br/_common/dados/arquivosbiblio/miriam_lacerda.pdf) Acesso em: 25 abril 2014.

LEI ESTADUAL Nº 1.4460 de 16.01.2014, que fixa o Salário Mínimo Regional/RS.

LERUDE, Martine. A adolescência como sintoma da diferença sexual recusada. In: Adolescente sexo e morte. In: MELMAN, Charles...[et al.]; FLEIG, Conceição de Fátima Beltrão (Orgs.). Porto Alegre: CMC, 2009. p. 107-117

MELMAN, Charles. **Para Introduzir à Psicanálise nos Dias de Hoje**. Porto Alegre: CMC, 2009a.

\_\_\_\_\_. [et al.]; (Org). In: FLEIG, Conceição de Fátima Beltrão. **Adolescente, sexo e morte**. Porto Alegre: CMC, 2009b.

MRECH, L.M. **Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura**. São Paulo: Pioneira, 2003.

NASIO, J. D. **Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NOB/SUAS - **Política Nacional de Assistência Social/2004**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2010.

OUTEIRAL, José. **Adolescer: Estudos Revisados Sobre Adolescência**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2003.

ROMAN, Almir *et al.* As medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade: A importância da participação da família. In: SCHREINER, Gabriela (Org.) **Caminhos para a cidadania: a experiência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS, do Município de Rio Claro, SP, na garantia dos Direitos Humanos**. Rio Claro, SP: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2013. p. 131-145.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SILVA, Rosane de Abreu. Delinquência juvenil: algumas reflexões sobre a questão da violência. In: MELMAN, Charles [et al.] (Org.); FLEIG, Conceição de Fátima Beltrão. **Adolescente, sexo e morte**. Porto Alegre: CMC, 2009b. p.95-105

SPINK, Mary Jane: A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica **P.A. Revista Psico**, v.31.n.1.p.7-22, jan./jul. 2000.

THIOLLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed.aum. São Paulo: Cortez, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, Monique Soares et al. O Processo de Trabalho do Assistente Social Frente às Expressões da Violência Sexual da População Infanto-Juvenil. In: OLIVEIRA, Simone Barros; CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da; LERSCH, Cíntia Saldanha (Org.) **A Diversidade da Atuação do Serviço Social**: desvelando o processo de trabalho. Porto Alegre: Faith, 2010. p. 79-96

VOLPI, Mário(org.) **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2011

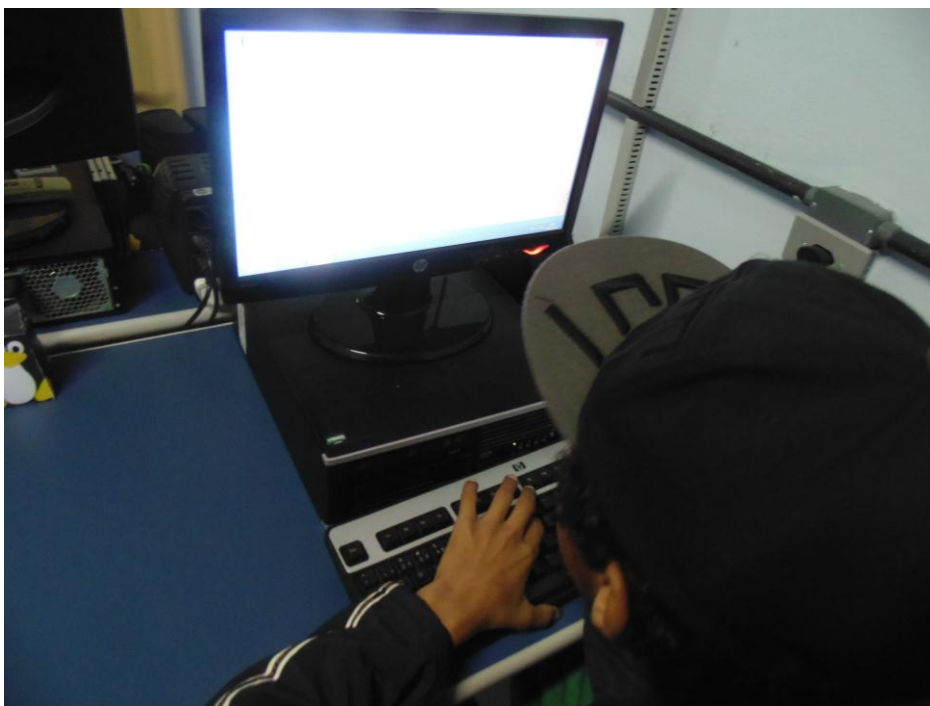
WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre, Artmed, 1983.

\_\_\_\_\_. **Privação e Delinquência**. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

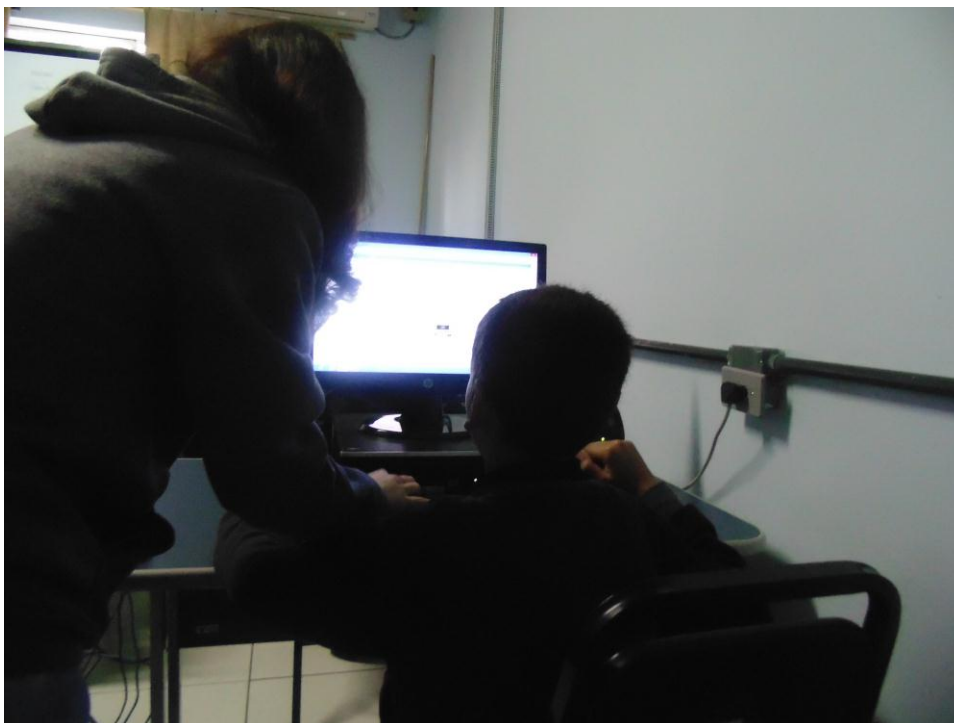
ZACCHÉ, Kátia Simone. Adolescência e infração: questões da modernidade? In: PEREIRA, Marcelo Ricardo (Org.). **A psicanálise escuta a educação**: 10 Anos depois. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/FAPEMIG, 2012, p. 55-73

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – Galeria de fotos



**Figura 5** – Adolescente participando do Projeto G-INFO  
Foto: A pesquisadora



**Figura 6** – Adolescente recebendo orientações da instrutora no Projeto G-INFO  
Foto: A pesquisadora



**Figura 7** – Atendimento Pedagógico no CREAS: confecção de sacos de pipoca  
Foto: A Pesquisadora



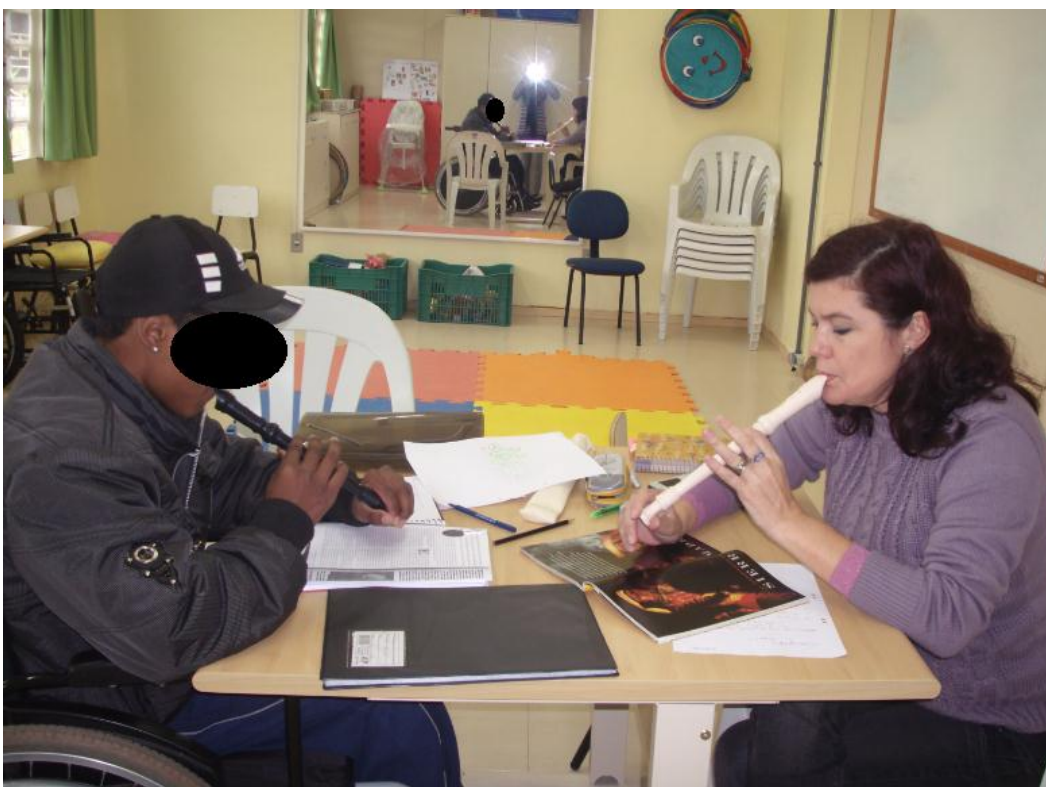
**Figura 8** – Atendimento Pedagógico no CREAS: Fazendo pipoca  
Foto: A

pesquisadora





**Figura 9** – Atendimento Pedagógico domiciliar.  
Foto: Paulo Júnior (Educador Social)



**Figura 10** – Atendimento Pedagógico/Musicopedagógico no CREAS.  
Foto: Dienifer (estagiária)



**Figura 11** – Curso de capacitação para Orientadores Sociais promovido pelo CREAS em parceria com o MP.  
Foto: Amanda Vargas (estagiária)



## APÊNDICE B - Fichas do Serviço de MSE

SERVIÇO XXXXXXXXXXXX (MSE)  
Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de  
Medida Sócio-educativa de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade  
Assistida.

### AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

Adolescente:

--

Data de Nascimento: Local: Sexo:

Dados da Mãe:

Dados do Pai:

Composição da família:

Informações sobre o teu nascimento:

Doenças que teve desde a infância:

Informações sobre tua disponibilidade física (peso, altura, acuidade visual e auditiva, disposição para esportes, destreza...)

Qual tua rotina de sono, alimentação, escola, jogos...

- Nas últimas 24 horas:
- Em outros dias (comum):
- Média de tempo diário vendo TV:
- Média de tempo diário na internet:
- Se possuir atividade laboral:
  - \*Qual tua jornada diária?
  - \*Qual é teu vínculo empregatício?
  - \*Descreva tua função no trabalho.

Qual a cultura da tua família em relação a rotina de sono, alimentação...

Fatos familiares que consideras importante (nascimentos, mortes, mudança de endereço, afastamento, escola...)

Qual teu grau de escolaridade?

Grau de escolaridade da tua família:

Qual o significado da escola para tua família:

Tens crenças pessoais? E tua família:

Número de livros que já ganhastes, assunto e de quem recebestes:

Assuntos que gostas de ler:

Assuntos que gostas de falar:

Assuntos que gostas de ouvir:

Três filmes preferidos:

Três programas de TV preferidos:

Três sites preferidos:

Escola em que estudas atualmente:

Três aspectos positivos da escola atual:

Três aspectos negativos da tua escola atual:

Escolas em que já estudastes:

- Aspectos positivos e negativos destas escolas:

Planos para escolarização no futuro:

Experiência no mercado de trabalho:

Profissão que deseja ter no futuro:

Profissão para a qual está se preparando atualmente:

Outros:

Data da entrevista:

---

Pedagoga responsável

Adolescente

## APÊNDICE C – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de  
Medida  
Sócio-educativa de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida

### PRONTUÁRIO INTERDISCIPLINAR

1. ACOLHIDO (A) EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1

Nome: \_\_\_\_\_

2.2 Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

2.3 Naturalidade: \_\_\_\_\_

2.4 Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

2.5 CPF: \_\_\_\_\_

2.6 Certidão de Nascimento: \_\_\_\_\_

#### 3. CONTATOS

3.1 Endereço: \_\_\_\_\_

3.2 Telefone: \_\_\_\_\_

#### 4. OCUPAÇÃO

4.1 Ocupação Laboral ( ) Não ( ) Sim

Local: \_\_\_\_\_

4.2 Contato: \_\_\_\_\_

4.3 Atividades Desenvolvidas: \_\_\_\_\_

4.4 Estudante: ( ) Não ( ) Sim Escola: \_\_\_\_\_

4.5 Ano: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Frequenta ( ) Sim ( ) Há quanto tempo: \_\_\_\_\_

#### 5. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

	Nome	Parentesco	Idade	Ocupação	Renda
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					

5.1 Contexto Familiar (relações familiares, conflitos, adversidades)

---



---



---

6. RENDA FAMILIAR

6.1 Renda Mensal: \_\_\_\_\_

6.2 Responsável pelo Sustento Familiar: \_\_\_\_\_

6.3 Benefício Assistencial ou Previdenciário ( ) Não Sim ( ) Qual?

6.4 Contexto Socioeconômico

---



---



---

7. ATO INFRACIONAL

7.1 Ato Infracional cometido: \_\_\_\_\_

7.2 Idade ao cometer o ato infracional: \_\_\_\_\_

7.3 Número do Processo: \_\_\_\_\_

7.4 Medida Sócio-educativa: \_\_\_\_\_ Duração: \_\_\_\_\_

7.5 Data do Ato Infracional: \_\_\_\_\_

Reincidente: ( ) Não ( ) Sim Quantas vezes \_\_\_\_\_

Oriundo da FASE: ( ) Não ( ) Sim Tempo: \_\_\_\_\_

8. MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA

8.1 Potencialidades e Habilidades (atividades que despertam interesse): \_\_\_\_\_

8.2 Limitações (locais, horários, atividades): \_\_\_\_\_

8.3 Expectativas em relação ao cumprimento da medida sócio-educativa:

---



---



---

OBSERVAÇÕES:

---



---



---

Estado do Rio Grande do Sul  
 Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXX  
 Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social  
 Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
 Unidade XX

### Métodos e Técnicas Pedagógicas: Atividades de Natureza Coletiva Quadro Resumo

	<b>Atividade Coletiva</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Parceria Rede Socioassistencial</b>	<b>Profissional Referência</b>
<b>01</b>	Grupo de Apoio Pedagógico - GAP	Orientar e acompanhar o adolescente na continuidade e conclusão de seus estudos.	NEEJACAP: Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular. Sistema Municipal de Ensino: EJA	Pedagoga
<b>02</b>	Grupo de Informática - G – Info	Capacitar o adolescente a desenvolver atividades ligadas à área de informática, visando à ampla utilização dos recursos de editoração de texto, planilhas eletrônicas, softwares de apresentação e demais aplicativos.	Sistema Municipal de Ensino: Centro de Informática	Pedagoga
<b>03</b>	Grupo de Adolescentes	Possibilitar ao adolescente um espaço reflexivo sobre as questões desta fase da vida.	Secretaria Municipal da Saúde. Secretaria Municipal de Desporto e Lazer.	Psicóloga
<b>04</b>	Grupo de Familiares.	Fortalecer a comunicação intra familiar auxiliando na redução de conflitos e tensões.	Secretaria Municipal da Saúde.	Assistente Social
<b>05</b>	Grupo de Desporto	Oportunizar acesso a atividades desportivas e culturais da região.	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer. Clubes esportivos da região.	Pedagoga
<b>06</b>	Grupo Cultural	Promover o acesso a atividades culturais da região para ampliação de vivências do adolescente.	Secretaria Municipal da Cultura. Faculdade local. UFRGS.	Pedagoga

- O profissional de referência responde pela atividade, porém toda equipe trabalha em conjunto.

Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXX  
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social  
Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
Unidade XX

Adolescente: \_\_\_\_\_

Processo: \_\_\_\_\_

Ao finalizar o cumprimento da medida sócio-educativa, comenta o que este momento significou para ti :

Auto avaliação

Assinatura do Adolescente: \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pedagoga responsável

Estado do Rio Grande do Sul  
 Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXX  
 Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social  
 Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
 Unidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Estado do Rio Grande do Sul  
 Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXX  
 Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social  
 Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
 Unidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**SERVIÇO XXXXXXXXXX (MSE)  
 RELATÓRIO MENSAL DE PSC**

ADOLESCENTE \_\_\_\_\_

PROCESSO  
 Nº \_\_\_\_\_

MESES: \_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO:  
 PSC: Início \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Término \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Apresentação \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 PSC: DIAS \_\_\_\_\_ HORÁRIO: \_\_\_\_\_  
 Total de HORAS SEMANAIS: \_\_\_\_\_

DATA	ATIVIDADES	ENTRADA	SAÍDA	ASSINATURA ADOLESCENTE	ASSINATURA RESPONSÁVEL
DATA	ATIVIDADES	ENTRADA	SAÍDA	ASSINATURA ADOLESCENTE	ASSINATURA RESPONSÁVEL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CACHOEIRINHA PARA PESQUISA ACADÊMICA EM NÍVEL DE DOUTORADO**

Eu, Mara Eloísa Tresoldi, abaixo assinado (a), portadora da carteira de identidade nº. 4029744853, expelida pelo DETRAN - RS em 05/04/2006, residente à rua Imbuí, nº 1267, na cidade de Cachoeirinha, solicito autorização para desenvolvimento de pesquisa envolvendo escolas, unidades da Secretaria Municipal da Saúde e da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social autorizo que os dados por mim fornecidos, em entrevistas, reuniões e observações, sejam utilizados para a análise e discussão na pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Mara Eloisa Tresoldi, com a condição de que minha privacidade seja protegida, pela não identificação como informante, pela autora da pesquisa. Estes dados poderão ser utilizados de forma anônima em futuros estudos e produções textuais.

Estou ciente que a minha participação na pesquisa é voluntária, sem qualquer vantagem financeira, por ser uma pesquisa acadêmica desenvolvida em nível de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela aluna Mara Eloisa Tresoldi.

Pelo presente termo, declaro que fui esclarecido (a) de forma detalhada sobre a justificativa e o objetivo da pesquisa.

Quaisquer dúvidas sobre o andamento da pesquisa, a pesquisadora fica à disposição para esclarecimentos.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

Pesquisadora responsável: Mara Eloisa Tresoldi

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Nestrovsky Folberg**



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXX  
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social  
Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
Unidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado (a), portador (a) da carteira  
de identidade nº. \_\_\_\_\_  
expelida por \_\_\_\_\_ em \_\_/\_\_/\_\_,  
autorizo que os dados por mim fornecidos, em  
entrevistas, reuniões e observações, sejam  
utilizados para a análise e discussão na  
pesquisa desenvolvida pela pesquisadora  
Mara Eloisa Tresoldi, com a condição de que  
minha privacidade seja protegida, pela não  
identificação como informante, pela autora da  
pesquisa. Estes dados poderão ser utilizados  
de forma anônima em futuros estudos e  
produções textuais.

Estou ciente que a minha participação  
na pesquisa é voluntária, sem qualquer  
vantagem financeira, por ser uma pesquisa  
acadêmica desenvolvida em nível de  
Doutorado no Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, pela aluna Mara Eloisa  
Tresoldi.

Pelo presente termo, declaro que fui  
esclarecido (a) de forma detalhada sobre a  
justificativa e o objetivo da pesquisa.

Quaisquer dúvidas sobre o andamento  
da pesquisa, a pesquisadora fica à disposição  
para esclarecimentos.

Porto Alegre, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa Pesquisadora

Pesquisadora responsável: Mara Eloisa  
Tresoldi

Orientadora: Maria Nestrovsky Folberg



**UFRGS-FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E  
AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM**

Eu \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_, Expedida  
por \_\_\_\_\_ na data \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_  
responsável por \_\_\_\_\_ autorizo a publicação  
e/ou divulgação de minhas e/ou nossas fotos,  
vídeos, produções ou outros, desde que  
respeitados os direitos da criança e/ou  
adolescente conforme Lei 8069/90 (ECA) e as  
orientações da COMPESQ (Comitê de Ética  
em Pesquisa), para encaminhamento de  
projeto de pesquisa ao referido Comitê.

Para ser essa a expressão da minha  
vontade, declaro ciente e autorizo o uso acima  
descrito, sem que nada haja de ser reclamado  
a título de direitos, já que estas imagens são  
de caráter não comercial, portanto sem fins  
lucrativos. Para tanto, assino a presente  
autorização.

Estou ciente que a minha  
participação na pesquisa é voluntária, sem  
qualquer vantagem financeira, por ser uma  
pesquisa acadêmica desenvolvida em nível de  
Doutorado no Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, pela pesquisadora Mara Eloisa  
Tresoldi.

Porto alegre, \_\_\_ de \_\_\_\_\_  
de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável/entrevistado